



**PLANO DE ATIVIDADES  
E ORÇAMENTO 2024 (v. II)**

## ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

---

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AdP	Águas de Portugal, SGPS, S.A.
AdTA	Águas do Tejo Atlântico ou Tejo Atlântico Águas do Tejo Atlântico, S.A.
AOV	Aluguer operacional de viaturas
ApR	Água para reutilização
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CTA	Componente Tarifária Acrescida
DARU	Diretiva Europeia das Águas Residuais Urbanas
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
EBITDA	Rendimentos antes de juros e impostos (do inglês “ <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ”)
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETARI	Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EVEF	Estudo de Viabilidade Económico-Financeira
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IAS/IFRS	International Financial Reporting Standards
IoT	Internet das Coisas (do inglês “ <i>Internet of Things</i> ”)
IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho
ISO	Norma da Organização Internacional de Normalização (do inglês “ <i>International Organization for Standardization</i> ”)
IT	Tecnologias de Informação
MAAC	Ministro do Ambiente e da Ação Climática
MLP	Médio e Longo Prazo
ODS	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
O&M	Operação e Manutenção
OMIP	Operador de Mercado Ibérico - Portugal
OT	Obrigações do Tesouro
PAI	Plano Anual de Investimentos
PAO	Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento
PMP	Prazo Médio de Pagamento

## Plano de Atividades e Orçamento – 2024 v. II

PECTURH Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos

PRC Plano de Redução de Custos

PRG Plano de Redução de Gastos

QEC Quadro Estratégico de Compromisso

UV Ultra Violetas

SEE Setor Empresarial do Estado

SGE Sistema de Gestão de Energia

SIC/IFRIC Comissão de Normalização Contabilística (do inglês “*Standing Interpretations Committee*”/”*International Financial Reporting Interpretations Committee*”)

SIFIDE Sistema de Incentivos Fiscais à ID Empresarial

SMAS Serviço Municipalizado de Água e de Saneamento

SMM Sistema Multimunicipal

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

TAR Tarifa de Acesso à Rede

TURH Título de Utilização de Recursos Hídricos

UE/EU União Europeia/European Union

UTAM Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

UV Ultravioletas

VLE Valores limites de emissão

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO .....	7
1.1.	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA .....	9
1.2.	MISSÃO, VISÃO E VALORES .....	12
1.3.	MODELO DE NEGÓCIO .....	13
1.4.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	16
2.	ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO .....	17
2.1.	QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO .....	18
2.2.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS .....	19
2.3.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS .....	20
2.4.	OBJETIVOS DE GESTÃO .....	22
2.5.	ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS) .....	24
3.	PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO .....	35
3.1.	ATIVIDADE EM 2023 .....	35
3.2.	PRIORIDADES DE 2024 .....	41
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS .....	42
4.1.	ENQUADRAMENTO GLOBAL .....	42
4.2.	GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO .....	44
4.3.	INVESTIMENTO PREVISIONAL .....	46
4.4.	NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL .....	53
4.5.	FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO .....	55
4.6.	CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONFORME DESPACHO N° 324/2023-SET .....	56
5.	RECURSOS HUMANOS .....	57
5.1.	RECURSOS HUMANOS .....	57
5.2.	GASTOS .....	57
5.3.	VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2024 .....	60
5.4.	EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	60
5.5.	CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES .....	61
6.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....	72
6.1.	INSTRUÇÕES, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E ORIENTAÇÕES .....	72
6.2.	ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO .....	74
6.3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS .....	75
6.4.	PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”) .....	82
6.5.	RÁCIO PRC (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS) .....	84
6.6.	GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ESTADAS, AJUDAS DE CUSTO, FROTA AUTOMÓVEL E ESTUDOS, PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA .....	90
6.7.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO .....	92
6.8.	INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS .....	92
6.9.	QUADROS FICHEIRO EXCEL .....	93
7.	CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO .....	
7.1.	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO .....	94
8.	QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS .....	96
9.	OUTROS .....	97
9.1.	FROTA AUTOMÓVEL .....	97
10.	ANEXOS .....	101

**Anexos:**

Anexo I Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

Anexo II Ficha sumária de investimento

Anexo III Fichas descritivas de investimento plurianual

Anexo IV Parecer do Órgão de Fiscalização

Anexo V Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo VI Quadros Ponto 6 Informação Financeira

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico .....	9
Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico .....	11
Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico .....	13
Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico .....	14
Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico .....	16
Figura 6 – Quadro Estratégico .....	18
Figura 7 – Objetivos de Gestão .....	24
Figura 8 – Visão integrada .....	26
Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia .....	28
Figura 10 – Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level .....	32
Figura 11 - Investimento em Capital Fixo para o período 2024 .....	42
Figura 12 – Detalhe do investimento para 2024 .....	43
Figura 13 – Detalhe do investimento para o período 2022 - 2024 .....	46
Figura 14 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2024 .....	47
Figura 15 – Investimento – componente empreitadas – ano 2023 .....	48
Figura 16 – Investimento – componente empreitadas – período 2023 – 2026 .....	49
Figura 17 – Investimento com maior execução financeira – período 2022 - 2024 .....	51
Figura 18 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2024 .....	52
Figura 19 – Cálculo da expressão material do investimento 2024 .....	53
Figura 20 - Fontes de Financiamento para o período 2024 .....	55
Figura 21 - Endividamento no período 2024 .....	56
Figura 22 - Taxa média de financiamento no período 2024 .....	56
Figura 23 – Variação do endividamento no período 2023-2024 .....	56
Figura 24 - Gastos com Pessoal .....	57
Figura 25 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores .....	58
Figura 26 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias” .....	58
Figura 27 - Quadro de Pessoal (detalhe) .....	60
Figura 28 - Quadro de Pessoal (evolução) .....	61
Figura 29 – Gastos com novas admissões de colaboradores .....	61
Figura 30 - Quadro de Pessoal desagegado por categoria .....	69
Figura 31 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência .....	73
Figura 32 - Demonstração da Posição Financeira Previsional .....	76
Figura 33 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2024 - Trimestral .....	77
Figura 34 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional .....	78
Figura 35 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2024- Trimestral .....	79
Figura 36 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional .....	80
Figura 37 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2024 - Trimestral .....	81
Figura 38 – Disponibilidades .....	82
Figura 39 – EBITDA .....	83
Figura 40 – EBITDA Ajustado .....	83
Figura 41 – EBIT .....	83
Figura 42 - Rácio PRC .....	84
Figura 43 – Deslocações e Estadas .....	90
Figura 44 – Ajudas de Custo .....	90

Figura 45 – Frota Automóvel .....	91
Figura 46 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria .....	91
Figura 47 – Prazo médio de pagamento .....	92
Figura 48 – Pagamentos em atraso.....	92
Figura 49 - Esforço Público de Financiamento para 2024 .....	92
Figura 50 - Quadro síntese de autorizações requeridas .....	96
Figura 51 – Gastos Frota automóvel.....	99

## I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a 2ª versão da proposta de Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento (PAO) da Águas do Tejo Atlântico, S.A., para o exercício de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração a 4 de julho do corrente ano, encontrando-se suportado nas melhores previsões de gastos, rendimentos e investimentos, bem como nos elementos constantes do plano de negócios da Empresa, o qual faz parte integrante do Contrato de Concessão.

### Enquadramento

A Empresa submeteu à aprovação da tutela, a 24 de outubro de 2023 no portal da internet do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (SISEE), acompanhado dos respetivos pareceres do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal, o seu Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento para o exercício de 2024 (PAO 2024), aprovado em Conselho de Administração de 19 de outubro.

Considerando que:

- a) À data de submissão à aprovação da proposta do PAO de 2024, a Águas do Tejo Atlântico não tinha ainda aprovado o seu PAO de 2023, nem tinha conhecimento do que viria a constar do Despacho N.º 449/2023-SET, de 23 de outubro de 2023, em que Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, apenas aprovou o Plano de Investimentos para o triénio 2023-2025, tendo considerado não estarem reunidas as condições necessárias para a aprovação do PAO 2023 da Tejo Atlântico, não tendo por isso sido autorizadas contratações em 2023, nem a celebração de estágios, nem a aquisição ou substituição de viaturas;
- b) Decorrente do exposto na alínea anterior, a Empresa reformulou e submeteu nova proposta de PAO de 2023 a 30 de novembro de 2023, a qual foi objeto do Relatório de Análise n.º 299/2023 da UTAM, de 7 de dezembro de 2023, e sobre o qual recaiu o Despacho N.º 623/2023-SET, de 30 de dezembro 2023, aprovando o PAO 2023 e dando autorização para a contratação de 33 trabalhadores;

verifica-se a necessidade de ajustamento do que havia sido proposto no PAO de 2024, devendo o plano de atividades e orçamento observar o resultante da aprovação do PAO de 2023, nomeadamente no que respeita ano número de contratações aprovadas de recursos humanos e respetivos gastos, transpondo na nova versão a possibilidade da correta análise dos gastos estimados para 2024 com os tidos em 2023.

Face ao descrito, vem agora a Águas do Tejo Atlântico apresentar a revisão do PAO 2024 com as reformulações que entendeu como necessárias e os respetivos esclarecimentos sobre as mesmas, que incidiram quase exclusivamente sobre os gastos operacionais e pedidos de recrutamentos para o ano 2024,

tendo adequado a realização do plano de investimento, no que respeita ao exercício de 2024, em conformidade.

O Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento é um exercício de previsão de rendimentos, gastos, endividamento e investimentos futuros, entre outros dados e indicadores, preparado de acordo com a melhor estimativa possível e máximo rigor à data da sua elaboração, e, que naturalmente, está sujeito a acontecimentos futuros não esperados. Os valores encontram-se expressos em euros, salvo quando indicado em contrário.

Dispondo a Empresa, à data da presente revisão do PAO 2024, dos valores reais de 2023, os mesmos foram vertidos nas demonstrações financeiras e nos vários quadros ao longo do presente relatório. Deste modo, a Tejo Atlântico apresenta a projeção para 2024 tendo por base as contas finais de 2023, constantes do respetivo Relatório e Contas.

É ainda de referir, que dada a data a que Empresa procede à revisão do seu Plano de Atividades para 2024, que coincide com o período em que está a preparar o orçamento para 2025 (PAO 2025-27), considerou-se que apenas faria sentido remeter à aprovação o exercício de 2024 e não o triénio 2024-26, pelo que não são apresentadas as projeções para os anos de 2025 e 2026.

O presente exercício de PAO beneficiou ainda das orientações emanadas pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através de Despacho N.º 324/2023-SET.

## I.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sido criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com capital social de 113 527 680,00 € (cento e treze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), tendo-lhe sido atribuída, pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

O sistema resulta da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

A população residente abrangida por este sistema é atualmente de cerca de 2,4 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, servindo os seguintes 23 municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

O sistema pode vir a ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes e avaliação da oportunidade de gestão integrada, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Na caracterização da Empresa, importa ter presente que, tal como referido no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, é proveniente de três extintas empresas, a mais antiga criada em 1995 e as outras duas em 2002, e em que parte dos ativos já eram anteriores a essas datas, na medida em que se tratavam de ativos provenientes de câmaras municipais ou de SMAS, e cuja exploração e manutenção passou para o encargo dessas empresas. Resulta desse enquadramento o facto de a Águas do Tejo Atlântico ser responsável pela gestão de alguns dos ativos de tratamento de Águas Residuais mais antigos e, simultaneamente, de maior dimensão do País. Este contexto, permite-nos contextualizar a situação atual da Águas do Tejo Atlântico, em que a realização de auditorias internas e externas tem permitido constatar o nível crítico de degradação de infraestruturas.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Águas do Tejo Atlântico já atingiu o horizonte de vida útil técnica e, conseqüentemente, apresentam um significativo grau de deterioração no que



Figura 1 - Área Geográfica servida pela Águas do Tejo Atlântico

respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil. Esta situação é agravada pelas condições agressivas dos sistemas de saneamento, muitos deles com características unitárias (arrastando pedras, areias e resíduos de elevada agressividade) e sujeitos à degradação provocada pelos teores de gás sulfídrico, assim como a entrada de água salina na rede de saneamento em “baixa” das zonas costeiras e o ambiente marítimo a que algumas se encontram expostas também contribuem significativamente para a sua degradação.

As restrições e contenções impostas pelo Governo no período de crise económica, através dos sucessivos Orçamentos de Estado, no que respeita quer a custos quer a investimentos, bem como as restrições ao nível dos gastos operacionais verificadas nos últimos anos orçamentais, tiveram consequências negativas para a condição das infraestruturas e equipamentos da Águas do Tejo Atlântico, quer ao nível da componente de construção civil, quer de equipamentos, levando a uma deterioração acelerada das infraestruturas.

Parte destes ativos físicos já sofreram intervenções de reabilitação, sobretudo ao nível de equipamentos mecânicos e elétricos, contudo, um elevado número dessas infraestruturas mantêm órgãos e equipamentos originais, sobretudo ao nível da construção civil, assumindo particular criticidade na continuidade do serviço. Acresce que grande parte dos ativos provenientes da ex-SANEST e ex-SIMTEJO (e anteriormente dos respetivos municípios) foram pioneiros do saneamento em Portugal, apresentando desgaste resultante do decurso do tempo e da desatualização tecnológica.

Alguns dos nossos ativos mais antigos, ainda que reabilitados, remontam à década de noventa. A título de exemplo identificamos os seguintes:

- ETAR de Beirolas - 1989
- ETAR de Chelas – 1989
- ETAR da Guia – 1994
- Interceptor da costa do Estoril - 1994
- ETAR de Frielas - 1998
- ETAR de Alcântara – 2010

Não obstante alguns destes ativos terem sido objeto de intervenções de beneficiação após as datas de construção inicial acima indicadas, em particular a ETAR da Guia e a ETAR de Beirolas, salientamos que estes (ativos) têm órgãos e equipamentos originais que carecem de manutenção e, sempre que se justifique, de substituição. Adicionalmente, e considerando o significativo investimento de reabilitação realizado nos últimos anos nestas duas infraestruturas de grande dimensão, é imprescindível a continua manutenção e reabilitação destes ativos a fim de assegurar a necessária condição funcional dos mesmos.

A origem da Empresa caracteriza, não só os seus ativos físicos, como também os seus recursos humanos, muitos deles provenientes das anteriores empresas e dos serviços municipais que lhes antecederam, o que é revelador na idade média do quadro de pessoal da AdTA que é de 48 anos, que a 1 de janeiro de 2024, dos 398 trabalhadores existentes em dezembro de 2023, 44 terão mais de 60 anos e 6 estarão em idade de reforma. Aliado a isto não pode ser descurado o facto de existir um significativo número de trabalhadores com aptidão condicionada para as suas funções, devidamente atestada por médico do trabalho, a que acresce as situações de baixas médicas prolongadas. Estes dois últimos fatores, são fortes condicionantes na atividade da Empresa, em especial porquanto o Quadro de Pessoal existente revela-se insuficiente para a operação da sua atividade.

A Empresa tem atualmente a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado (€)	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

Figura 2 - Estrutura Acionista da Águas do Tejo Atlântico

## I.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

### Missão

A Águas do Tejo Atlântico é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal. A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Tejo Atlântico, S.A..

### Visão

Empresa inspiradora a nível global pela sua qualidade de serviço e excelência, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.

### Valores

A atividade da Águas do Tejo Atlântico pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, tendo como valores centrais:

- Compromisso
- Integridade
- Transparência
- Respeito
- Excelência

### I.3. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade da concessão compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável), estimando-se que durante o período da concessão possa vir a abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



Figura 3 - Dimensão da Águas do Tejo Atlântico

Para o período em análise, indica-se na figura seguinte os principais indicadores de atividade da Águas do Tejo Atlântico:

PRINCIPAIS INDICADORES	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	Real	Orçamento
Volume de Atividade - caudal recolh	191,1	200,4	197,4
População Servida (milhões de pess	2,4	2,4	2,4
Fábricas da Água (N.º)	100	100	100
EE (N.º)	284	284	288

Figura 4 - Principais Indicadores da Águas do Tejo Atlântico

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- a) A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- b) A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- c) A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- d) O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios.

Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, pode exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas. De referir que, na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a produção e a disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento dos efluentes passou a constituir uma nova atividade principal (e concessionada) das empresas de saneamento de águas residuais. Esta constituía até à data uma atividade complementar. A procura de água reciclada para outros usos, tais como rega, lavagens de ruas, utilização para fins agrícolas, entre outros, tem vindo a crescer, em alinhamento com a política do Governo no domínio da circularidade da economia e aposta na água residual tratada associada às ETAR com maior potencial de reutilização, tendo a Águas do Tejo Atlântico vindo a desenvolver a venda de ApR como uma nova área de negócio, com um grande potencial de crescimento nos próximos anos. Iniciou-se a 1 de maio de 2022 esta nova atividade a partir da Fábrica de Água de Beirolas, estando-se a finalizar-se as negociações para a formulação do contrato de fornecimento com o Município de Lisboa, cujos efeitos retroagirão à data do início da prestação de serviço. Simultaneamente, está em curso o licenciamento do fornecimento de ApR a partir das Fábricas de Água de Frielas, de Chelas, de Mafra, da Guia, do Casalinho, Alcântara e Alverca, havendo já interessados na aquisição deste novo produto. A Empresa continua a produzir ApR para usos internos, o que permite para além da marca da sustentabilidade e circularidade que a caracterizam, poupar na aquisição desse volume de água às Entidades Gestoras. O volume de utilização interna de ApR como água de serviço foi em 2023 de 2,7 Milhões de metros cúbicos (mais de 1000 piscinas olímpicas), tendo tido um aumento de 7% face a 2022. Este foi o volume de água poupado ao nível ambiental e de gasto financeiro.

Integrando o Setor Empresarial do Estado (“SEE”), nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Águas do Tejo Atlântico está organizada para o cumprimento da missão e dos objetivos que lhe foram atribuídos pelos acionistas, atendendo ao enquadramento em que desenvolve a sua atuação, nomeadamente de:

- Âmbito regulatório e tarifário – salvaguarda da sustentabilidade económico-financeira;
- Âmbito operacional - garantido o cumprimento do respetivo Contrato de Concessão.

A Empresa procura assegurar os recursos necessários ao cumprimento da sua missão, adequando a sua natureza aos gastos correntes da atividade e ao plano de investimentos previsto.

O financiamento da Empresa assenta, fundamentalmente, em recursos próprios, em financiamento do Banco Europeu de Investimentos (“BEI”) e em fundos da União Europeia e Dispõe ainda de linhas de financiamento de curto prazo destinados a apoio (pontual) de tesouraria, caso seja necessário.

Na estruturação do seu financiamento, a Águas do Tejo Atlântico beneficia do aval do Estado Português, através do acionista AdP-SGPS.

Importa salientar que à presente data, a Tutela setorial e o Regulador encontram-se em fase de análise da revisão do Contrato de Concessão e do respetivo EVEF da Águas do Tejo Atlântico, cuja última revisão foi submetida a 8 de março de 2024, estando o presente exercício de PAO em conformidade com a proposta de revisão de Contrato de Concessão.

### I.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico para o triénio 2023/2025 foi eleito em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 19 de abril de 2023.

A estrutura organizacional da Empresa, em vigor desde 15 de setembro de 2023, apresenta-se conforme o seguinte organograma:

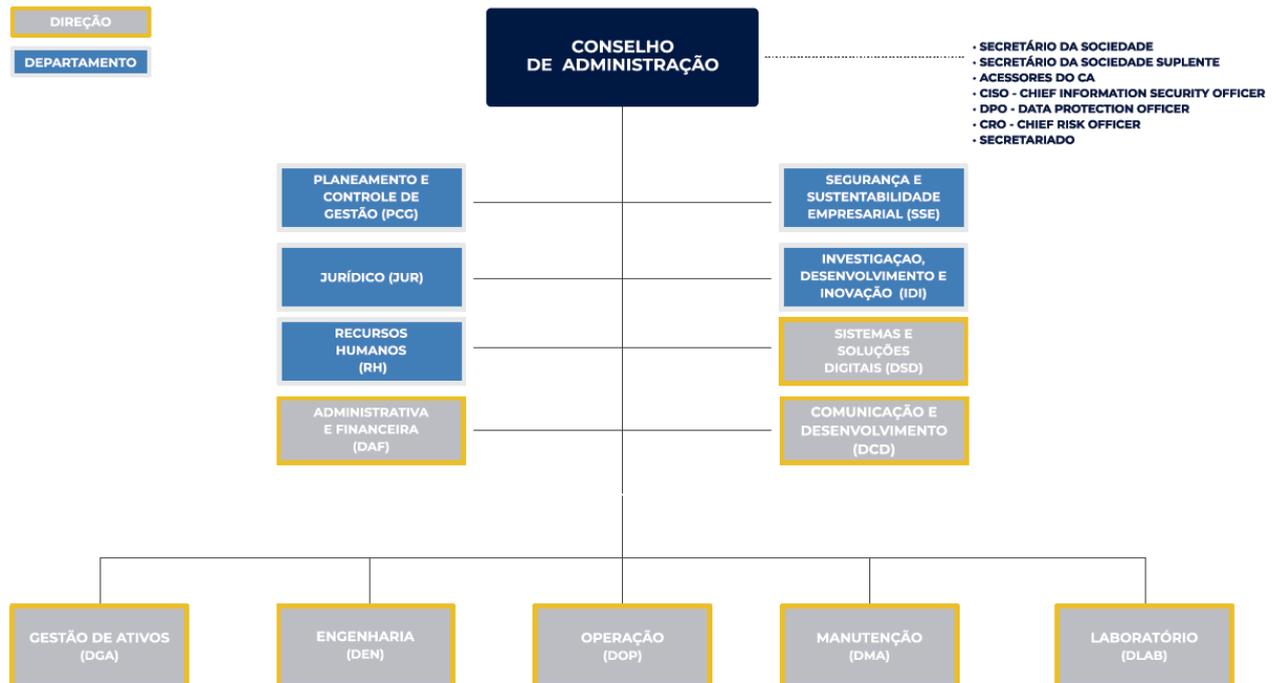


Figura 5 - Organograma da Águas do Tejo Atlântico

## 2. ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

Os valores fundamentais da Águas do Tejo Atlântico assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e na melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da Empresa são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas, prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes nos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;

- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

### 2.1. QUADRO ESTRATÉGICO DE COMPROMISSO

As empresas do Grupo Águas de Portugal assumiram, em 2021, as linhas de orientação do Quadro Estratégico de Compromisso que consolida e agrega as várias iniciativas estratégicas do Grupo AdP ([https://www.adp.pt/downloads/file500\\_pt.pdf](https://www.adp.pt/downloads/file500_pt.pdf)).

Nesse quadro, as orientações estratégicas para o mandato 23/25 encontram-se alinhadas com o QEC, algumas delas resultantes de políticas públicas nacionais e comunitárias ou orientações para o setor da água.

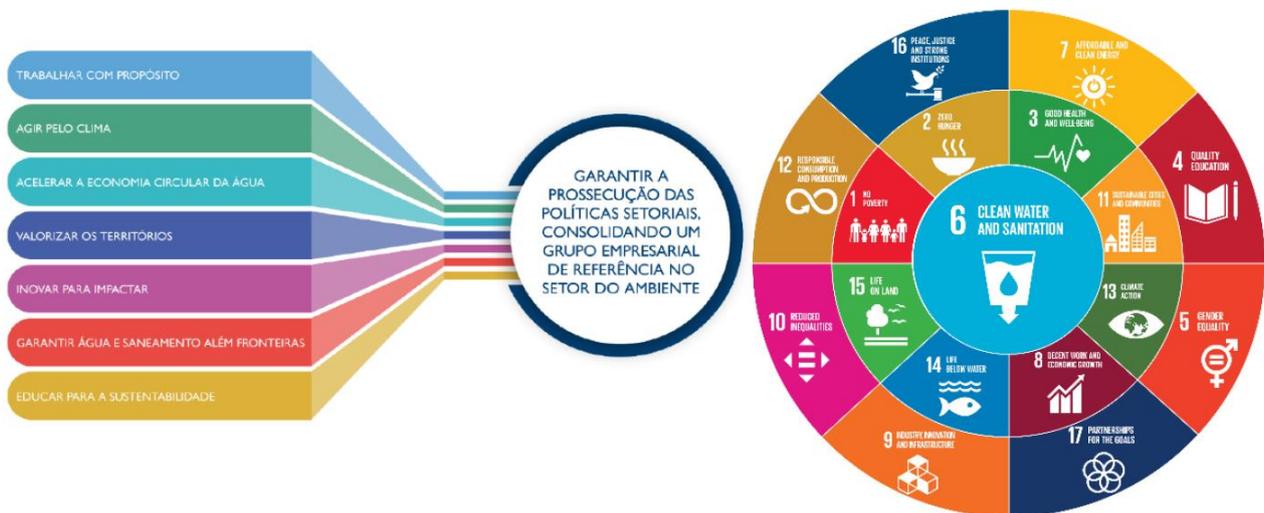


Figura 6 – Quadro Estratégico

## 2.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, deve assegurar que a Empresa:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade do serviço prestado respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolva iniciativas, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

### 2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que incluam as que adiante se enunciam:

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

- Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
- Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
- Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
- Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

- Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
- Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
- Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- Um maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
- A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
- No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para

assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

- Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
- Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
- Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
- Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;
- No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

- Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
- Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
- Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
- Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
- Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na Empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

## 2.4. OBJETIVOS DE GESTÃO

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas e apresentadas anteriormente, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato. As orientações estratégicas gerais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2023/2025.

A atividade da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi confiada a prestação de um serviço público, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público<sup>1</sup>, termos e condições plasmados nos contratos de concessão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gestos ao longo do prazo da concessão, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

No caso específico da Águas do Tejo Atlântico, à qual foi cometida a exploração e gestão de sistemas integrados de saneamento de águas residuais, no quadro legal previsto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 abril, em que a tarifas, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, assegura o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de carácter estratégico, designadamente a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional da Empresa no domínio da prestação de serviços de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Em qualquer dos modelos de gestão de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de

---

<sup>1</sup> Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.

custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período da concessão, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos, e são revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superavits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos.

As orientações estratégicas gerais e específicas reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque na “Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética” e na contribuição “para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades”.

É neste quadro que se enquadram os objetivos da empresa com:

- i) Evolução da qualidade da água fornecida e das águas residuais;
- ii) Plano de Manutenção;
- iii) Evolução do resultado operacional, através do rácio GO/VN;
- iv) Respeito pelo prazo de pagamentos;
- v) Projetos no âmbito da neutralidade energética e económica circular;
- vi) Expansão do Grupo

## Objetivos de Gestão

TIPO	OBJETIVO	CÁLCULO
	<b>Objetivos Setoriais (alínea b) nº. 6 artigo 3 Portaria 167-B/2022</b>	
Sectorial	Qualidade das Águas Residuais	AQAR
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva
Resultado operacional	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / VN]$ Variação face ao PAO proposto
	Respeito pelo prazo de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO
Estratégias	Água para Reutilização	Implementação iniciativas ApR
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas
	Expansão do Grupo	Aumento do número de operações (Alargamento de implantação no território)

Figura 7 – Objetivos de Gestão

### 2.5. ESTRATÉGIA A MÉDIO PRAZO (3 ANOS)

Os seis primeiros anos de vida da empresa foram dedicados à organização, uniformização de processos e metodologias de trabalho, mas também a assegurar a continuidade de operação dos ativos que servem cerca de 2,4 milhões de habitantes e à inovação e desenvolvimento de um conjunto de ações, que no seu conjunto fazem a missão da empresa uma das mais nobres, contribuindo para a proteção do ambiente, suporte de ecossistemas, proteção da saúde pública, desenvolvimento da atividade económica dos territórios que servimos, em particular o turismo, mas também para a inovação do setor.

Em 2023, com nova equipa de gestão da Tejo Atlântico, eleita em 19 de abril iniciou-se um processo de diagnóstico e identificação de pontos de melhoria da organização, enquadrados com os desafios externos, as ambições internas e o alinhamento com o EVEF e com as orientações estratégicas específicas da holding, bem como os objetivos de gestão do mandato. Este processo, concluído em setembro, envolveu a auscultação de todos os colaboradores da empresa, o envolvimento direto das primeiras linhas e resultou na definição da estratégia 23/25 - Inspirados pelo Futuro - que pautará a atuação das equipas de gestão.

Importa salientar que este processo decorreu num momento em que se consolida a consciência global de que nos encontramos num momento singular na história de várias gerações, pela encruzilhada da incerteza em que o mundo se encontra, resultante da emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais de saúde pública, de alimentação e energia, de ameaça à paz global, de falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética. A perceção global do momento singular acentua-se quando verificamos que os elementos indutores e catalíticos destes processos estão interligados, com dinâmicas de evolução imprevisíveis, agravado pelo facto de que a mudança se encontra num processo de aceleração continuada.

Neste contexto de incerteza, o setor da água assume particular importância pela responsabilidade que desempenha na estabilidade do ténue equilíbrio de vários desafios globais, como o clima, a energia, a alimentação, a saúde pública, entre outros. De facto, o setor dos serviços de águas está no epicentro de grande parte destes fenómenos, mas contraditoriamente é reconhecido como um setor resistente à mudança e com reduzida agilidade na adaptação. Vários fatores contribuem para essa perceção, incluindo o facto de ser um setor de capital intensivo, com infraestruturas projetadas para largas dezenas de anos, com uma procura estável e por uma operação em contexto de monopólio fortemente regulado.

Esta realidade intrínseca do setor das águas encontra-se desfasada do ambiente VUCA, em que a aceleração tecnológica fez aumentar o fosso entre as organizações altamente eficientes e as que não acompanham o ritmo, que vão encerrando portas por não se conseguirem manter competitivas. São vários os exemplos deste contexto VUCA, como o caso da situação pandémica que vivemos ou dos eventos climáticos extremos com que convivemos e os seus efeitos para o sector dos serviços de águas, que se manifestam em muitas dimensões, algumas delas incalculáveis até há alguns meses atrás, o que evidencia a necessidade do setor estar preparado para responder aos desafios crescentes previsíveis e imprevisíveis.

Acresce à complexidade global, a introduzida pelos mecanismos de regulação económica e ambiental, a decorrente do essencial equilíbrio acionista e, não menos relevante, a decorrente dos mecanismos de supervisão aplicados ao Setor Empresarial do Estado num país em que o equilíbrio das finanças pública é um imperativo de sustentabilidade nacional.

## **Alinhamento Estratégico**

No Grupo Águas de Portugal, o nosso empenho, alicerçado no quadro estratégico de compromisso, foi reforçado em 2022, com o Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP 2022-2025 (<https://www.adp.pt/pt/index.php?id=69&idn=465>) explicitando as nossas ambições pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos.

A definição de uma estratégia de atuação neste contexto exige o alinhamento dos diversos instrumentos mandatários de cariz legal, contratuais de longo prazo, em particular o contrato de concessão, o quadro estratégico de compromisso do Grupo AdP, com um alcance temporal até 2030 e obviamente as orientações estratégicas e os objetivos de gestão para o mandato 2023/2025, mas também aqueles que todos estamos comprometidos como os ODS e as várias estratégias nacionais e comunitárias nas áreas em que atuamos.

Mantendo na linha de horizonte os objetivos de médio prazo, a estratégia num contexto tão dinâmico necessita de ser focada, objetivada e suportada em objetivos quantificáveis e monitorizada regulamente, mas

também com uma duração passível de ser revista num período de 3 anos e certamente alvo de ajustes em períodos intercalares.

A Visão que guia a ambição da Tejo Atlântico e os objetivos a que nos propusemos exigem um quadro de atuação ambicioso, com métodos de trabalho disruptivos face ao passado, incluindo a utilização de tecnologias e recursos indisponíveis até há pouco tempo, a motivação e mobilização sinérgica das equipas e um plano de ação alinhado com a estratégia, com forte cariz de agilidade, faseado e que permita sucessos de motivação essenciais à continuidade da dinâmica de mudança.



Figura 8 – Visão integrada

### O Edifício Estratégico

A estratégia - Inspirados pelo Futuro é guiada pela visão que partilhamos para a Tejo Atlântico de sermos **A empresa líder a nível global, fundada numa qualidade de serviço irrepreensível, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, pela resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.**

Sabendo onde queremos chegar, estamos convictos de que as fundações de qualquer estratégia são essenciais para a robustez e sucesso da mesma. Para tal, fundámos este edifício da estratégia em 3 fundações estratégicas (eficácia, eficiência e propósito da ação) unidos por um elemento de ligação e essencial a esta robustez que somos Nós AdTA, remetendo para o valor essencial de todas as organizações que são as pessoas.

Trabalhando em cada uma destas dimensões e garantindo a superação em cada uma delas iremos assegurar um serviço de excelência.

Mas a empresa ambiciona crescer, melhorar todos os dias e contribuir para um mundo melhor, inspirada pela Visão, pelo que elegemos 5 pilares essenciais de crescimento: a Resiliência, a digitalização, as parcerias sustentáveis, a Economia Circular e a descarbonização das nossas atividades. Estes pilares de crescimento sendo transformacionais, têm um elemento transversal a todos eles, a mudança e a metamorfose de formas de trabalhar, em prol da organização, focados no nosso propósito, que exigirá o envolvimento de todos para sermos bem-sucedidos.

Queremos, em cada uma das dimensões da nossa estratégia, e através de um conjunto de ações estratégicas, convergir para a visão delineada para cada uma delas:

**Nós AdTA** - Sermos uma empresa atrativa, motivadora, que investe nas competências dos seus profissionais, criando uma cultura de elevada performance, e na qual se trabalha com propósito e reconhecimento mútuo, assumindo o papel de centro de excelência do setor;

**Eficiência** - Sermos a empresa de referência na gestão dos recursos disponíveis, pautando-nos pelo rigor, capacidade de prestar contas de forma transparente e ágil, dando cumprimento à missão de forma sustentável

**Eficácia** - Distinguirmo-nos pela capacidade de planeamento e implementação de projetos e ações de forma ágil e eficaz;

**Propósito** - Cada colaborador desempenha as suas funções com o propósito, o alinhamento com os valores e a ética que torna a Tejo Atlântico uma empresa maior;

**Resiliência** - Sermos a empresa que todos os dias cumpre a missão e prepara um futuro progressivamente mais exigente com a ambição de transmitir um legado visionário de qualidade e fiabilidade;

**Digitalização** - Sermos a empresa onde a informação é robusta, acessível e segura, continuamente disponibilizada à organização para gestão da eficiência, aumento da resiliência e promoção de novas atividades;

**Parcerias Sustentáveis** - A Tejo Atlântico seja um espaço de fomento à inovação, crescimento de iniciativas de valor acrescentado e de desenvolvimento do setor e do território, evidenciando o seu impacto positivo em termos sociais, económicos, na saúde pública e no ambiente;

**Economia circular** - A Tejo Atlântico como centro de competências da economia circular do setor da água em Portugal lidera de forma inovadora o processo transformacional de encontrar um recurso em cada resíduo que produzimos ou a que podemos integrar nas nossas atividades;

**Neutralidade Carbónica** - A Tejo Atlântico será a empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.



Figura 9 – Visão – Pilares da Estratégia

## Os pilares da estratégia

### Nós AdTA

Os recursos humanos são a espinha dorsal de qualquer organização. A Águas do Tejo Atlântico investe na capacitação de seus colaboradores, promovendo um ambiente inclusivo e diversificado. O desenvolvimento de competências técnicas e a sensibilização para questões ambientais são essenciais para alinhar os trabalhadores com os objetivos de sustentabilidade da empresa.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de nos encontrarmos a competir com outras indústrias nacionais e internacionais por profissionais com competências técnicas na área das diversas engenharias, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce, e conforme referido, que a Tejo Atlântico resultou da fusão de duas empresas pioneiras do setor do saneamento em Portugal, uma delas criada em 1995 e outra em 2022. Alguns dos trabalhadores originais dessas empresas, encontram-se nos quadros da atual Tejo Atlântico, pelo que a idade média da nossa empresa é de 48 anos, resultando em incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas operações.

Assim, resultam como subpilares essenciais da estratégia, nesta dimensão:

- ATRAÇÃO E RETENÇÃO DO CAPITAL HUMANO
- SEGURANÇA E EQUIDADE
- CRESCIMENTO CONTÍNUO DO CAPITAL HUMANO
- CENTRO DE EXCELÊNCIA
- CULTURA DE EMPRESA LÍDER

## Eficácia

Um dos principais desafios das empresas públicas nacionais reside na eficácia das suas iniciativas fruto dos condicionalismos internos e externos, situação que nem sempre é devidamente valorizada fruto da sua atuação em nichos de mercado protegidos, com impacto no seu desempenho operacional, na satisfação do cliente pela qualidade de serviço, mas também no seu desempenho económico.

Adicionalmente, a falta de eficácia propaga-se pela organização, enraizando-se na cultura da empresa, conduzindo a estruturas endofágicas que existem para gerirem as suas ineficiências, resultando pouco valor da sua atividade. Os processos de perda de eficácia são usualmente associados à idade das organizações, a processos de reorganização acelerados ou a sociedades onde a burocracia é dominante.

Na Tejo Atlântico, entendemos a eficácia como um pilar basilar da nossa identidade, havendo um trabalho contínuo e essencial de melhoria do nosso desempenho que agregámos nos seguintes subpilares:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

## Eficiência

Os indutores de eficiência a que a Tejo Atlântico está sujeita, de forma continuada ao longo dos últimos anos, permitem-nos evidenciar através de um conjunto de indicadores objetivos, como a tarifa do serviço, rácios GO/VN, energia produzida com recursos próprios, reagentes consumidos, entre outros, que somos uma das empresas mais eficientes no nosso contexto.

Contudo, tal não nos basta e realizamos esforços contínuos no sentido de otimizar os processos de tratamento, reduzir continuamente o desperdício, introduzir novas tecnologias e inovações nos processos e ativos com vista à minimização contínua dos custos do serviço. A eficiência operacional é crucial para oferecer serviços de alta qualidade de forma sustentável e com menor impacto ambiental.

A Tejo Atlântico procura constantemente melhorar a eficiência de suas operações e dos seus ativos, quer pela pressão tarifária a que estamos sujeitos, pela regulação económica e consequente avaliação da qualidade do serviço, mas também porque o profissionalismo e empenho das nossas equipas conduzem naturalmente a essa ambição. Ainda assim, identificamos um conjunto de subpilares que exigirão o nosso empenho no próximo triénio:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

### Propósito e Cultura Empresarial

A história da empresa Tejo Atlântico permite facilmente perceber a necessidade de um esforço contínuo no sentido de criar uma cultura de colaboração, de trabalho em equipa e fortalecimento da identidade de uma empresa que resulta da agregação recente de empresas, algumas delas com mais de duas décadas de existência.

Em qualquer organização, o trabalho de co-construção da identidade em prol da sociedade, pautada por uma atuação *compliant* com os valores é contínuo e necessita de atenção perante.

Depois de um trabalho de diagnóstico da cultura da empresa, estruturámos um conjunto de subpilares que permitirão o reforço do propósito e cultura empresarial:

- CULTURA EMPRESARIAL
- CULTURA EMPRESARIAL
- MELHORIA CONTÍNUA
- VISÃO 360°
- IDENTIDADE

### Resiliência Empresarial

A resiliência dos ativos, processos e pessoal é um aspeto crucial da estratégia da Águas do Tejo Atlântico, sendo desafiado por diversos fatores internos e externos destacando-se com particular acuidade as alterações climáticas e eventos extremos conexos, as afluências indevidas aos sistemas de saneamento, a gestão e acesso seguro à informação e a gestão do conhecimento dentro da organização. A Empresa prepara-se para enfrentar vários desafios, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços necessitando de acautelar uma infraestrutura robusta, devidamente mantida, planos de contingência sólidos e permanentemente atualizados e uma estrutura de gestão ágil.

A gestão dos ativos físicos assume uma particular relevância nesta dimensão, sendo que no caso da Águas do Tejo Atlântico, uma gestão de ativos baseada na otimização do trinómio desempenho/risco/custo ainda está numa fase incipiente, necessitando de particular esforço da organização ao longo dos próximos 3 anos.

Entendemos como subpilares estratégicos:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- ADAPTAÇÃO
- RENOVAÇÃO
- AFLUÊNCIAS INDEVIDAS
- TRANSFORMAÇÃO
- GESTÃO DA INFORMAÇÃO
- GESTÃO DE RISCO
- PROTEÇÃO DO AMBIENTE
- GESTÃO DO CONHECIMENTO

### Digitalização do Negócio e Inovação Tecnológica

O diagnóstico efetuado ao longo dos últimos anos demonstra de forma clara que a Águas do Tejo Atlântico enferma de um problema de crescimento rápido do número e complexidade das suas infraestruturas físicas sem o acompanhamento de uma evolução compatível por parte das infraestruturas digitais e recursos humanos com competências na área.

A digitalização exponencial de equipamentos, processos e utilizadores carece de uma continua atualização da infraestrutura digital de uma organização por forma a manter a funcionalidade e rentabilidade dos investimentos realizados. A título de exemplo, a telegestão de infraestruturas na Tejo Atlântico é possível num número limitado de infraestruturas, a gestão de informação continua a ser um desafio e a otimização de processos poderá ser significativamente potenciada com o apoio do processo de digitalização que se pretende implementar, com recurso a IoT e análise de dados, para melhorar a gestão de ativos, monitorização da qualidade da água e resposta mais rápida a incidentes.

Esta estratégia, totalmente em linha com a **Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado** e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da EU para o setor da água vertidas em **Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level** e as obrigações relativas a **cibersegurança** vertidas na diretiva (UE) 2022/2555

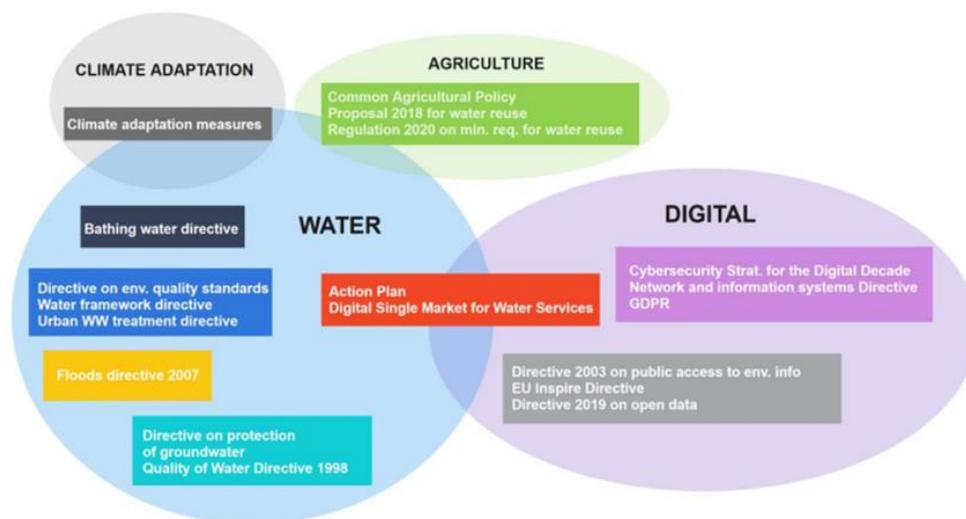


Figura 10 – Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level

A nossa estratégia de digitalização dos ativos e processos inclui os seguintes subpilares:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- OPERAÇÕES E PROCESSOS
- GESTÃO DE DADOS
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- GOVERNANCE E CIBERSEGURANÇA

### Parcerias Sustentáveis

A Águas do Tejo Atlântico pela sua natureza, enquanto sistema multimunicipal, com forte presente no território e pela missão que lhe está acometida no contrato de concessão tem por obrigação assumir-se como agente de desenvolvimento.

O desenvolvimento carece de uma dinâmica de parceria em várias áreas de atividade, quer seja na inovação, na prevenção de incidentes, na educação ambiental ou mesmo no desenvolvimento de novos negócios, como o caso do fornecimento de água para reutilização ou na extensão do negócio da empresa à atividade em baixa.

Assim, considera-se essencial o desenvolvimento do pilar estratégico das parcerias sustentáveis com os seguintes subpilares:

- CULTIVAR PARCERIAS
- INOVAÇÃO
- UTILITIES DE REFERÊNCIA
- NOVOS PRODUTOS E NEGÓCIOS

- PROPRIEDADE INDUSTRIAL

## Economia Circular

A economia circular é uma prioridade global, visando a minimização da utilização de recursos essenciais bem com da produção de resíduo. A reutilização de água tratada e a valorização de lamas de ETAR em prol de uma gestão eficiente dos recursos hídricos são elementos-chave dessa estratégia nacional para a qual a Águas do Tejo Atlântico é determinante no atingimento dos objetivos delineados.

Acresce que a situação de escassez hídrica vivida em Portugal durante os últimos anos, a crise de fertilizantes sentida na europa e a obrigatoriedade dos vários estados-membros em promover uma transição da fertilização sintética para a fertilização orgânica bem como a crise energética a nível global, vem colocar estas atividades no topo da agenda com a consequente necessidade de evolução do setor.

A Tejo Atlântico coloca como subpilares desta sua área estratégica:

- ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO
- BIOSÓLIDOS
- NOVOS PRODUTOS
- ENERGIA
- COMPETÊNCIAS

## Neutralidade Carbónica

A Águas do Tejo Atlântico ambiciona ser a empresa do Setor de Saneamento nacional com a mais baixa pegada de carbono, contribuindo para os desígnios nacionais de sermos um dos primeiros países ao nível global a atingirmos as metas do Acordo de Paris, assinado em 22 de abril de 2012, e que representa uma mudança de paradigma na abordagem e na dinâmica de resposta aos desafios das Alterações Climáticas.

Acresce que os compromissos de sustentabilidade assumidos pelas empresas do Grupo AdP, a estratégia nacional e comunitária será impossível de alcançar sem que se materialize uma estratégia baseada no impacto de cada organização na sua pegada carbónica global.

Para cumprir seu compromisso com a neutralidade carbónica, a Águas do Tejo Atlântico investe em fontes de energia limpa, na otimização de processos e na redução das emissões de carbono através dos seguintes subpilares:

- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- PRODUÇÃO DE ENERGIA
- CARBONO COMO ELEMENTO DE SUPORTE À DECISÃO
- SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA
- PROCESSOS E ATITUDES

A estratégia de desenvolvimento da Águas do Tejo Atlântico para o triénio é simultaneamente um compromisso e um instrumento de fomento do crescimento da empresa que abraça a sustentabilidade como propósito. Através de recursos humanos capacitados, eficácia operacional, cultura de propósito, resiliência, digitalização, parcerias sustentáveis, economia circular e neutralidade carbónica, a Empresa irá moldar um futuro mais sustentável.

Os Indicadores estratégicos da Empresa para o triénio 2024-2026 são os seguintes:

INDICADORES	FORMULA DE CÁLCULO	Variáveis	unidade	2024		2025		2026	
				variáveis	indicador	variáveis	indicador	variáveis	indicador
Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]	GV+FSE+GP	%	61 086 480	62%	62 816 344	62%	58 109 163	58%
		Volume Negócios		98 229 562		100 534 568		100 553 437	
Cumprimento das licenças de descarga	Nº de TURH em cumprimento/(Nº Total de TURH+Nº ETAR a operar sem TURH)	Nº de TURH em cumprimento	%	87	87%	91	90%	93	92%
		Nº Total de TURH emitido+Nº ETAR a operar sem TURH		100		101		101	
Ocorrência de colapsos em saneamento	Nº de colapsos estruturais em Coletores/(Comprimento total de coletores (km)×100)	Colapsos estruturais em coletores	nº / 100 km	11	1,0	10	0,9	9	0,8
		Comprimento total dos coletores		1 138		1 138		1 138	
% de Volume de ApR consumido face ao ano anterior (interna e externamente) %	Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n/Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n-1	Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n	%	3 329 460	2%	3 379 460	2%	3 456 460	2%
		Volume de água reutilizada consumida interna e externamente do ano n-1		3 263 829		3 329 460		3 379 460	
Autonomia energética (%)	Energia produzida com recursos próprios/Energia consumida (%)	Energia Produzida na TA com recursos endógenos e naturais	%	21 659 683	24,6%	24 970 126	28,2%	26 298 155	30,1%
		Energia consumida		88 047 604		88 645 362		87 298 958	

### 3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

A estratégia apresentada carece de uma articulação plena entre pilares bem como a sua execução simultânea, porque apenas dessa forma se garante o sucesso da estratégia enquanto um todo.

As ambições da Águas do Tejo Atlântico expressas no capítulo anterior e monitorizadas através dos indicadores e métricas apresentadas, são materializadas em investimentos e gastos planeados para o triénio, com vista à concretização dos objetivos para os quais está mandatada.

O instrumento de planeamento PAO24 inclui a sistematização, planeamento e justificação das atividades que concretizam a estratégia apresentada na secção anterior, e que permitem atingir os objetivos aí estabelecidos.

Não pode ainda deixar de ser referido que a Empresa apenas obteve despacho conjunto de aprovação sobre o PAO para o ano de 2023 por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do Tesouro e do Ambiente e da Energia a 30 de dezembro de 2023, pelo que o presente documento reitera um conjunto de pedidos e gastos já identificados no passado mas que não foram possíveis de concretizar, nomeadamente os relacionados com contratação de recursos humanos e com gastos operacionais não diretamente variáveis com o volume de atividade, mas sim a carências nas áreas da operação e manutenção, segurança e digitalização, imprescindíveis para o desempenho da missão que lhe está acometida.

#### 3.1. ATIVIDADE EM 2023

O ano de 2023 foi verdadeiramente o primeiro ano da era pós-covid. Contudo, de forma imprevisível, às consequências da era COVID veio sobrepor-se o efeito da guerra na Ucrânia e os impactos que daí advieram. Este foi o cenário do início de 2023, com um contexto ainda mais complexo, mais multifacetado e muito desafiante. A crise da energia, o aumento dos preços das matérias-primas e da mão de obra, que gera um crescimento exponencial dos preços das empreitadas e dos serviços, as dificuldades crescentes de reter e contratar recursos humanos competentes, num cenário já de insuficiência de recursos, são situações que marcam o ano de 2023, e que se refletirão nos anos vindouros.

Destaca-se novamente o empenho das equipas operacionais que mantêm em funcionamento os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, 365 dias por ano e 24 horas por dia, que executam a suas tarefas com empenho e profissionalismo, não obstante as condições adversas, evitando a interrupção do serviço.

No ano de 2023 a Empresa focou as prioridades em diferentes tipologias de ação, que resultam em esforços distintos e igualmente distintos resultados:

### **Organização interna**

O ano da Tejo Atlântico ficou marcado por um processo inclusivo de co-construção da estratégia 2023/2025, “Inspirados pelo Futuro”, um instrumento de alinhamento de esforços dentro da organização e, simultaneamente, uma resposta aos vários desafios e compromissos assumidos pela Tejo Atlântico pautada pela coerência, ambição e profissionalismo.

Na vertente interna, o ano 2023 foi marcado por um conjunto de alterações a diversos níveis, alinhadas com a nova visão consagrada na estratégia “Inspirados pelo futuro”, destacando-se a aprovação do novo organograma da Empresa, bem como a realocação de funções em diversas unidades orgânicas, a fim de reforçar os meios humanos em determinadas áreas críticas para a segurança das operações, contribuindo para a eficiência de processos contínuos essenciais na gestão sustentável dos ativos infraestruturais e para o aumento da resiliência da empresa perante os desafios presentes e vindouros.

No ano 2023, concluiu-se ainda a revisão quinquenal do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão (EVEF), nomeadamente a atualização dos seus Modelos Técnicos e o correspondente Plano de Investimentos. Para o efeito, foi fundamental a identificação e a priorização dos investimentos a realizar no próximo quinquénio, em conformidade com a missão da Empresa e com a necessária resposta estratégica aos desafios do setor.

### **Segurança**

A melhoria das condições de trabalho e de segurança continuou a ser uma prioridade em 2023, continuando a execução das medidas do Plano de Reforço de Segurança da Empresa, com o objetivo de eliminar os riscos de colapso de estruturas e, conseqüentemente, continuar a evolução prevista para níveis de segurança compatíveis com a atividade operacional da Empresa. Considerando o passivo de manutenção, a fim de salvaguardar a funcionalidade dos ativos e otimizar os respetivos custos do ciclo de vida, manteve-se, no ano de 2023, a prestação de serviços externos de manutenção concretizadas em 2022.

Na atividade operacional, assinala-se a conclusão do Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH), trabalho iniciado em 2021, com a emissão de licenças, reconhecendo valores limites de emissão (VLE), sem esforço adicional de reestruturação das suas infraestruturas.

Não obstante, recorde-se que a proposta de revisão da DARU, apresentada pela Comissão Europeia em outubro de 2022, ao impor restrições aos níveis de tratamento das águas residuais urbanas, implicará a revisão em alta dos investimentos, bem como dos gastos operacionais, associados, indispensáveis para o cumprimento desse e ambicioso novo instrumento regulatório, quando aprovado pelo Conselho Europeu.

## **Eficiência**

No âmbito operacional, destaca-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, nos diversos Centros Operacionais, com resultados:

- Na redução em 6,4% do consumo de energia, destacando-se o CO da Costa do Estoril e o CO de Beirolas e S. João da Talha, com reduções na ordem dos 17% e 14%, respetivamente;
- Na redução em 21,4% do consumo específico de reagentes em kg/m<sup>3</sup>, face a 2022;
- Na redução em 50% do consumo de água potável;
- No aumento da produção de energia em 8%;
- No aumento de utilização de ApR;

Ainda no âmbito operacional, salienta-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, na Fábrica da Água da Guia. Destacam-se os bons resultados obtidos na evolução dos indicadores operacionais, que confirmam a necessidade das intervenções iniciadas em 2022. Salienta-se ainda o arranque do processo de elaboração do Plano de Ação da Guia do Futuro, que se iniciou no segundo semestre de 2022, cujo objetivo é delinear as soluções de futuro para esta instalação, para que seja uma referência na perspetiva integrada da circularidade no saneamento.

## **Resiliência**

O arranque do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, que teve início em 2022, marcou também 2023.

O trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, no âmbito do Plano de Ação AgIR, encontra-se em pleno desenvolvimento. O programa é financiado pelo Fundo Ambiental, para contratação de equipas externas, equipamentos e serviços técnicos de apoio à implementação do Plano.

Em 2023, foram rececionados os equipamentos de apoio e contratualizados os serviços técnicos, com os quais se iniciaram os diversos trabalhos no terreno, nomeadamente o levantamento das redes, as campanhas de amostragem e de medição de caudal, a monitorização de pontos relevantes quer nas redes de drenagem, quer nas indústrias, hospitais e ETARI.

Deu-se continuidade a todo o trabalho iniciado em 2022, de recolha, compilação da informação de base, produção de documentação técnica, geral e de organização, a atualização da informação cadastral no SIG AgIR, com particular incidência nos 6 municípios englobados na Fase I do AgIR. Encontram-se, em fase de integração 6 novos municípios e as respetivas indústrias da Fase 2.

Prosseguiram as reuniões técnicas com os municípios, as visitas técnicas às indústrias, procurando recolher a informação necessária que permita prestar apoio à definição de novas soluções no processo produtivo

industrial e/ou de Pré-Tratamento de Águas Residuais Industriais e dos respetivos efluentes gerados onde estão, também, incluídas recomendações de boas práticas operacionais, propostas de medidas de eficiência 360° com vista a melhorar o desempenho hídrico, energético e material das indústrias.

Foi desenvolvido um trabalho de acompanhamento sistemático com indústrias, que apresentam impacto muito significativo nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente na FA que recebe os seus efluentes e com os quais se celebrou, ou encontra-se em vias de celebrar um Protocolo Quadripartido.

Iniciou-se o ciclo de Formações AgIR no domínio dos efluentes industriais – ProÁguas Indústria, à medida para os técnicos dos sistemas municipais e das indústrias, tendo sido concretizadas 2 Edições em 2023.

Em 2023 iniciou-se igualmente a elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tendo presente o enorme impacto que os eventos extremos, em particular de pluviosidade, apresentam para uma empresa como a Tejo Atlântico responsável pela drenagem e tratamento de águas residuais em zona urbana com elevado risco de inundação, com impacto na segurança de bens e pessoas.

### **Novas atividades**

A valorização de recursos continua a ser uma prioridade da Empresa, pelo que, em 2023, foram dados passos importantes na preparação das novas atividades de gestão de biolamas e de reutilização de águas residuais.

O Plano de Biolamas integra soluções otimizadas de tratamento de lamas, tendo em vista, por um lado, a redução da produção de resíduos e, por outro lado, a maximização da sua valorização. Este projeto é uma componente da estratégia de transformação das instalações de tratamento do Tejo Atlântico em verdadeiras fábricas de recuperação e valorização de recursos, assentes num modelo de circularidade e de descarbonização do ciclo urbano da água. Em 2022, foi pedida autorização ao concedente para a execução dos investimentos em instalações de valorização de lamas, prevendo-se ainda em 2023 dar início aos processos de contratação das empreitadas.

Em 2023, verifica-se a contínua procura pela água para reutilização (ApR) quer pelos municípios parceiros da Empresa, quer pelos setores agrícola (associação de regantes) e do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico.

Recorda-se a rega dos jardins do Parque das Nações da Zona Norte, em parceria com Câmara Municipal de Lisboa, projeto iniciado em 2022.

No que respeita aos projetos iniciados em 2023, destacam-se:

- Execução da Ampliação da produção de ApR, a partir da FA de Beirolas, para a rega do recinto das JM23, com um caudal de dimensionamento de 3.000 m<sup>3</sup>/d de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA do Casalinho, para a rega do campo de golfe West Cliffs, com um caudal de dimensionamento de 136.500 m<sup>3</sup>/ano de classe B.

- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Chelas, Alcântara e Beirolas, para a rega de espaços verdes em Lisboa, com um caudal de dimensionamento de 4.000.000 m<sup>3</sup>/ano de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Alcântara, Chelas, Frielas e Guia, para abastecimento a camiões municipais, com caudais de dimensionamento de 119.040 m<sup>3</sup>/ano, 36.500 m<sup>3</sup>/ano, 36.500 m<sup>3</sup>/ano, 28.250 m<sup>3</sup>/ano, respetivamente.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA de Frielas, para aproveitamento hidroagrícola, com um caudal de dimensionamento de 4.500.000 m<sup>3</sup>/ano de classe B. Projeto em parceria com a DGADR.
- Em desenvolvimento - Abastecimento de ApR, a partir da FA Frielas ao estádio do Infantado, com um caudal de dimensionamento de 100 m<sup>3</sup>/h.

Todos estes projetos constituem um aumento da atividade da Empresa, em estrito cumprimento do regime jurídico consagrado no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, assumindo particular preponderância para o desenvolvimento da atividade.

A gestão de energia tem sido também uma prioridade da Empresa. Em 2022 tiveram início as empreitadas de instalação de painéis fotovoltaicos nos subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas. O sistema de gestão de energia (SGE), que está certificado, é um instrumento essencial na monitorização e decisão sobre as intervenções a realizar quer no domínio da produção de energia verde, quer no domínio da eficiência energética, projeto igualmente prioritário em 2023.

O programa de otimização da produção de energia a partir do biogás produzido nas FA irá ter desenvolvimentos em 2023, sendo que as FA de Chelas e a FA de São João da Talha tiveram intervenções centradas na maximização da produção de biogás.

Considerando a certificação do sistema de Gestão de Ativos, no âmbito da Norma ISO 55001 para as instalações nos Subsistemas de Alcântara, Guia e Santa Cruz, obtida em 2022, a Empresa está fortemente comprometida com a implementação de uma ação transversal robusta e em contínua evolução para a gestão sustentável dos seus ativos infraestruturais. Esta é uma prioridade da Empresa continuando o iniciado em 2021 e 2022, durante os quais foram desenvolvidas e utilizadas ferramentas de planeamento e de análise da criticidade e do risco infraestrutural. Estes avanços concretizados foram já integrados nos processos de tomada de decisão para priorização de investimentos a realizar nos próximos anos. No entanto, será difícil avançar sistematicamente com o processo de inspeções se se mantiveram a exiguidade de recursos, o que terá de ser ultrapassado para que este processo central na gestão de ativos seja efetivamente concretizado.

## **Digitalização das operações**

A Empresa continua empenhada na elaboração e implementação do Plano de Transição Digital da Águas do Tejo Atlântico, iniciado em 2022, mas que tem progredido muito mais lentamente do que previsto nessa data decorrente de dificuldades diversas ao nível dos recursos humanos disponíveis, mas também dificuldade de contratação de prestações de serviço que supram as necessidades básicas nesta área.

O nível de maturidade digital da Empresa é manifestamente insuficiente para uma entidade da dimensão e complexidade da AdTA, que não tira partido das potencialidades do Digital e limita fortemente a capacidade da Empresa no aumento da eficiência dos processos e na qualidade da informação para a tomada de decisão operacional, tática e estratégica. Assim, neste domínio, a Empresa pretende fazer no futuro uma aposta forte nos recursos internos da área de IT, que passará essencialmente por constituir uma equipa que lidere o programa de transição digital, processo que se exige rápido, eficaz e sustentável. Salienta-se que algumas das ineficiências hoje diagnosticadas na AdTA resultam de um atraso significativo nesta área, com prejuízo para a fluidez de informação no seio da organização, repetição de tarefas em resultado de lacunas de informação, mas também a realização de muitas tarefas manuais que podem ser agilizadas com recurso ao digital. Esta realidade agrava-se com o facto de cada vez mais os equipamentos incorporados através de diversas empreitadas apresentam maior potencial de digitalização, os clientes são mais exigentes, os processos mais complexos e consumidores de informação e, infelizmente, o desenvolvimento digital da AdTA não acompanhou, ao longo dos últimos anos, a infraestrutura física e a realidade do setor da água.

Salienta-se ainda que a empresa não consegue ainda responder ao exigido na legislação em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei 65/2021 de 30 de julho que procede à regulamentação dos requisitos de segurança das redes e sistemas de informação e, por outro lado, aos requisitos de notificação de incidentes que afetem a segurança das redes e dos sistemas de informação, prevendo as circunstâncias, o prazo, o formato e os procedimentos aplicáveis, que devem ser cumpridos pela Administração Pública, operadores de infraestruturas críticas, operadores de serviços essenciais e prestadores de serviços digitais.

O processo de reorganização em curso bem como as autorizações concedidas aquando da aprovação do PAO23, em 4 de janeiro de 2024 permitiu o lançamento de um procedimento de contratação de um técnico superior C para a equipa da Direção de Soluções Digitais que irá liderar o processo durante o ano 2024.

## **Inovação**

A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma no ano de 2023, com a continuação do projeto Hidrogasmove, um projeto pioneiro no domínio da descarbonização e valorização da energia produzida nas nossas Fábricas de Água. Foi dada continuidade aos projetos B-Watersmart,

ECOVAL, e foram dados passos para novos projetos de demonstração a realizar nos “laboratórios vivos” que são as instalações da Empresa.

Por fim, é importante salientar que cada vez mais, os efeitos das alterações climáticas têm impacto na atividade da Tejo Atlântico. Se por um lado, a seca vivida nos últimos anos veio reforçar a importância do recurso “água reciclada” não só para usos municipais mas também para as atividades económicas (turismo e agricultura, entre outras), fazendo crescer exponencialmente os pedidos de diversas entidades para que a Tejo Atlântico possa fornecer ApR, por outro lado, as chuvadas intensas que provocaram inundações na zona da Grande Lisboa, no mês de dezembro de 2022, vieram demonstrar a necessidade de investir no aumento de resiliência dos sistemas.

Simultaneamente foi um ano marcado pela eleição dos órgãos de gestão da empresa, decorrendo um conjunto de atividades estratégicas e táticas em simultâneo com a atividade operacional acometida pelo contrato de gestão.

### 3.2. PRIORIDADES DE 2024

As prioridades definidas para 2024 estão enquadradas com a estratégia da Empresa “Inspirados pelo Futuro”, organizadas em 9 pilares estratégicos e incluem, valorização dos recursos humanos e competências essenciais às operações, eficácia, eficiência e segurança das pessoas, ativos e operações, resiliência, digitalização, utilização sustentável dos recursos (reutilização de água, biolamas e produção de energia verde), e neutralidade carbónica, explicitadas no documento em anexo.

Na realização dos Planos de Atividades e Orçamento, a Águas do Tejo Atlântico tem feito por cumprir a Lei de Orçamento do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo sempre em linha de conta os constrangimentos e os limites impostos. Nesse sentido, foi refletido o esforço na otimização dos processos com vista à redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado.

Nas Demonstrações Financeiras para 2024, estão refletidos os gastos que se esperam necessários incorrer para a realização destes objetivos, gastos esses que previstos no Estudo de Viabilidade e Económica e Financeira da Empresa, que faz parte integrante do Contrato de Concessão.

No Indicador de Eficiência Operacional, rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócio, foram excluídos os gastos com impacto orçamental significativo que se consideram decorrentes de fatores ocasionais, pelo cumprimento de imposições legais ou por requisitos de segurança da própria atividade operacional, como se poderá constatar mais à frente no presente relatório, no ponto 6 – Informação

Financeira. Do mesmo modo, na determinação do indicador foram, por uma questão de comparabilidade, identificados os gastos que se estimam incorrer em 2024 e que não ocorreram no passado, ou que tendo ocorrido, não foram da mesma proporção.

## 4. PLANO DE INVESTIMENTOS

### 4.1. ENQUADRAMENTO GLOBAL

A garantia de uma estrutura de capitais adequada aos desafios e orientações constitui uma das maiores preocupações da Águas do Tejo Atlântico, atendendo não só ao necessário, porém avultado, Plano de Investimentos, mas também às regras e orientações presentes em cada exercício. Esta preocupação constitui um dos pressupostos de construção do seu EVEF (Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, Anexo III do Contrato de Concessão).

O Contrato de Concessão da Empresa estabelece um prazo de concessão de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento, a preços constantes de 2016, de 197,7 milhões de euros. Incorporado neste plano de investimentos está um valor de investimento de substituição/renovação/reabilitação de cerca de 89,1 milhões de euros.

Para além dos investimentos de substituição/renovação/reabilitação, o imobilizado da Empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção.

A AdTA prevê no plano de investimentos do PAO2024 valores mais consentâneos com a realidade do sistema e preços praticados sem prejuízo de, enquanto não for submetida e aprovada a revisão do EVEF, aplicar-se os procedimentos de reforço do investimento que dependem de autorização do concedente.

Investimento	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	Real	Orçamento
Investimento do período (previsto no EVEF)	32 412 912	3 510 991	3 626 853
Investimento do período	21 674 444	17 650 294	39 465 683

Figura 11 - Investimento em Capital Fixo para o período 2024

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2024 é de 39,5 milhões de euros. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos investimentos por grandes rubricas:

Investimento	31.12.2024
	Orçamento
Empreitadas	23 844 331
Estudos e projetos	3 623 291
Terrenos	160 929
Fiscalizações	963 221
Assessorias	1 216 162
Outros	9 657 749
	<b>39 465 683</b>

Figura 12 – Detalhe do investimento para 2024

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados à capitalização de encargos, a projetos de Investigação & Desenvolvimento, às aquisições diretas de equipamento básico e a intervenções em infraestruturas associadas às atividades operacionais, que necessitam de substituição/renovação/reabilitação, no âmbito da obrigação de conservação e manutenção das infraestruturas da concessão. As aquisições de equipamento básico, atendendo à sua natureza, valor e motivos da necessidade dos bens a adquirir, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição de ativos em final de vida útil, foram classificadas com investimento em detrimento de serem previstas na rubrica de conservação e manutenção de fornecimentos e serviços externos.

O planeamento de investimentos da Águas do Tejo Atlântico é revisto com periodicidade anual, sendo objeto de acompanhamento mensal no que respeita designadamente à execução física e financeira.

A priorização da execução das empreitadas previstas no Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão é anualmente ponderada em função da avaliação de risco associado à não execução de cada investimento, de acordo com a Metodologia de Priorização de Investimentos em vigor no Grupo Águas de Portugal, de forma a manter a qualidade e eficiência dos serviços de recolha e tratamento de águas residuais, salvaguardando a saúde pública, o bem-estar das populações e a proteção do ambiente.

São ainda previstos, sempre que identificados no âmbito de estudos estratégicos realizados pela Águas do Tejo Atlântico, investimentos novos de construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), Estações Elevatórias (EE) e Emissários/Intercetores associados à expansão do Sistema e ao aumento da cobertura/população servida e, como tal, à melhoria significativa da qualidade da água dos meios recetores nas áreas envolventes, a par com os benefícios sociais, económicos e de saúde pública.

Anualmente, na componente de investimento de substituição em Infraestruturas, é efetuada uma análise por Grande Natureza de Ativo (GNA), baseada numa avaliação de risco de falha operacional das infraestruturas. Esta análise permite que sejam identificados e propostos investimentos que contribuam para a redução de situações de degradação de condição infraestrutural e de equipamentos, aumento de eficiência operacional, aumento de eficiência energética e resiliência, bem como de forma específica para a melhoria e manutenção das condições de Segurança nas instalações da Águas do Tejo Atlântico.

## 4.2. GRANDES TIPOLOGIAS DE INVESTIMENTO

Dos investimentos previstos que pretendem assegurar a necessária e premente melhoria das condições de desempenho, resiliência e operacionalidade dos órgãos e equipamentos existentes nas ETAR, destaca-se a execução de intervenções profundas de reabilitação/substituição nas Fábricas de Água de Arruda dos Vinhos, Torres Vedras, Ericeira e Santa Cruz cujas componentes de construção civil, equipamentos, instalações elétricas e supervisão/automação apresentam elevado grau de degradação, aproximando-se do seu fim de vida útil, em que a frequência de falhas se tornou muito significativa, com custos muito acrescidos nomeadamente a nível de manutenção (preventiva e curativa). Estas intervenções em conjunto com os investimentos também previstos no domínio do controlo de caudais pluviais e outras aflúncias indevidas permitem, assim, repor condições de operacionalidade que garantam a qualidade de serviço e o cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH). Concorrem ainda para este propósito duas linhas de investimento associadas a Otimização dos Processos de Tratamento e Adaptação a novos requisitos de qualidade impostos pelos TURH, no valor total de 16M€.

Salientam-se também os investimentos associados à Digitalização, com aposta clara em melhorias associadas ao controlo, automação e supervisão do funcionamento do Sistema da Águas do Tejo Atlântico, por via de investimento em Telegestão/Supervisão/Automação/Instrumentação, visando um aumento da eficiência operacional e do conhecimento das condições de funcionamento do sistema e dos seus ativos em tempo real, destacando-se o investimento de 4,5M€ na primeira fase do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico.

No domínio da eficiência energética salientamos a continuação da implementação do “Plano Estratégico Energia+”, procurando de forma integrada dar cumprimento a um conjunto de compromissos de eficiência energética, institucionais e legais, consubstanciados nos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover uma cultura de gestão de energia na Empresa;
- Neutralidade Energética até 2030;
- Aumentar a Eficiência Energética;
- Integrar as 23 instalações que representam 80% dos consumos da Águas do Tejo Atlântico no Sistema de Gestão de Energia;
- Melhorar a qualidade e fiabilidade dos dados de energia.

Destaca-se do conjunto de compromissos acima referenciados, o Programa Zero, em implementação pelo Grupo Águas de Portugal, que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. A Águas do Tejo Atlântico está assim comprometida com os objetivos estratégicos do Grupo AdP, integrados no programa

Zero do Grupo AdP, realizando investimentos que conduzam à redução dos consumos energéticos, através de implementação de diferentes medidas de eficiência energética e de aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo o biogás das Estações de Tratamento das Águas Residuais, mas também de energia eólica, hídrica e solar fotovoltaica, num mix energético integrado que visará a maximização do autoconsumo.

A maximização da energia produzida para autoconsumo obrigará a alterações no padrão da operação, incorporando a produção de energia no core da atividade de saneamento e promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência. Implicará ainda a aposta na digitalização e na qualificação dos trabalhadores, sem esquecer o relevante contributo para o desenvolvimento regional e social.

O desenvolvimento do Programa ZERO na Águas do Tejo Atlântico, S.A. visa a implementação de ações/medidas que se estima que venham a atingir cerca de 32,8 milhões de euros, conduzindo a uma poupança, por via de custos evitados com a aquisição de energia elétrica da rede, que se estima da ordem dos 83,3 milhões de euros até ao final de 2045.

Nestes investimentos destaca-se o arranque que ocorreu em 2022 da construção de 23 centrais fotovoltaicas para autoconsumo nas principais Fábricas de Água da Águas do Tejo Atlântico. Encontrando-se concluídas as centrais fotovoltaicas de Chelas e Beirolas.

O plano de investimentos reflete ainda a aposta clara da Empresa na manutenção das condições de segurança nas suas instalações com um valor previsto para o triénio de cerca de 14 M€.

Alinhada com a política nacional de gestão dos recursos hídricos e numa ótica de economia circular, a Águas do Tejo Atlântico tem como objetivo o incentivo e promoção da prática de reutilização das águas residuais tratadas nas suas infraestruturas e também ao nível da higiene urbana das cidades e espaços verdes dentro da sua área de concessão.

Sempre que seja técnica e economicamente viável, a Águas do Tejo Atlântico pretende dotar as suas ETAR com sistemas de tratamento complementar para a produção de água para reutilização (ApR) reciclando água residual, com uma qualidade e condições de segurança para os trabalhadores e utilizadores, compatíveis com a sua reutilização nos diversos usos.

Ainda no domínio da economia circular tem particular importância o arranque da implementação do Plano de Gestão de Lamas, que se insere no Plano de Circularidade e Valorização Orgânica do Grupo AdP e tem por objetivo a redução da quantidade de lamas de ETAR encaminhadas a destino final, preconizando soluções e intervenções que promovam o efeito de escala e a transformação deste resíduo em novos produtos, permitindo alargar o leque de opções de utilização ou de valor acrescentado para as utilizações já atualmente mais comuns. Este Plano permite ainda internalizar um conjunto de operações de valorização das lamas que se traduz numa maior resiliência das infraestruturas de tratamento à perturbação por fatores externos (como

por exemplo dificuldades de escoamento por parte dos prestadores de serviços ou por perturbações no circuito logístico de transporte). Inclui diversas intervenções no domínio da Hidrólise, Compostagem e Secagem Solar de Lamas, cujo valor total dos investimentos previstos é de cerca de 50M€ (2025/2030).

Do investimento previsto realizar em 2024, a quase totalidade encontra-se prevista no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Águas do Tejo Atlântico (EVEF), tendo em vista a garantia da sustentabilidade económica e financeira da Concessão. Os investimentos não previstos no EVEF em vigor ou cujo valor previsional se situa significativamente acima do previsto, decorrentes da resposta do mercado da construção, serão naturalmente objeto de revisão e, subsequentemente, de aprovação e de autorização prévia da Entidade Reguladora e do Concedente. Não obstante, importa referir que os incrementos de verba propostos estão já refletidos na revisão quinquenal em curso do EVEF.

Salienta-se que o investimento previsto para o triénio reflete a aposta da Empresa na recuperação do investimento que não foi possível realizar nos anos de 2017 a 2023, conforme previsão que consta do EVEF.

Os projetos de investimento são instruídos de acordo com o Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, e aprovados nos termos e condições definidos no Contrato de Concessão e no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Os projetos de investimento são aprovados/autorizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), Ministério do Ambiente e Energia e pelos Municípios territorialmente competentes.

De referir ainda que a Águas do Tejo Atlântico é ambiental e economicamente regulada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ERSAR, respetivamente.

### 4.3. INVESTIMENTO PREVISIONAL

O volume de Investimento em infraestruturas previsto para 2024 é de 39,5 milhões de euros, apresentando-se no quadro seguinte os valores globais para as grandes rúbricas.

Investimento	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	Real	Orçamento
Empreitadas	10 065 962	12 933 795	23 844 331
Estudos e projetos	709 602	1 063 206	3 623 291
Terrenos	2 059	0	160 929
Fiscalizações	270 525	249 751	963 221
Assessorias	172 822	125 107	1 216 162
Outros	2 510 341	3 278 435	9 657 749
	<b>21 674 444</b>	<b>17 650 294</b>	<b>39 465 683</b>

Figura 13 – Detalhe do investimento para o período 2022 - 2024

Apresenta-se no quadro seguinte a descrição sumária da composição da rúbrica de Outros (investimentos), para o ano de 2024:

Investimento Outros	31.12.2024 orçamento
Imobilizado Firme - Edifícios	1 692 523
Imobilizado Firme - Equipamento básico	3 449 139
Imobilizado Firme - Equipamento Administrativo	272 843
Imobilizado Firme - Outros Equipamentos	2 075 265
Capitalização de gastos	1 280 144
Outros	887 835
	<b>9 657 749</b>

Figura 14 – Detalhe da rubrica “Outros” para o período 2024

Na rubrica “Outros” foram previstos os investimentos associados às aquisições diretas de equipamento administrativo, de laboratório, ferramentas e utensílios, que, pelo valor de aquisição ou período de vida útil, revestem a natureza de imobilizado.

Nas intervenções e aquisições previstas para 2024 associadas a equipamento básico, teve-se em atenção a natureza, o valor e as características respetivas, nomeadamente o prolongamento da vida útil ou a substituição dos equipamentos em fim de vida útil, atendendo à correta classificação como investimento em detrimento de gastos na rubrica de fornecimentos e serviços externos de conservação, reparação e manutenção.

Destaca-se também nesta rubrica a realização de investimentos associados a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), tendo em vista o estudo e a implementação de soluções alternativas que se traduzirão em benefícios ambientais e económicos a curtos e médio prazo nos processos de tratamento nas ETAR, nomeadamente ao nível do aproveitamento/valorização de subprodutos (biocombustíveis, biosólidos, bioplásticos, bionutrientes, água reciclada), soluções na área da energia e da neutralidade energética e da otimização das etapas de tratamento lamas de ETAR. Prevê-se que, com a implementação dos projetos, se recupere, em termos de gastos operacionais, o investimento efetuado em períodos inferiores a 6 anos. Salienta-se, ainda, que toda a rubrica de investimento em I&D é elegível para benefícios fiscais no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE). Referente ao imposto - IRC de 2023 a receber em 2024, a Águas do Tejo Atlântico considerou o benefício de 196.107,96 euros.

### Investimento previsional detalhado

Nos quadros seguintes será exposta a informação de investimento previsional detalhada, tendo-se optado por pormenorizar apenas a componente de “empreitadas”, por ser aquela que representa valores de execução financeira mais significativos.

Atendendo a que à data a Empresa já dispõe da informação real do ano de 2023, apresentam-se os valores realizados de investimento para a componente de “empreitadas” desse ano.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Real 2023
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	9 100 000	1 964 998
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 124 900	1 881 676
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	2 545 303	1 383 130
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2 431 764	937 492
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461 255	769 237
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	1 154 463	748 051
TA-247 B	Reabilitação urgente do emissário da Lage	459 987	459 987
TA-043	Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	441 041	440 918
TA-117 B	Emissário de Montemor - Troço III	429 639	429 639
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	813 338	412 505
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823 280	398 231
TA-245_1	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote I	1 934 066	353 718
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Condução Elevatória de Azambujeira	595 000	316 495
TA-104 A	Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	487 490	311 190
TA-245_2	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	1 139 121	288 755
TA-293 A	Reabilitação da linha de produção ApR – Beirolas	264 852	251 448
TA-227	Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	2 435 070	214 093
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	6 177 450	155 585
TA-263 D	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água na Guia – Fase Líquida – Fase 2 – Tampas T1 a T3	149 052	149 052
TA-311	Fornecimento e montagem de prensa para desidratação das lamas e reforço do sistema de arejamento da ETAR de Arruda dos Vinhos	148 992	148 992
TA-242	Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	464 311	141 499
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 930 000	132 528
TA-217 E3	Substituição dos Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara - PEPE	160 000	97 997
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	1 900 790	89 548
TA-183	Medição de caudal III-ETAR-Fase I	173 050	82 198
TA-264 B	Empreitada de fornecimento e montagem de iluminação LED nas Fábricas de Água de Alverca, Carregado, Charneca e Atouguia da Ba	73 078	73 078
TA-243	Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolas, Bucelas e Fervença e na EE de Fonte da Pipa	259 012	70 574
TA-104 B	Substituição de Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	300 000	63 200
TA-236	Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fabricas de Água de Alcântara e Beirolas	559 355	58 607
TA-264 C	Instalação de analisadores de energia em instalações SGE e SGCIE	89 905	31 046
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	899 238	26 205
TA-149	Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	775 868	16 960
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	490 000	15 246
TA-228	Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	367 939	12 233
TA-240	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água da Ota	97 000	4 708
TA-220	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2 339 667	2 571
TA-028	Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além	435 830	404
<b>Total</b>			<b>12 933 795</b>

Figura 15 – Investimento – componente empreitadas – ano 2023

O plano de investimentos em construção para 2024-2026 tem uma estimativa global de 407,4 milhões de euros (sem capitalizações), dos quais cerca de 369,8 milhões de euros respeitam à componente de empreitada, sendo o remanescente relativo a estudos e projetos, terrenos, fiscalizações e assessorias. A execução prevista para o triénio atinge 167,5 milhões de euros na componente de empreitada e 18 milhões de euros nos restantes trabalhos associados.

Considerando o elevado número de investimentos e o facto de diversos serem de menor valor, optou-se por individualizar os que têm maior execução e cuja estimativa global representa cerca de 92% do valor previsto no período.

Código	Descrição do investimento	Ano de início	Valor realizado acumulado	Realização até Dez 2023	Realização no triénio			Realização após 2026	Valor global previsto	Fundos Comunit.		
					2024	2025	2026			Fundos Comunit.	(%)	Valor Financiado
TA-286 A	Hidroise Frielas	2025	0	0	0	7 429	8 914	9 657	26 000			
TA-287	Neutralidade Energética - Programa Zero	2026	0	0	0	0	509	24 451	24 960			
TA-286	Plano de Gestão de Lamas	2026	0	0	0	0	6 751	17 185	23 936			
TA-254	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril	2027	0	0	0	0	0	10 000	10 000			
TA-155	Interceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restaurantes intervenções	2025	0	0	0	2 463	5 912	985	9 360			
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica - Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	2023	1 965	1 965	0	245	2 938	3 952	9 100			
TA-253	Adaptação de ETAR para Cumprimento das Obrigações Definidas nas Novas Licenças de Descargas	2025	0	0	0	207	2 489	5 393	8 090			
TA-250	Beneficiação de ETAR com Vista à Melhoria da Eficiência dos Processos de Tratamento	2025	0	0	0	201	2 415	5 233	7 850			
TA-024	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	2024	0	0	330	3 965	3 304	0	7 600			
TA-225	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	2025	0	0	0	1 630	3 913	1 957	7 500			
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I	2021	6 177	6 177	0	0	0	0	6 177			
TA-106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I	2018	6 008	6 008	0	0	0	0	6 008			
TA-154 A	Colectores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara - Travessa da Horta Navia	2025	0	0	0	2 075	3 805	0	5 880			
TA-249	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	2025	0	0	0	3 529	1 471	0	5 000			
TA-254 A	Beneficiação do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril - Fase I	2025	0	0	0	1 034	2 069	1 897	5 000			
TA-156	ApR - Lourdes	2024	0	0	1 100	3 850	0	0	4 950			
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	2023	398	398	2 580	1 845	0	0	4 823			
TA-277	Reabilitação da ETAR de Rio Maior	2026	0	0	0	0	2 152	2 348	4 500			
TA-307	Beneficiações de Segurança	2025	0	0	0	155	1 862	2 483	4 500			
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - 1ª Fase	2023	769	769	2 419	1 273	0	0	4 461			
TA-278 B	Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré	2026	0	0	0	0	211	3 789	4 000			
TA-320	Construção das Restantes Infraestruturas Previstas no Descritivo do Anexo I do Contrato de Concessão	2026	0	0	0	0	1 655	2 345	4 000			
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subistemas das Zonas Norte e Sul - Lotes 1 e 2	2024	0	0	204	2 471	824	0	3 500			
TA-153	Colectores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restaurantes intervenções	2028	0	0	0	0	0	3 250	3 250			
TA-287 C	Remodelação dos digestores para otimização da produção de biogás (equipamentos eletromecânicos)	2025	0	0	0	103	1 241	1 655	3 000			
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	2024	0	0	706	2 118	176	0	3 000			
TA-086 B	Beneficiação do Emissário de Barcarena - Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais	2024	0	0	454	2 496	0	0	2 950			
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2024	0	0	754	1 292	754	0	2 800			
TA-046	Remodelação ETAR Miragaia	2025	0	0	0	1 365	1 251	0	2 615			
TA-287 A	Solar III	2025	0	0	0	904	1 357	339	2 600			
TA-100	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2018	2 576	2 576	0	0	0	0	2 576			
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - 2022/2023	2022	2 545	2 545	0	0	0	0	2 545			
TA-224	Remodelação de Interceptores/Condutas e Obras para Controlo de Afluências Indevidas	2026	0	0	0	0	132	2 368	2 500			
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2024	0	0	217	1 304	978	0	2 500			
TA-227	Conceção/Construção da remodelação do sistema de arreamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	2023	2 435	2 435	0	0	0	0	2 435			
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2022	2 326	2 326	106	0	0	0	2 432			
TA-220	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2021	2 340	2 340	0	0	0	0	2 340			
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2023	1 882	1 882	243	0	0	0	2 125			
TA-165	Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3-restaurantes intervenções	2027	0	0	0	0	0	2 072	2 072			
TA-153 A	Remodelação dos descarregadores D19 e D20 - margem direita do Caneiro de Alcântara	2024	0	0	120	1 440	480	0	2 040			
TA-173	Construção da estação elevatória do efluente final da ETAR de Frielas - Ligação Ribeira da Póvoa	2028	0	0	0	0	0	2 000	2 000			
TA-223	Remodelação da ETAR da Maceira - Fase II	2027	0	0	0	0	0	2 000	2 000			
TA-246	Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas	2025	0	0	0	235	1 412	353	2 000			
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2024	0	0	308	1 692	0	0	2 000			
TA-288	Plano de Digitalização - Renovação automáticos e Rede de Comunicações	2025	0	0	0	87	1 043	870	2 000			
TA-245_1	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - 2021/2023 - Lote I	2021	1 934	1 934	0	0	0	0	1 934			
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolos	2023	133	133	1 168	629	0	0	1 930			
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	2021	1 730	1 730	170	0	0	0	1 901			
TA-202	Intervenções na zona ribeirinha Cais do Sodré - Alcântara -Fase II	2027	0	0	0	0	0	1 870	1 870			
TA-221	Reabilitação dos Sistemas de UV das ETAR de Bucelas, Fervença, Póvoa da Galega, Mafra, Malveira, Miragaia e Paço e Chelas	2027	0	0	0	0	0	1 845	1 845			
TA-247	Reabilitação de Emissários e Interceptores na área de Concessão 2022	2025	0	0	0	425	1 415	0	1 840			
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	2024	0	0	540	1 080	180	0	1 800			
TA-283	Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3	2025	0	0	0	189	1 137	474	1 800			
TA-294	Beneficiários do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beirolos, Chelas, Frielas e SJT	2024	0	0	582	1 018	0	0	1 600			
TA-078	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	2018	1 571	1 571	0	0	0	0	1 571			
TA-248	Beneficiação e Substituição de Equipamentos em Estações Elevatórias na Área de Concessão	2025	0	0	0	65	783	652	1 500			
TA-279	Reabilitação Emissário de Sasseiros Zona Alta	2025	0	0	0	231	1 269	0	1 500			
TA-281	Empreitada de desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira	2025	0	0	0	1 154	346	0	1 500			
TA-295	Remodelação da instrumentação (incluindo variadores de velocidade) e upgrading do controlo automático de arreamento dos reatores biológicos de Chelas, Alverca, Frielas, Charneca e Vila Franca de Xira	2025	0	0	0	65	783	652	1 500			
TA-109	Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	2018	1 484	1 484	0	0	0	0	1 484			
TA-164	Reabilitação de Orgãos e Equipamentos da ETAR de Beirolos	2026	0	0	0	0	77	1 395	1 472			
TA-086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	2021	1 469	1 469	0	0	0	0	1 469			
TA-104	Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	2024	0	0	326	1 087	0	0	1 413			
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) - Fase 2 (tampas T4 a T15)	2024	0	0	467	933	0	0	1 400			
TA-017	Beneficiação da Estação Elevatória da Quinta das Drogas	2015	1 216	1 216	0	0	0	0	1 216			
TA-272	Beneficiação da linha de produção de ApR nas Fábricas de Água da Zona Norte	2025	0	0	0	71	847	282	1 200			
TA-282	Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9	2025	0	0	0	63	758	379	1 200			
TA-301	Adaptação da EE de Fanhões às afluências indevidas (Frielas)	2025	0	0	0	554	646	0	1 200			
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	2018	1 191	1 191	0	0	0	0	1 191			
TA-217 D	Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolos	2020	1 179	1 179	0	0	0	19	1 198			
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	2023	748	748	406	0	0	0	1 154			
TA-245_2	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança - 2021/2023 - Lote 2	2021	1 139	1 139	0	0	0	0	1 139			
TA-224 D2	Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras - Fase II	2025	0	0	0	119	715	298	1 132			
TA-147 A	Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barril	2020	1 105	1 105	0	0	0	0	1 105			
TA-178	Construção do Emissário de Monsanto - Fase IV	2026	0	0	0	0	54	977	1 031			
TA-222	Reparações Gerais de Construção Civil - Pinturas, Impermeabilizações e Coberturas	2024	0	0	556	464	0	0	1 020			
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolos	2019	1 010	1 010	0	0	0	0	1 010			
TA-233	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - 2ª Fase	2026	0	0	0	0	77	923	1 000			
TA-234	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - 3ª Fase	2028	0	0	0	0	0	1 000	1 000			
TA-258	Plano de Digitalização - Substituição dos automáticos e atualização da supervisão das ETAR de Beirolos, Chelas, Mafra, Malveira e São João da Talha	2025	0	0	0	59	706	235	1 000			
TA-278	Reabilitação de emissários de descarga (troços terrestres e submarinos)	2026	0	0	0	0	53	947	1 000			
TA-284	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	2024	0	0	800	200	0	0	1 000			
TA-287 B	Plano Neutralidade/Eficiência - Substituição Equipamentos	2024	0	0	34	414	414	138	1 000			
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolos	2024	0	0	727	273	0	0	1 000			
TA-302	Sistema elevatório de Carcavelos - Sasseiros	2025	0	0	0	846	154	0	1 000			
TA-238	Execução de Reparações Gerais de Construção Civil - 2021	2020	998	998	0	0	0	0	998			
TA-177 A	Beneficiários nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	2024	0	0	700	280	0	0	980			
TA-167	Emissário da Calhandriz - Restantes Intervenções	2027	0	0	0	0	0	960	960			
TA-180	Beneficiação/Reparação de construção civil e equipamentos eletromecânicos na EE e ETAR do CO de Frielas	2025	0	0	0	960	0	0	960			
TA-257	Reabilitação dos parafusos de elevação da ETAR de Frielas	2025	0	0	0	413	496	41	950			
TA-166 A	Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal	2018	930	930	0	0	0	0	930			
TA-016	Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor (cx CS0160.00 a CS1020.00)	2017	928	928	0	0	0	0	928			
TA-176 C	Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes	2019	907	907	0	0	0	0	907			
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	2019	899	899	0	0	0	0	899			
TA-144	Conceção/Construção da Remodelação da Desodorização da Fase Sólida da ETAR de Beirolos	2026	0	0	0	0	45	810	855			
TA-280	Construção do Emissário da zona baixa da Amoreira	2028	0	0	0	0	0	850	850			
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Molede, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	2019	849	849	0	0	0	0	849			
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arreamento para a Fábrica de Água de Beirolos - PEPE	2022	786	786	27	0	0	0	813			
TA-308	Beneficiação de Infraestruturas e Equipamentos	2025	0	0	0	308	492	0	800			
TA-224 C	Intervenções de Controlo de Afluências Indevidas no Interceptor Caneças/Ramada/Odivelas (Integra TA-099)	2024	0	0	35	415	346	0	795			
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas - Fase I	2019	790	790	0	0	0	0	790			
TA-149	Reabilitação do Interceptor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	2021	776	776	0	0	0	0	776			
TA-015	Colocação em serviço da quarta linha de decantação na Estação de Tratamento da Fase Líquida da ETAR de Frielas	2016	763	763	0	0	0	0	763			
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	2024	0	0	755	0	0	0	755			
TA-217 E1	Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	2020	750	750	0	0	0	0	750			

Os “Restantes Investimentos” representam o conjunto de projetos de investimento com execução financeira menos significativa no triénio.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do investimento previsional em que se procurou individualizar os projetos de investimento com maior execução financeira realizada/prevista no triénio 2022-2024 para possibilitar o acompanhamento da taxa de execução física/financeira e evidenciar a evolução em 2022 e 2023 (execução), e 2024 (previsão).

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto PAO 2024	2022		2023		2024	
			Valor acumulado 31.Dez.2022	Execução Física/Fin. Acum. (%)	Valor Previsto PAO 2023	Valor Previsto PAO 2024	Execução Física/Fin. Acum. (%)	Projeção 2024
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	6 177	6 022	97%	87	156	100%	0
TA-106	Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	6 008	6 008	100%	0	0	100%	0
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	0	0%	641	769	17%	2 419
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 125	0	0%	972	1 882	89%	243
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	0	0%	519	398	8%	2 580
TA-100	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	2 576	2 576	100%	0	0	100%	0
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	2 545	1 162	46%	1 383	1 383	100%	0
TA-227	Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	2 435	2 221	91%	214	214	100%	0
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2 432	1 388	57%	991	937	96%	106
TA-220	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2 340	2 337	100%	3	3	100%	0
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-polição	9 100	0	0%	2 000	1 965	22%	0
TA-245 I	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote I	1 934	1 580	82%	354	354	100%	0
TA-176 B	Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	1 901	1 641	86%	260	90	91%	170
TA-078	Reabilitação do emissário de Caparide, na zona de Sintra (cx CP0010.00 a CP1630.00)	1 571	1 571	100%	0	0	100%	0
TA-109	Execução dos Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira Fase II (Sistema Elevatório S. Lourenço)	1 484	1 484	100%	0	0	100%	0
TA-086 A	Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	1 469	1 469	100%	0	0	100%	0
TA-017	Beneficiação da Estação Elevatória da Quinta das Drogas	1 216	1 216	100%	0	0	100%	0
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 930	0	0%	222	133	7%	1 168
TA-217 D	Conceção/Construção da Beneficiação do Aproveitamento de Biogás das Fábricas de Água de Beirolas, Frielas e S. João da Talha - PEPE	1 179	1 179	100%	0	0	100%	0
TA-176 A	Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes	1 191	1 191	100%	0	0	100%	0
TA-245 2	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	1 139	850	75%	289	289	100%	0
TA-147 A	Beneficiação e Ampliação do Subsistema de Barril	1 105	1 105	100%	0	0	100%	0
TA-156	ApR - Loures	4 950	0	0%	0	0	0%	1 100
TA-200	Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas	1 010	1 010	100%	0	0	100%	0
TA-238	Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2021	998	998	100%	0	0	100%	0
TA-166 A	Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal	930	930	100%	0	0	100%	0
TA-016	Reabilitação do emissário da Castelhana, no troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor (cx CS0160.00 a CS1020.00)	928	928	100%	0	0	100%	0
TA-176 C	Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes	907	907	100%	0	0	100%	0
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	899	873	97%	26	26	100%	0
TA-117 B	Emissário de Montemor - Troço III	450	0	0%	0	430	95%	20
TA-031	Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca	849	849	100%	0	0	100%	0
TA-217 E2	Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	813	374	46%	422	413	97%	27
TA-284	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 000	0	0%	0	0	0%	800
TA-099	Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I	790	790	100%	0	0	100%	0
TA-149	Reabilitação do Interceptor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	776	759	98%	17	17	100%	0
TA-015	Colocação em serviço da quarta linha de decantação na Estação de Tratamento da Fase Líquida da ETAR da Guia	763	763	100%	0	0	100%	0
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	755	0	0%	0	0	0%	755
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 800	0	0%	0	0	0%	754
TA-217 E1	Fornecimento e Montagem de Grupo de Cogeração na ETAR de Frielas - PEPE	750	750	100%	0	0	100%	0
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo	1 154	0	0%	1 154	748	65%	406
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolas	1 000	0	0%	0	0	0%	727
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	0	0%	0	0	0%	706
TA-177 A	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	980	0	0%	0	0	0%	700
TA-020	Remodelação ETAR de Maceira	700	700	100%	0	0	100%	0
TA-217 C	Conceção/Construção da remodelação do sistema de extração de lamas das pontes dos decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - PI a P4 - PEPE	659	659	100%	0	0	100%	0
TA-096	Construção da estação elevatória da Carvoeira-Fase II	659	659	100%	0	0	100%	0
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira	595	0	0%	285	316	53%	279
TA-215	Conceção/Construção do Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas	612	612	100%	0	0	100%	0
TA-130	Reabilitação de Quadros Elétricos em EE - Zona Sul	700	0	0%	0	0	0%	600
TA-294	Benefeitorias do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beirolas, Chelas, Frielas e SJT	1 600	0	0%	0	0	0%	582
TA-117 A	Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	580	580	100%	0	0	100%	0
TA-203	Execução do Emissário de A-do-Baixo	574	574	100%	0	0	100%	0
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	700	0	0%	0	0	0%	560
TA-222	Reparações Gerais de Construção Civil - Pinturas, Impermeabilizações e Coberturas	1 020	0	0%	0	0	0%	556
TA-236	Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolas	559	401	72%	69	59	82%	100
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 800	0	0%	0	0	0%	540
-	Restantes Investimentos	271 377	13 555	5%	1 826	2 354	6%	7 945
<b>Total</b>		<b>369 780</b>	<b>62 671</b>		<b>11 733</b>	<b>12 934</b>		<b>23 844</b>

Figura 17 – Investimento com maior execução financeira – período 2022 - 2024

O investimento e financiamento previsional para 2024 apresenta-se detalhado na figura 18 para os investimentos com maior execução financeira em 2024, que no conjunto representam cerca de 90% do planeado.

Código	Descrição do investimento	Valor global previsto	Realização 2024	Fontes de Financiamento			Investimento Relevante Sim/Não	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunit. Program. (%)	Auto-financiam. (%)	Endividamento (%)		Sim/Não	Se não: diligências para aprovação?
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 580		100%	0%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão das Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	2 419		50%	50%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-229	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirólas	1 930	1 168		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-156	Apr - Loures	4 950	1 100		100%	0%	Não	Sim	
TA-284	Conceção/Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 000	800		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-019	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO 2	755	755		100%	0%	Não	Sim	
TA-199	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 800	754		100%	0%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-300	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirólas	1 000	727		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-303 A	Reparações Gerais de Construção Civil 2024/2025	3 000	704		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-177 A	Benefeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	980	700		100%	0%	Não	Sim	
TA-130	Reabilitação de Quadros Elétricos em EE - Zona Sul	700	600		100%	0%	Não	Sim	
TA-294	Benefeitorias do sistema de ventilação e desodorização de Guia-ETFS, Beirólas, Chelas, Frietas e SJT	1 600	582		100%	0%	Não	Não	
TA-296	Empreitada de beneficiação construção civil ETAR da Guia - Prioridades I	700	560		100%	0%	Não	Não	
TA-222	Reparações Gerais de Construção Civil - Pinturas, Impermeabilizações e Coberturas	1 020	556		100%	0%	Não	Não	
TA-166 B	Construção da ETAR do Carvalhal	1 800	540		100%	0%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-230	Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	490	475		50%	50%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-263 E	Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	1 400	467		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-086 B	Benefeção do Emissário de Barcarena – Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais	2 950	454		100%	0%	Não	Sim	
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	1 154	406		50%	50%	Não	Sim	
TA-189	Reparações de Tanques e Poços em várias ETAR e EE	645	352		50%	50%	Não	Sim	
TA-187	Equipamento móvel para desidratação de lamas	350	350		50%	50%	Não	Sim	
TA-266	Instalação de novos Postos de Carregamento de viaturas elétricas	350	350		100%	0%	Não	Não	
TA-024	Conceção/Construção de Benefeção da Fábrica de Água de Santa Cruz	7 600	330				Não	Sim	Pedido de Reforço de investimento em curso
TA-104	Conceção/Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da FA de Alcântara	1 413	326		100%	0%	Não	Sim	
TA-213 B	Reabilitação do Emissário São Martinho do Porto	320	320		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-247 A	Emissário Jamor (Oeiras)	2 000	308		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-104 B	Substituição de Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	300	300		50%	50%	Não	Sim	
TA-224 E	Reabilitação de CV do Emissário das Marianas - Fase 2	300	300		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-050	Execução de Estação Elevatória e Condução Elevatória de Azambujeira	595	279		50%	50%	Não	Sim	Reforço de investimento autorizado
TA-152 A	Intervenções em circuitos de biogás nas ETAR Frietas e Vila Franca de Xira	500	273		100%	0%	Não	Sim	
TA-291	Trabalhos Associados às Obrigações Decorrentes do SGCIE - FA de Alverca e EE3 de Alcântara	250	250		100%	0%	Não	Não	
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	2 125	243		50%	50%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-278 A	Reabilitação do Emissário de Descarga da Foz do Arelhão (troço terrestre)	500	231		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-100 A	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos - Restantes Intervenções	490	226		100%	0%	Não	Sim	
TA-299	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança Fase3_2024	2 500	217		100%	0%	Não	Não	
TA-297	Empreitada de Substituição de Tampas nos Subsistemas das Zonas Norte e Sul – Lotes 1 e 2	3 500	206		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
TA-264 A	Instalação de sobrepresores de arejamento nas FA da Nazaré e da Atouguia da Baleia	200	200		100%	0%	Não	Não	Investimento de substituição*
(...)	Restantes Investimentos	15 999	2 434				Não		
<b>Total</b>		<b>77 450</b>	<b>23 844</b>						

Figura 18 – Investimento e financiamento previsional – componente empreitadas – ano 2024

Os investimentos previstos no Contrato de Concessão pelo facto de terem sofrido alterações ao nível do grau de complexidade das intervenções a realizar e, consequentemente, dos montantes de investimento necessário, mas sobretudo decorrente de uma evolução do mercado excecional, conforme reconhecido pelo Governo de Portugal em Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, estão na sua maioria, sujeitos a obtenção de parecer do Regulador e autorização do Concedente. Adicionalmente, a realização de investimento não previsto no Contrato de Concessão está também sujeita a parecer do Regulador e autorização do Concedente.

Apresenta-se de seguida tabela com a indicação do âmbito/objetivo para os quais contribuem os investimentos anuais a realizar de 2024 a 2026:

Âmbito do Investimento	Investimento em milhares de euros 2024
Remodelação, Reabilitação e Substituição	15 877
Otimização e Adaptação a novas Licenças de Descarga	1 084
Transformação Digital	2 419
Segurança	1 723
Cobertura de serviço	819
Plano de Lamas   Circularidade	37
Neutralidade Energética	162
Controle de Afluências Indevidas	550
Outros	1 173
<b>Toral Geral</b>	<b>23 844</b>

#### 4.4. NOVOS INVESTIMENTOS COM EXPRESSÃO MATERIAL

Nos termos do ponto 4 da Elaboração da Proposta de PAO constante do Despacho nº 324/2023-SET, consideram-se novos investimentos com expressão material para efeitos de acompanhamento do crescimento do endividamento, “os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 10,7 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa”.

Na figura seguinte apresenta-se o cálculo da expressão material do investimento.

Investimento	31.12.2024 Orçamento
Investimento	39 465 683
CMVMC	4 468 839
FSE	48 118 171
Gastos com pessoal	16 563 172
Outros gastos operacionais	929 473
	<b>109 545 338</b>
<b>10% do valor</b>	<b>10 954 534</b>

Figura 19 – Cálculo da expressão material do investimento 2024

Do apuramento da expressão material não se identificaram no plano de investimentos da Empresa, investimentos com expressão material.

Adicionalmente, nos termos do referido Despacho, consideram-se novos investimentos do plano 2024, aqueles cujo valor é igual ou superior a 10,7 milhões de euros.

Os investimentos de substituição, renovação ou reabilitação consideram-se excluídos deste âmbito pois pela sua natureza destinam-se a manter o bom estado de funcionamento das infraestruturas, conservação e segurança, estando prevista contratualmente verba genérica para a sua realização.

Os novos investimentos a considerar no âmbito expresso são os seguintes:

**• TA - 286 Plano de Gestão de Lamas e TA - 286A Hidrólise Frielas**

Enquadramento/ Memória Descritiva/Objetivos

O Plano de Circularidade e Valorização Orgânica do Grupo AdP, no qual se insere o presente investimento da Águas do Tejo Atlântico, tem por objetivo a redução da quantidade de lamas de ETAR encaminhadas a destino final, preconizando soluções e intervenções que promovam o efeito de escala e a transformação deste resíduo em novos produtos, permitindo alargar o leque de opções de utilização ou de valor acrescentado para as utilizações já atualmente mais comuns.

Este Plano permite ainda internalizar um conjunto de operações de valorização das lamas que se traduz numa maior resiliência das infraestruturas de tratamento à perturbação por fatores externos (como por exemplo dificuldades de escoamento por parte dos prestadores de serviços ou por perturbações no circuito logístico de transporte), assim como um maior domínio na oscilação dos gastos operacionais que se tem verificado nos últimos anos nos contratos de prestação de serviços para a gestão deste sub-produto de tratamento.

Inclui diversas intervenções no domínio da Hidrólise (3 instalações), Compostagem (1 instalação) e Secagem Solar de Lamas (1 instalação).

Total previsto (Empreitada + trabalhos associados) .....	52 294 m€
Empreitada prevista .....	49 936 m€
Natureza do investimento (% Novo/% Substituição) .....	100% Novo
Início previsto (consignação) .....	out/24
Conclusão prevista .....	jun/29
Execução prevista em 2024 .....	1 076 m€
Execução prevista em 2025-2026 .....	25 743 m€
Execução prevista após 2026 .....	25 475 m€

Nos anexos I, II e III apresentam-se as fichas descritivas de investimento, bem como a ficha de seleção de investimentos plurianuais.

**Retorno económico e financeiro dos investimentos**

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é direta ou individualmente aferível uma vez que estes são desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e os Municípios, no estreito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir,

explorar e gerir, no caso presente, Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com exceção de alguns investimentos no domínio da eficiência, que têm associado um período de retorno inferior ao da concessão pela redução de gastos ou aumento de proveitos que venham a gerar, a sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes encontra-se pois assegurada nos próprios contratos de concessão, designadamente no Estudo de Viabilidade Económica e Financeiro (EVEF) que os acompanha e onde estão previstos (com detalhe) os investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “cost-plus”, permitirão assegurar essa sustentabilidade.

Nos contratos de concessão são considerados os encargos a recuperar por via tarifária, os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. A rentabilidade dos capitais próprios a recuperar por via tarifária resulta da remuneração do capital social e da reserva legal, a uma taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem de 3%.

#### 4.5. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO

A estrutura de financiamento da Empresa, considerando o recurso às fontes de financiamento assinaladas, para além do autofinanciamento é a seguinte:

- O Capital Social, que ascende a 113,5 MEur;
- A comparticipação total de fundos comunitários (subsídios ao investimento);
- Empréstimos BEI:

No que respeita ao ano de 2024, identificam-se de seguida as fontes de financiamento:

Fontes de financiamento	31.12.2022 Real	31.12.2023 Real	31.12.2024 Orçamento
<b>Passivos não correntes</b>			
Empréstimos BEI	173 266 902	158 462 108	142 356 506
Subsídios ao investimento	116 667 042	111 884 190	107 072 983
	<b>289 933 944</b>	<b>270 346 297</b>	<b>249 429 489</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos BEI	14 856 217	15 278 012	16 376 783
	<b>14 856 217</b>	<b>15 278 012</b>	<b>16 376 783</b>
<b>Total de financiamentos</b>	<b>304 790 161</b>	<b>285 624 309</b>	<b>265 806 273</b>

Figura 20 - Fontes de Financiamento para o período 2024

A Águas do Tejo Atlântico, proveniente da estimativa de aumento dos preços em 2024, da eletricidade, assim como de bens, materiais e serviços, projetou a sua estrutura de endividamento. A atividade da Águas do Tejo

Atlântico está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão de riscos do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes de imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada pela *holding* do Grupo.

Contudo, a Águas do Tejo Atlântico prevê diminuir em 2024 o seu endividamento bruto em 9% em resultado das amortizações previstas para o financiamento contratualizado junto do Banco Europeu de Investimento.

Deste modo, a Empresa cumpre em 2024 com os limites de endividamento impostos pela lei para as empresas públicas.

Apresenta-se de seguida a estrutura de endividamento para o 2024:

Endividamento	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	Real	Orçamento
Empréstimos BEI (não correntes)	173 266 902	158 462 108	142 356 506
Empréstimos BEI (correntes)	14 856 217	15 278 012	16 376 783
<b>Endividamento bruto</b>	<b>188 123 119</b>	<b>173 740 119</b>	<b>158 733 290</b>
Caixa e equivalentes de caixa	74 846 369	7 310 052	19 655 049
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	0	55 013 154	0
<b>Total disponibilidades</b>	<b>74 846 369</b>	<b>62 323 206</b>	<b>19 655 049</b>
<b>Endividamento líquido</b>	<b>113 276 750</b>	<b>111 416 914</b>	<b>139 078 240</b>
Variação do endividamento bruto		-8%	-9%
Variação do endividamento líquido		-2%	25%

Figura 21 - Endividamento no período 2024

Taxa média de financiamento	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	Real	Orçamento
Endividamento bruto	188 123 119	173 740 119	158 733 290
Gastos financeiros	5 104 106	4 763 532	4 389 478
<b>Taxa média de financiamento</b>	<b>2,71%</b>	<b>2,74%</b>	<b>2,77%</b>

Figura 22 - Taxa média de financiamento no período 2024

#### 4.6. CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONFORME DESPACHO N.º 324/2023-SET

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., cumpre o disposto no número 4 do Despacho n.º 324/2023-SET, reduzindo o seu endividamento global em 2024 face ao ano anterior em 5%.

Endividamento	31.12.2024
	Orçamento
Financiamento remunerado (n)	158 733 290
Financiamento remunerado (n-1)	173 740 119
Capital social realizado (n)	113 527 680
Capital social realizado (n-1)	113 527 680
Novos investimentos do ano (relevantes)	0
<b>Variação do Endividamento</b>	<b>-5%</b>

Figura 23 – Variação do endividamento no período 2023-2024

## 5. RECURSOS HUMANOS

### 5.1. RECURSOS HUMANOS

A Águas do Tejo Atlântico partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

### 5.2. GASTOS

Os gastos com pessoal apresentam-se do seguinte modo:

Gastos com o pessoal	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	variação %
	Real	Real	Orçamento	2024 vs 2023
Gastos com Órgãos Sociais	317 405	343 185	357 810	4%
Gastos com pessoal	10 493 093	10 720 245	12 886 332	20%
Encargos sociais sobre remunerações	2 297 901	2 467 914	2 921 718	18%
Seguro de acidentes de trabalho	93 548	125 732	113 797	-9%
Seguro de saúde e de vida	563 740	724 711	735 794	2%
Formação	163 111	193 272	446 745	131%
Fardamento	173 593	156 352	140 584	-10%
Indemnizações/ rescisões	0	0	0	0%
Proteção e Segurança	47 536	122 673	124 276	0%
Outros gastos com pessoal	149 500	192 679	149 610	-22%
Subsídios à exploração	4 102	(60 010)	(33 352)	-44%
Trabalhos para a própria empresa	(929 207)	(1 147 335)	(1 280 144)	12%
<b>Total de gastos com pessoal</b>	<b>13 374 322</b>	<b>13 839 418</b>	<b>16 563 172</b>	<b>20%</b>
<b>Total sem TPPE e subsídios à exploração</b>	<b>14 299 427</b>	<b>15 046 762</b>	<b>17 876 667</b>	<b>19%</b>

Figura 24 - Gastos com Pessoal

O valor de trabalhos para a própria Empresa, respeita à capitalização de gastos com o pessoal dos colaboradores diretamente afetos à área de investimento, ou seja, às áreas de Engenharia, Estudos e Projetos e Gestão de Ativos.

Decorrente das atividades de investigação e desenvolvimento, em que a Águas do Tejo Atlântico tem vindo fortemente a apostar nos últimos anos, têm sido conseguidos vários subsídios que permitem neutralizar parte dos gastos incorridos, quer com o pessoal, quer com FSE's. Por esse motivo, a Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras o impacte do reconhecimento desses mesmos subsídios mediante a diminuição de gastos.

A Empresa apresentada seguidamente o quadro dos gastos com o pessoal sem a dedução do valor de capitalizações e do valor de subsídios à exploração (subsídios normalmente atribuídos a projetos na área de

investigação e desenvolvimento) diretamente relacionados com gastos com pessoal, conforme figura 25, não correspondendo, portanto, esse valor ao apresentado na demonstração de resultados.

Pessoal	2022	2023	2023	2024	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Real	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	416	459	408	472	64	16%
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10	0	0%
Nº de membros cargos de direção	7	8	7	8	1	14%
Nº dos restantes trabalhadores	399	441	391	454	63	16%
<b>Gastos totais com pessoal*</b>	<b>-14 299 427</b>	<b>-15 286 625</b>	<b>-15 046 762</b>	<b>-17 876 667</b>	<b>-2 829 905</b>	<b>-19%</b>
Gastos com órgãos sociais**	-317 405	-344 958	-343 185	-357 810	-14 626	-4%
Gastos com cargos de direção	-354 517	-438 102	-493 833	-494 261	-428	0%
Remuneração do pessoal	-10 131 103	-10 637 671	-10 222 786	-12 382 071	-2 159 284	-21%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	
Ajudas de custo	-7 473	-10 000	-3 626	-10 000	-6 374	-176%
Rescisões / Indemnizações	0	0	0	0	0	
Restantes encargos	-3 488 929	-3 855 895	-3 983 332	-4 632 525	-649 193	-16%
<b>Informação adicional</b>						
(i) Efeito da variação com as contratações previstas no PAO2023				-491 734	-491 734	
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes				-84 310	-84 310	
(iv) Cumprimento de disposições legais				-902 196	-902 196	
(v) Orientações expressas do acionista Estado						
(vi) Valorizações remuneratórias obrigatórias				-271 195	-271 195	
(vii) Outras valorizações remuneratórias						
(viii) Rescisões por mútuo acordo						
<b>Correções para efeitos de rácio</b>						
(-) Gastos com órgãos sociais*	317 405	344 958	343 185	357 810	14 626	4%
(-) Cumprimento de disposições legais				902 196		
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias				271 195		
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo						
(+) Absentismo				398 668	398 668	
<b>Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio</b>	<b>-13 982 022</b>	<b>-14 941 667</b>	<b>-14 703 578</b>	<b>-15 946 798</b>	<b>-1 243 220</b>	<b>-8%</b>
<b>Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)</b>	<b>-13 982 022</b>	<b>-14 941 667</b>	<b>-14 703 578</b>	<b>-15 370 755</b>	<b>-667 177</b>	<b>-5%</b>
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social						
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.						
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	72%	71%	70%	78%	0	11,7%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	3%	3%	3%	3%	0	-7,7%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%	0	-3,9%

Figura 25 - Gastos com Pessoal (sem o desconto de capitalização de gastos e subsídios à exploração) e número de colaboradores

O detalhe dos valores referentes a “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias” decompõem-se conforme se apresenta:

Pessoal	2024
	Previsão
<b>(iii) Cumprimento de disposições legais:</b>	<b>902 196</b>
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2022=>2023)	178 866
- Valorizações remuneratórias ACT- progressões(Avaliação 2023=>2024)	93 102
- Acordo de Rendimentos 2024	630 228
<b>(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias:</b>	<b>271 195</b>
- Subs Responsabilidade - Política remuneratória AdP	147 361
-Aplicação do regime de Comissão de Serviço	123 834

Figura 26 - Detalhe de “Cumprimento de disposições legais” e “Valorizações remuneratórias obrigatórias”

O número de Órgãos Sociais inclui 3 Administradores Executivos, remunerados, 4 Administradores Não Executivos e 3 membros do Conselho Fiscal. É de referir que, apesar de 2 dos Administradores não Executivos, enquanto representantes da AdP-SGPS, S.A., não serem remunerados, o valor é pago pela Águas do Tejo Atlântico a essa Entidade.

O acréscimo de gastos com pessoal em 2024, face a 2023, e tal como demonstrado no quadro anterior, é justificado por gastos decorrentes de obrigações legais, das contratações aprovadas no PAO 2023, e das para as quais se pede autorização no presente documento. Contudo, para além desses fatores, e à semelhança do absentismo, não podem ser descurados outros efeitos, nomeadamente o das datas de admissão e de saídas de trabalhadores, que faz com que o cômputo de gastos em determinado ano não reflita um exercício económico, e, por isso, não são diretamente comparáveis com o ano anterior, onde esses efeitos não se verificam. Como se pode verificar, mais à frente no presente documento, na figura 28, a Empresa prevê em 2024 a admissão de 14 trabalhadores que saíram ao longo de 2023, assim como considerou o gasto para o regresso à Empresa de outros 4.

Tendo o PAO 2023 sido aprovado apenas a 30 de dezembro de 2023, os recrutamentos de pessoal aí autorizados só se verificam no decorrer de 2024, pelo que o reflexo nos gastos com pessoal só se verifica no exercício económico de 2024, tal como já referido.

Pelo exposto, ao abrigo do Despacho n.º 324/2023-SET, e no respeitante a Recursos Humanos, a Empresa considera, nos termos apresentados, cumprir o preconizado para os gastos com o pessoal.

É ainda de notar que, muito à semelhança do que foi já referido para justificar o incremento de alguns gastos operacionais que visam retificar défices do passado, também no que respeita aos Gastos com o Pessoal, a Empresa necessita e estima vir a incorrer em 2024, com gastos relacionados com:

- Formação, que, para além de colmatar défices de anos anteriores e de fazer face às exigências legais, quer em termos do Código do Trabalho, como também em matéria de Segurança, visa melhorar a produtividade, dotando os trabalhadores de novas ferramentas e conhecimentos aplicáveis à execução das suas funções atuais ou das que se espera virem a desempenhar;
- Fardamento e respetiva limpeza;
- Equipamentos de proteção individual;
- Medicina e saúde no trabalho.

A Empresa, como já referido, considera ter as condições para incorrer com estes gastos à semelhança do que acontece com as remunerações e respetivos encargos, salientando-se de que os mesmos são necessários não só para cumprimento de imposições legais, como também para a prestação de um serviço de qualidade, defesa da imagem da Empresa e motivação dos seus trabalhadores.

### 5.3. VARIAÇÃO DOS ENCARGOS 2024

Para 2024, no âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo. Assim aconteceu durante o ano de 2022 e 2023, através dos despachos conjuntos do SEF e SET, datados de 15 de dezembro e de 12 de maio, respetivamente, conforme já referido.

Assim foi previsto também para o exercício de 2024, como cabimentação, em sede de processo de PAO.

A valorização para 2024 corresponde a 4,8% dos gastos com pessoal do exercício de 2023.

Nesta matéria, é necessário sublinhar que a valorização em causa, poderá ser objeto de ajustamento na Empresa por se tratar de uma percentagem média para aplicação ao grupo AdP que, mantendo os critérios de 2023, terá de resultar de acordo no âmbito dos IRCT existentes, o que poderá significar valores diferentes, à semelhança de 2023.

Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2024, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizados os processos negociais.

#### Progressão e Promoção Salarial – Anexo III ACT

As regras de progressão e evolução na carreira constam do anexo III dos ACT, o qual regula as regras de promoção salarial (vertical) e de progressão salarial (horizontal).

A progressão na carreira é automática quando baseada nos créditos para progressão salarial que assentam na avaliação de desempenho e assiduidade e a promoção depende, nomeadamente, de uma decisão de gestão.

Para o exercício de 2024 foi considerado como gastos com pessoal para progressões salariais 0,5% da massa salarial da Águas do Tejo Atlântico, que corresponde ao montante de 93.102 euros.

### 5.4. EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	variação % 2024 vs 2023
	Real	Real	Orçamento	
Órgãos Sociais (CA + CF)	10	10	10	0%
Pessoal efetivo	406	398	462	16%
<b>Nº Total RH (OS+Trabalhadores)</b>	<b>416</b>	<b>408</b>	<b>472</b>	<b>16%</b>
Pessoal - "Precários" em funções	25	23	0	
Pessoal - necessidades de contratação	0	10	11	
Pessoal - entradas por conta de saídas < 2024	15	18	0	
Pessoal - previsão de saídas reformas	0	0	-11	
Pessoal - entradas por conta de saídas por reforma	0	0	13	
<b>Pessoal - necessidades totais</b>	<b>25</b>	<b>33</b>	<b>13</b>	

Figura 27 - Quadro de Pessoal (detalhe)

A figura “Quadro de Pessoal (evolução)” demonstra a movimentação de entradas e saídas de colaboradores desde 31 de dezembro de 2023, quer as reais quer as estimadas.

Pessoal em 31.12.2023	398
Admissões para suprir saídas 2023	14
Regresso à Empresa de trabalhadores	4
Aprovações PAO23 (23+7+3)	33
Admissões necessárias - PAO 24	11
Saídas previstas por reforma	-11
Entradas antecipadas para suprir reformas	13
Pessoal em 31.12.2024	462

Figura 28 - Quadro de Pessoal (evolução)

Para 2024 a Empresa previu novas admissões, num total de 11 trabalhadores, se não forem consideradas as admissões que visam colmatar antecipadamente situações de reforma.

### 5.5. CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES

A Águas do Tejo Atlântico solicita autorização nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental para **aumentar o seu número total de trabalhadores**, a maioria por razões de segurança ditadas pela necessidade de cumprir o quadro legal vigente e antecipação de situações de reforma (conforme ponto 5 da página 14 do Despacho nº 324/2023-SET), conforme melhor se detalha:

Admissão de colaboradores - Impacto nos Gastos com o Pessoal (remunerações, encargos sociais, seguros e outros gastos)						Autorização para o recrutamento		
Admissão colaboradores	Função/Área	Data de admissão	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2026	Sim/Não	Gastos Previstos PAO	Despacho de autorização/Observações
			Orçamento	Projeção	Projeção			
3 Técnico C	Manutenção	01/11/2024	16 118	96 237	96 237	Não	PAO 2024	
2 Técnico Superior A	Operação	01/11/2024	9 468	56 494	56 494	Não	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	Operação	01/11/2024	4 833	28 844	28 844	Não	PAO 2024	
1 Técnico Superior C	Gestão de Ativos	01/11/2024	8 675	51 894	51 894	Não	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	Gestão de Ativos	01/11/2024	4 650	27 744	27 744	Não	PAO 2024	
1 Técnico Superior C	Soluções Digitais	01/11/2024	8 687	51 963	51 963	Não	PAO 2024	
1 Técnico Superior A	Laboratório	01/01/2024	27 216	27 216	27 216	Não	PAO 2024	
1 Técnico Superior B	DAF-Contração e compras	01/11/2024	4 662	27 813	27 813	Não	PAO 2024	
<b>Total Admissões 2024 = 11</b>			<b>84 310</b>	<b>368 205</b>	<b>368 205</b>			
1 Técnico Superior C	Operação	01/08/2024	20 896	50 150	50 150	Não	PAO 2024	
1 Técnico C	Manutenção	01/08/2024	13 890	33 179	33 179	Não	PAO 2024	
1 Técnico C	Operação	01/11/2024	5 556	33 179	33 179	Não	PAO 2024	
1 Técnico B	Manutenção	01/08/2024	9 290	22 140	22 140	Não	PAO 2024	
1 Técnico B	Laboratório	01/08/2024	8 890	21 180	21 180	Não	PAO 2024	
1 Técnico B	Operação	01/08/2024	9 349	22 280	22 280	Não	PAO 2024	
2 Técnico Operativo C	Operação	01/08/2024	23 174	55 303	55 303	Não	PAO 2024	
1 Técnico Operativo C	Operação	01/12/2024	2 317	27 652	27 652	Não	PAO 2024	
3 Técnico Operativo B	Operação	01/08/2024	29 455	70 221	70 221	Não	PAO 2024	
1 Técnico Operativo A	Operação	01/09/2024	7 108	21 168	21 168	Não	PAO 2024	
<b>Total Admissões antecipadas por conta de saídas por reforma</b>			<b>129 926</b>	<b>356 451</b>	<b>356 451</b>			
<b>Total Geral</b>			<b>214 235</b>	<b>724 655</b>	<b>724 655</b>			

Figura 29 – Gastos com novas admissões de colaboradores

## Nota prévia

A Águas do Tejo Atlântico procedeu a uma reorganização da sua estrutura que decorreu no ano de 2023 e no início de 2024, compreendendo a reestruturação da área operacional através da redução do número de centros operacionais, incrementando a rotatividade e suporte entre diferentes centros operacionais e teve como objetivo o aumento da eficiência e eficácia das suas operações.

Concomitantemente, prosseguiu uma política de investimento na segurança e da resiliência dos seus ativos e operações, essencial para a concretização da sua missão, necessitando para o efeito de reforço dos meios humanos da Águas do Tejo Atlântico.

A estrutura orgânica e dimensões que se pretende reforçar estão vertidas na proposta de revisão do contrato de concessão que se encontra em avaliação pela tutela e pela ERSAR, encontrando-se a componente de recursos humanos das áreas operacionais fundamentada no estudo elaborado com base na ferramenta desenvolvida pela Korn Ferry especificamente para o Grupo AdP, documento que será junto e apresentado à UTAM na proposta do PAO25.

Em linha com o exposto, considera-se essencial que, durante o ano de 2024, se proceda ao reforço da equipa da AdTA nas seguintes dimensões:

Admissão colaboradores	Função/Área
3 Técnico C	Manutenção
2 Técnico Superior A	Operação
1 Técnico Superior B	Operação
1 Técnico Superior C	Gestão de Ativos
1 Técnico Superior B	Gestão de Ativos
1 Técnico Superior C	Soluções Digitais
1 Técnico Superior A	Laboratório
1 Técnico Superior B	DAF-Contração e compras
<b>Total Admissões 2024 = 11</b>	

### A) Por cumprimento das atividades inspetivas da Autoridade para as Condições do Trabalho

Em 19 de fevereiro de 2024, a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) realizou uma ação inspetiva no local de trabalho rua 28 de setembro, Cruz da Pedra, 2670-312 Frielas, local de trabalho do laboratório de Frielas da Tejo Atlântico, tendo registado a existência de características de contrato de trabalho na atividade prestada por Glória Estrela Rego Toste (recibo verde) ao referido laboratório.

Finda a ação inspetiva, e no próprio dia, a ACT notificou a Tejo Atlântico para a regularização da referida situação de trabalho, remetendo para os devidos efeitos o respetivo Auto de inspeção.

Considerando os factos registados no Auto, mormente a sucessão de contratos com a Glória Estrela Rego Toste, o último com início em 12 de maio de 2023, mediante contrato de prestação de serviços, a Tejo Atlântico, atendendo ao contexto e demais circunstâncias do caso, decidiu aceitar a notificação em questão

e regularizar a situação objeto da mesma (regularização da situação referente a Glória Estrela Rego Toste), tendo procedido à integração de Glória Estrela Rego Toste no quadro de pessoal da Tejo Atlântico com efeitos retroativos a 12 de Maio de 2023, em cumprimento da notificação da ACT.

Atendendo ao supra exposto, e em face da integração de Glória Estrela Rego Toste por imposição da ACT, é neste sentido que vimos solicitar o reforço de 1 Técnico Superior A para a Direção do Laboratório.

## **B) Por razões de necessidades permanentes que tem vindo a ser supridas com recurso a prestação de serviços**

O Departamento de Compras e Logística tem vindo desde 2020 a suprir as necessidades de meios humanos com recurso a sucessivos contratos de prestações de serviços celebrados com o mesmo prestador, cujo objeto principal consiste em prestar serviços de apoio à contratação pública, com as seguintes obrigações principais: a) elaborar as peças de procedimento nos termos e em conformidade com os procedimentos e minutas em vigor na Tejo Atlântico; b) tramitar os procedimentos, via plataforma da contratação pública em vigor na Tejo Atlântico nos termos e em conformidade com os procedimentos instituídos; c) proceder à publicitação dos anúncios dos procedimentos de contratação no Diário da República e/ou no Jornal Oficial da União Europeia; d) proceder ao registo de todo o processo de tramitação na plataforma de gestão documental e em todas as bases de dados existentes para o efeito.

Decorrente de reorganização da estrutura funcional da AdTA da qual resultou a afetação de responsabilidades anteriormente acometidas a outras unidades orgânicas, como por exemplo, fichas de fechos de contratos e respetiva publicitação na plataforma Acingov, apoio ao gestor(es) do contrato na execução temporal e financeira em estrito cumprimento do Código dos Contratos Públicos, verificação dos documentos de habilitação, regista-se um significativo aumento de trabalho sem recursos humanos bastantes para a sua execução, sendo imprescindível a permanência do técnico que atualmente presta serviços mediante contrato de prestação de serviços.

Acresce que a manutenção deste contrato de prestação de serviços será suscetível de configurar uma situação semelhante à reportada em A) supra, sob pena de na eventualidade de uma ação inspetiva da ACT, concluir pela existência de características de contrato de trabalho.

Refira-se que as funções a exercer compreendem, entre outras, a elaboração de procedimentos para a aquisição de bens e serviços, em articulação com as unidades orgânicas requisitantes, em cumprimento da legislação em vigor e das boas práticas do Grupo AdP, bem como o exercício de gestor de procedimento, assegurando a tramitação dos procedimentos pré-contratuais.

Por outro lado, será o pivot numa abordagem estratégica, sustentável e inovadora das compras públicas, papel esse que maior destaque revela quando se antecipa o aumento do volume de processos aquisitivos

conducentes à execução do plano de investimentos aprovado, bem assim como o aumento de procedimentos decorrentes quer da implementação de novas atividades, quer do Plano Anual de Compras previsto.

Atendendo que o que se pretende é internalizar um prestador de serviços, não haverá aumento de gastos globais para a empresa, transferindo-se os gastos de FSE para a rubrica de Pessoal.

Atendendo ao supra exposto, é neste sentido que vimos solicitar o reforço de 1 Técnico Superior B para a Direção Administrativa e Financeira, no Departamento de Compras e Logística.

### **C) Por razões de segurança e resiliência dos ativos e operações**

A Águas do Tejo Atlântico entende ser estritamente necessário proceder, em 2024, à contratação de 8 trabalhadores por razões de segurança e resiliência das operações ditadas pela necessidade de cumprir o quadro legal vigente, contempladas também na revisão do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira.

Estas contratações destinam-se às 3 áreas operacionais da empresa, em concreto, Manutenção, Operação e Gestão de ativos repartidas da seguinte forma:

- 3 Técnicos para a Direção de Manutenção;
- 3 Técnicos Superiores para a Direção de Operação;
- 2 Técnicos Superiores para a Direção de Gestão de Ativos;

### **CI) Direção de Manutenção**

A Direção de Manutenção, está descentralizada em 10 centros operacionais correspondentes aos 23 municípios que serve, por onde estão distribuídos milhares de ativos operacionais, em regime de laboração contínua, que têm de ser intervencionados nas valências de instrumentação e automação, eletromecânica e construção civil. Desde há muitos anos que a estratégia de manutenção da AdTA passa por uma solução mista de insource e outsourcing, que combinadas, permitem fazer face às necessidades de manutenção das infraestruturas da Tejo Atlântico, recorrendo ao outsourcing para satisfazer necessidades pontuais, bem como necessidades muito especializadas para equipamentos que não justificam a existência de recursos internos pela sua baixa recorrência e elevado grau de especialização conjugadas com as rotinas diárias decorrente de atividade permanente.

Conforme previamente exposto, decorrente do passar dos anos a AdTA depara-se com um parque de ativos envelhecido e de dimensão compatível com o serviço aos grandes aglomerados populacionais nacionais, carecendo de um acompanhamento cada vez mais permanente. Nesse sentido, o PAO 2024 contempla um acréscimo de gastos decorrentes de um aumento, essencial, de intervenções de manutenção.

Acresce, além da conservação do parque de infraestruturas e equipamentos existentes, a necessidade de executar um conjunto de empreitadas de Manutenção de Construção Civil e de reparações gerais que já se encontram em curso.

Adicionalmente, pretende-se em 2024 continuar a reforçar a implementação da atividade de manutenção preventiva, e que implicará, inicialmente, um acréscimo de gastos, que tenderão a ser compensados, futuramente, pela redução da necessidade de manutenção corretiva, com consequentes reflexos ao nível da redução de falhas do serviço.

Com o início em 2023 de vários contratos, no domínio da Conservação e Reparação, destinados a cumprir, de forma mais sistematizada, os requisitos de segurança dos equipamentos e dos trabalhadores, incluindo os trabalhadores externos, bem como o cumprimento da lei relativamente às exigências para a exploração dos equipamentos:

- Celebração de novos contratos de fornecimento de bens e serviços para manutenção de equipamentos que, até ao momento, não dispõem de planos de manutenção sistematizados, com o objetivo de reduzir avarias e aumentar a disponibilidade operacional dos mesmos;
- Contratação de novos serviços e fornecimentos destinados ao reforço e sistematização do cumprimento de requisitos legais e equiparáveis, através da conservação de sistemas e equipamentos, em cumprimento estrito do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, que estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;
- Execução de trabalhos de manutenção preventiva na sequência da implementação dos planos respetivos, em redefinição de acordo com a metodologia RCM-Reliability Centered Maintenance;
- Recuperação do passivo existente em termos de conservação de equipamentos, resultado da idade cada vez mais avançada dos ativos e de uma menor taxa de execução de intervenções nos anos de 2017 a 2019, decorrente das dificuldades de contratação e do processo de reajustamento da Empresa após criação da AdTA por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.;
- Realização do levantamento cadastral, limpeza e inspeção vídeo de coletores críticos, o que irá possibilitar aferir a condição destas infraestruturas e tomar decisões fundamentadas quanto à necessidade de reabilitação dos mesmos bem quanto à respetiva priorização, numa perspetiva de equilíbrio entre racionalidade económica e qualidade do serviço prestado (pela redução do número de colapsos e obstruções).

Importa ainda assinalar que a dotação desta Direção com um maior número de recursos se traduz num investimento na segurança dos equipamentos e das instalações e do cumprimento das regras de segurança, essencial à missão da Tejo Atlântico. Sendo uma unidade orgânica em que o outsourcing é dominante, verifica-se que o recurso à externalização em algumas funções compromete, em muitos casos, o desempenho da atividade de manutenção, devido, por um lado, à curta duração de muitos dos contratos, e por outro lado, à

elevada rotatividade das equipas, o que dificulta a retenção deste conhecimento na Empresa em áreas críticas e, ainda, à dificuldade em encontrar no mercado técnicos com as competências necessárias, situação que se agravou nos últimos anos devido à situação de “pleno emprego” no setor da construção civil. Acresce o facto de esta direção deter responsabilidades em que a externalização é totalmente desaconselhada, seja por perda de valor para a Águas do Tejo Atlântico, pela “entrega” dessas funções a terceiros, seja por se tratar de responsabilidades diretamente relacionadas com a estratégia e a segurança da Empresa. A título de exemplo, assinala-se a área da automação que sendo uma área sensível e de enorme importância deve ser assegurada por equipas internas da Tejo Atlântico, e não com recursos a meios externos à Empresa, o mesmo se passando com a implementação da política de manutenção preventiva, cuja estratégia, conforme definida, é de elevada criticidade.

As 3 contratações de Técnicos agora solicitadas nas áreas de mecânica e eletricidade visam colmatar necessidades efetivas decorrentes do acima exposto.

## **C2) Direção de Operação**

A Direção de Operação foi alvo de um profundo processo de reorganização, com a fusão de 2 centros operacionais e a definição de centros de apoio com vista a um maior trabalho em rede na grande área de Lisboa onde a proximidade geográfica das infraestruturas o permite, contribuindo para aumentar a eficiência e a eficácia dos recursos.

Esta direção agrega o maior número de recursos da empresa, a grande maioria técnicos operativos, que viu o número reforçado no decurso da aprovação do PAO23, pela regularização de vínculos de 23 trabalhadores temporários. No atual contexto verifica-se a necessidade de reforço de equipas de gestão de centros operacionais da região norte, com a figura de um técnico superior de apoio ao Responsável do Centro Operacional, para execução de tarefas de gestão diárias permitindo que o Responsável do Centro Operacional se ocupe de tarefas de maior valor acrescentado.

Adicionalmente, a Direção de Operação, na Área de Apoio Técnico, que detém funções de suporte a todas as equipas de terreno, incluindo o apoio na elaboração de procedimentos transversais a toda a direção, carece do reforço de um técnico superior, desse modo promovendo sinergias pela economia de escala, bem como beneficiando da especialização da equipa.

Pelo exposto, e com vista a aumentar a segurança e resiliência das operações a Direção de Operação necessita de ser reforçada em 3 Técnicos Superiores, em alinhamento com o EVEF da Empresa.

### **C3) Direção de Gestão de Ativos**

Por outro lado, há que reforçar a Direção de Gestão de Ativos, unidade orgânica dedicada a assegurar a implementação de uma estratégia integrada para a gestão sustentável dos ativos infraestruturais. Esta temática é por demais importante numa empresa de capital intensivo, como são todas as entidades gestoras de serviços de águas e saneamento. Um dos principais objetivos da AdTA é gerir o seu parque de ativos, minimizando os seus custos de ciclo de vida. Uma das componentes da estratégia de gestão de ativos é a análise de risco de falha dos ativos, que apoia a tomada de decisão e priorização: onde, quando e quanto intervir (manutenção preventiva em detrimento da reativa ou de novo investimento), de forma a garantir a qualidade do serviço prestado, a manutenção em bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos bens e meios da concessão.

O planeamento da concessão pressupõe o conhecimento efetivo da condição (através de inspeções e avaliação funcional), do desempenho (registo de avarias, incumprimentos licenças, consumo de energia, entre outros) e da criticidade (importância relativa dos ativos no sistema em que se inserem) dos ativos.

Assinala-se que, por exigência do Contrato de Concessão, deve realizar-se a avaliação quinquenal da aptidão funcional das infraestruturas, com vista à apresentação quinquenal de relatórios ao Concedente e à Entidade Reguladora do Setor sobre a aptidão funcional, a segurança e o estado de conservação das principais infraestruturas e equipamentos necessários à prestação sustentável dos serviços, bem como à definição de um plano ações evidenciando as prioridades de reabilitação ou substituição (investimento/manutenção) e respetiva calendarização. A metodologia transversal a todo o Grupo foi definida pela ERSAR durante o ano de 2024, pelo que existe a necessidade de dar cumprimento ao agora definido pelo Regulador, situação que obrigará a um reforço dos trabalhos nesta área (até porque nos anos anteriores, fruto da ausência de decisão do Regulador sobre este tema, os trabalhos de avaliação funcional foram claramente insuficientes como atestam os indicadores de qualidade de serviço publicados pela ERSAR).

Tendo em consideração, entre outros, uma matriz de criticidade, é preciso definir prioridades de investimento e apoiar a definição de critérios para priorização designadamente no que respeita a intervenções de manutenção, bem como desenvolver o Plano Estratégico de Ativos, em alinhamento com a estratégia da Empresa e do Grupo AdP – Águas de Portugal, e garantir a sua articulação com os planos de investimento, de manutenção e de desativação dos ativos. Este trabalho é fundamental para garantir que os investimentos são priorizados em função da salvaguarda da segurança das instalações e das pessoas.

Tendo presente a realidade da Direção de Gestão de Ativos e a necessidade de reforçar as componentes de avaliação funcional dos ativos e o conseqüente desenvolvimento de estudos com vista à resolução das patologias, considera-se essencial a contratação de 2 Técnicos Superiores com vista ao incremento da segurança e resiliência das operações e ativos.

## **D) Por implementação de nova legislação de cibersegurança**

A Direção de Soluções Digitais, é responsável por assegurar a segurança dos sistemas digitais da Águas do Tejo Atlântico, num contexto de intensificação de ameaças e consequente legislação preventiva deste tipo de crime que se traduz numa ameaça crescente para a sociedade e para a economia, e que afeta cada vez mais serviços essenciais e críticos, como o tratamento de água de águas residuais. Os ataques informáticos podem ter consequências graves para a saúde pública, o ambiente, a segurança nacional e a confiança dos cidadãos nos serviços que a Empresa presta. Por isso, é fundamental a AdTA estar preparada para prevenir, detetar e responder a esses ataques, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço seja de forma digital ou analógica, sendo requeridas novas competências e mais recursos humanos, bem como novos mecanismos de verificação inteligente e autónoma que os auxiliem.

Neste contexto, a União Europeia e Portugal têm vindo a desenvolver um quadro legal e normativo para reforçar a cibersegurança, em especial dos serviços essenciais e críticos como o da AdTA, que implica novas obrigações e responsabilidades para as entidades que os prestam, bem como para as suas administrações.

A legislação europeia e portuguesa sobre cibersegurança, com especial atenção ao novo NIS 2 (Network and Information Security) trará um conjunto de implicações para o setor em que a Tejo Atlântico se insere, pelo elevado uso de tecnologia de automatização, telegestão, automação e IOT. A NIS 2 propõe alargar o âmbito de aplicação da legislação, harmonizar os requisitos de segurança, reforçar o papel e as competências dos envolvidos, das autoridades nacionais e da Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA) aumentando a cooperação e a partilha de informação, bem como aprovar sanções mais dissuasoras em caso de incumprimento. A NIS 2 foi aprovada pelo Parlamento Europeu, e está em processo de transposição para Portugal, devendo ser adotada até outubro de 2024.

Tal como referido supra, o setor de saneamento de água é considerado um dos serviços essenciais e críticos, destacando-se pela crescente utilização de tecnologias de informação, automatização, telegestão e IOT para garantir a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade do serviço. Estas tecnologias, no entanto, também aumentam a exposição a ciberataques, que podem comprometer o funcionamento das infraestruturas, a segurança dos serviços, a proteção dos dados pessoais e a confiança dos utilizadores/cidadãos. É por isso crescente e crítica a existência de uma preparação adequada e dos recursos para cumprir as obrigações e os requisitos de cibersegurança que decorrem da legislação europeia e portuguesa, e que serão reforçados com a entrada em vigor da NIS 2, bem como a necessidade da organização em conseguir trabalhar em modo analógico/manual.

Por todas as implicações que a nova legislação trará à Águas do Tejo Atlântico, considera-se essencial a contratação de 1 Técnico Superior que, integrado na equipa Direção de Soluções Digitais prepare a transição exigida.

Face ao acima exposto a Águas do Tejo Atlântico solicita a necessária autorização para a; (i) **contratação de 10 trabalhadores**; e (ii) aumento de **1 headcount**, para a Direção do Laboratório decorrente da sua internalização face ao imperativo da ACT (cfr. A supra).

Em conclusão, o aumento de **headcount em 11 trabalhadores**, face ao **headcount** aprovado no PAO do ano de 2023.

**D) Por substituição antecipada de situações de reforma**

A Águas do Tejo Atlântico procedeu ainda para os exercícios de 2024 a 2026, ao estudo dos trabalhadores que poderiam nesses anos atingir a idade de reforma, tendo considerado as respetivas saídas e as respetivas admissões para suprimir as mesmas.

Para as admissões a realizar pelo motivo de colmatar saídas decorrentes de situações de reforma, a Empresa, conforme previsto no Despacho nº 324/2023-SET (ponto 5, página 14), teve em consideração a integração na base da carreira da categoria do trabalhador a substituir, e antecipadamente de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento, tendo considerado os seguintes prazos por categoria profissional:

- Técnico Superior C - 6 meses
- Técnico Superior B - 5 meses
- Técnico Superior A - 4 meses
- Técnicos A, B, C - 3 meses
- Técnico Operativo B ou C - 2 meses
- Técnico Operativo A - 1 mês

O Quadro seguinte apresenta para o período de 2022 a 2024 por categoria profissional o número de trabalhadores.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2022	Situação a 31/12/2023	Situação a 01/01/2024	Movimento de Pessoal - 2024					Situação a 31/12/2024
			Idade média	Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade, cedência, licença	Autorizações de recrutamento concedidas em anos anteriores	Substituições de saídas (obriga a entrada para base da carreira)	Entradas ao abrigo (normativos legal, despacho, etc.)	
		(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)-(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Órgãos Sociais	10	10	0	0	0	0	0	0	10
Assessor	2	2	65	0	0	0	0	0	2
Cargos de Direção (s/ OS)	7	7	51	0	1	0	0	0	8
Técnico Operativo A	44	46	38	1	23	2	0	0	70
Técnico Operativo B	73	70	49	3	0	5	0	0	72
Técnico Operativo C	66	65	52	2	0	4	0	0	67
Técnico A	3	2	56	0	0	0	0	0	2
Técnico B	54	53	49	3	0	3	0	0	53
Técnico C	19	17	57	1	0	4	3	0	23
Técnico Superior A	11	9	36	0	0	3	3	0	15
Técnico Superior B	102	101	45	0	6	6	3	0	116
Técnico Superior C	25	26	52	1	3	4	2	0	34
Trainee	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>416</b>	<b>408</b>		<b>11</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>472</b>
<b>Tota s/ OS</b>	<b>406</b>	<b>398</b>		<b>11</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>462</b>

Figura 30 - Quadro de Pessoal desagregado por categoria

## **Em resultado,**

As regularizações de vínculos laborais, a contratação de novos trabalhadores, nos termos e pelas razões supramencionadas, são essenciais e indispensáveis para garantir a continuidade da prestação do serviço público de acordo com os requisitos de segurança e qualidade aplicáveis, bem como a regularização das comissões de serviço resultam, como fundamentado, de imposições legais.

Como descrito, as situações enunciadas resultam da adequação da estrutura e dimensionamento dos recursos humanos da Empresa, seja para regularizar situações desajustadas, assegurar funções e obrigações presentes, seja para antecipar a organização exigível para implementar a sua estratégia de futuro, nomeadamente quanto ao incremento da atividade exercida em resultado:

- da previsão da água para reutilização ter passado a ser considerada uma atividade principal dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes por efeito do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a inerente obrigatoriedade de observar o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto; e
- dos desafios inerentes à atuação preventiva para evitar ou mitigar situações de escassez hídrica.

Paralelamente, deverá ser tido em atenção que este aumento de gastos não resulta de uma degradação da eficiência operacional, pois este acréscimo de gastos resulta exclusivamente da absoluta necessidade de cumprimento de obrigações legais, assegurando o cumprimento dos parâmetros de serviço e garantindo a segurança das pessoas e infraestruturas. Este aumento de gastos não tem o direto balanceamento em termos de receitas, embora possam ser reconhecidos em termos regulatórios e consequentemente levados à tarifa, ainda que não no imediato.

## **Orientações sobre Remunerações**

A elaboração da proposta de PAO 2024 teve ainda em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao SEE, nomeadamente:

- a) Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- b) Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho;
- c) Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- d) Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- e) Despacho n.º 764/2012, de 25 de maio, do SEFT;
- f) Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- g) Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;
- h) Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- i) Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.

- j) Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro;
- k) Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- l) Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto de 2023.
- m) Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro (Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024);
- n) Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024);

### **Benefícios Pós-Emprego**

Para 2024 não estão previstos quaisquer benefícios pós-emprego na Águas do Tejo Atlântico.

## 6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

### 6.1. INSTRUÇÕES, PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS DE REFERÊNCIA E ORIENTAÇÕES

O presente documento foi desenvolvido de acordo com as orientações constantes na Lei de Orçamento de Estado para 2023, aprovado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, com base no Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO-2023), com base nas instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão, constantes do Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto de 2023, e de acordo com orientações do acionista maioritário, AdP SGPS, S.A..

Para além do cumprimento das referidas instruções e determinações legais, a proposta de PAO 2024 visa cumprir as diversas orientações governamentais, designadamente no que respeita a:

- i) Contenção de gastos e de endividamento; e
- ii) Orientações recebidas da tutela e do acionista.

Saliente-se ainda que, sendo a atividade da Águas do Tejo Atlântico regulada pela ERSAR, o presente PAO segue igualmente as recomendações emanadas por aquela entidade.

O PAO para 2024 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a foi incumbida, e as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

A Águas do Tejo Atlântico submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2024 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-005154/2023, de 22 de setembro de 2023, e sequente aprovação de S. Exa. o Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, ao abrigo do Despacho n.º 81/SEAMB/2023, de 28 de setembro de 2023.

Deste modo o volume de negócios da Empresa está previamente determinado, pelo que o seu crescimento real está diretamente relacionado com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas pela ERSAR até 31 de julho de cada ano.

De acordo com o Despacho n.º 324/2023-SET o volume de negócios deverá ser objeto de rigorosa fundamentação quando seu crescimento for superior à taxa de crescimento nominal do PIB:

- A evolução projetada do volume de negócios da AdTA encontra-se sujeita ao contratualizado no Contrato de Concessão;

- As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, são atualizados para o ano da sua aplicação, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável e são aprovados pelo Concedente, não se aplicando por isso o racional do Consumo Privado e/ou PIB para justificar tal evolução.

De acordo com o contrato de concessão as tarifas e os rendimentos tarifários são fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico financeiro durante toda a concessão e a acessibilidade social dos serviços prestados, tendo por objetivo garantir a qualidade do serviço prestado

Acresce que a Águas do Tejo Atlântico se rege por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que a compõem.

Na elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2024, os pressupostos macroeconómicos utilizados seguem as recomendações da ERSAR e foram os que se reproduzem no quadro seguinte:

Descrição	2024 Orçamento
Taxa de inflação	5,20%
Taxa de inflação energia	-
Financiamentos BE existentes	Conforme contrato
Taxa de IVA (vendas)	6%
Taxa de IVA (prestação de serviços e venda de energia)	6%
Taxa de IVA (suportado)	23%
Prazo médio de recebimentos (prestação de serviços)	60
Prazo médio de pagamentos (fornecedores correntes)	30
Prazo médio de recebimentos (IVA)	120
Prazo médio de pagamentos (IVA)	60
Rotação de stocks	30
Taxa de IRC	21,00%
Taxa de derrama	0,50%
Derrama Estadual > € 1,5 M <= € 7,5 M	3,00%
Derrama Estadual > € 7,5 M <= € 35 M	5,00%
Taxa de remuneração do capital acionista	2,41%

Figura 31 - Pressupostos Macroeconómicos de Referência

## 6.2. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

A proposta de PAO 2024 foi desenvolvida tendo por base as determinações legais, os pressupostos e as orientações constantes do Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto de 2023, bem como as medidas de contenção de gastos e outras orientações definidas pelas tutelas e pelo acionista.

Na elaboração da proposta do PAO 2024, a Águas do Tejo Atlântico teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024 (Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro), designadamente na prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos, no sentido de promoção do equilíbrio das contas.

Os rendimentos tarifários da Empresa são estruturados numa base de custos aceites que pretendem cobrir os custos de exploração e fiscais, as amortizações do investimento e a remuneração de dívida e dos capitais próprios (estes últimos à taxa das OT a 10 anos + 3%).

Nos termos do Contrato de Concessão prevê-se a possibilidade de serem definidos rendimentos tarifários para efeitos de faturação. A repartição destes rendimentos tarifários aos utilizadores municipais far-se-á atendendo à proporção da utilização efetiva, aferida pela média aritmética simples do volume de efluente medido, por utilizador municipal, de, pelo menos, um dos últimos seis semestres consecutivos, compreendido entre 1 de julho do ano n-4 e 30 de junho do ano n-1. Para este efeito, para os utilizadores municipais cuja faturação seja efetuada nos moldes atrás descritos, é apurada uma tarifa implícita, resultante da divisão dos rendimentos tarifários pelos volumes utilizados para a respetiva repartição.

Com base nas regras tarifárias em vigor, explanadas no Contrato de Concessão e na lei de bases do setor, as receitas de exploração crescem com o aumento dos gastos de operação. Este é um efeito que se pretende evitar. Paralelamente, também o EBITDA se constitui como um indicador que não reflete a eficiência operacional e financeira, necessária e pretendida para a Empresa. Com efeito, este indicador é suscetível de aumentar com o aumento do investimento e inerentes gastos com a manutenção desses ativos.

As receitas mercantis da Empresa e respetivo esforço de maximização passam, então, por uma estratégia de investimento racional que permita o aumento da cobertura dos serviços de tratamento de águas residuais, bem como a eficiência das operações, que passa pela transformação digital, através da automatização e da monitorização de processos, pela melhoria dos desempenhos hídrico e energético, entre outros.

### 6.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (“*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*”), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e normas interpretativas (“SIC/IFRIC”), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2021.

Os valores apresentados para cada período correspondem a:

- Exercício de 2022 - demonstrações financeiras estatutárias aprovadas em Assembleia Geral de 15 de março de 2023;
- Exercício de 2023 - demonstrações financeiras estatutárias aprovadas em Assembleia Geral de 15 de março de 2024;
- O orçamento de 2024 – melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do presente documento, tendo por base as contas reais a dezembro de 2023 e objetivos a alcançar.

## Demonstração da Posição Financeira Previsional

BALANÇO	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2024
	Real	PAO	Real	Orçamento
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos intangíveis	428 208 261	422 502 528	419 141 698	423 884 240
Ativos fixos tangíveis	260 407	309 193	573 803	868 998
Ativos sob direito de uso	223 355	914 381	108 774	65 295
Investimentos financeiros	29 936	35 102	33 428	33 428
Impostos diferidos ativos	57 326 038	57 980 407	57 768 053	58 272 150
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	0
Cientes e outros ativos não correntes	21 472	7 148	0	0
<b>Total dos ativos não correntes</b>	<b>486 069 469</b>	<b>481 748 758</b>	<b>477 625 757</b>	<b>483 124 113</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Inventários	3 549 880	1 663 120	3 740 348	1 140 769
Cientes	12 157 330	17 456 172	16 341 967	19 207 045
Estado e outros entes públicos	948 356	2 233 210	1 520 112	2 788 630
Imposto sobre o rendimento do exercício	3 411	334 520	0	432 097
Outros ativos correntes	1 346 207	663 517	1 115 843	293 757
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	0	0	55 013 154	0
Caixa e seus equivalentes	74 846 369	52 906 303	7 310 052	19 655 049
<b>Total dos ativos correntes</b>	<b>92 851 552</b>	<b>75 256 843</b>	<b>85 041 475</b>	<b>43 517 348</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>578 921 020</b>	<b>557 005 601</b>	<b>562 667 232</b>	<b>526 641 461</b>
<b>Capital próprio dos accionistas maioritários</b>				
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Acções próprias	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	0
Reservas e outros ajustamentos	1 207 547	1 487 596	1 487 596	1 838 196
Resultados transitados	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	5 600 976	6 955 146	7 012 016	7 107 281
<b>Total do capital próprio</b>	<b>117 814 769</b>	<b>119 448 989</b>	<b>119 505 858</b>	<b>122 473 158</b>
<b>Passivos não correntes</b>				
Provisões	204 492	610 113	539 324	539 324
Empréstimos	173 266 902	158 433 576	158 462 108	142 356 506
Passivos de locação	48 060	0	78 146	0
Outros passivos não correntes	1 099 018	677 240	692 917	647 003
Impostos diferidos passivos	14 759 219	14 356 398	13 902 971	13 902 971
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	11 944 137	11 918 961	14 727 578	12 160 451
Acréscimos de custos do investimento contratual	110 486 524	107 037 500	104 597 430	92 226 409
Subsídios ao investimento e outros	116 667 042	111 916 059	111 884 190	107 072 983
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>428 475 394</b>	<b>404 949 847</b>	<b>404 884 663</b>	<b>368 905 649</b>
<b>Passivos correntes</b>				
Empréstimos	14 856 217	15 470 844	15 278 012	16 376 783
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	0	0
Fornecedores	6 034 903	8 508 591	9 466 259	11 416 066
Passivos de locação	76 727	740 854	34 879	59 662
Outros passivos correntes	7 694 607	4 374 341	9 221 253	4 342 661
Imposto sobre o rendimento do exercício	387 720	0	20 620	0
Estado e outros entes públicos	3 580 684	3 512 136	4 255 687	3 067 482
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>32 630 857</b>	<b>32 606 766</b>	<b>38 276 711</b>	<b>35 262 654</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>461 106 251</b>	<b>437 556 613</b>	<b>443 161 374</b>	<b>404 168 303</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>578 921 020</b>	<b>557 005 602</b>	<b>562 667 232</b>	<b>526 641 461</b>

Figura 32 - Demonstração da Posição Financeira Previsional

## Demonstração da Posição Financeira Previsional 2024- Trimestral

BALANÇO	31.03.2024	30.06.2024	30.09.2024	31.12.2024
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos intangíveis	415 338 355	416 316 166	419 337 650	423 884 240
Ativos fixos tangíveis	650 985	779 963	816 979	868 998
Ativos sob direito de uso	97 904	87 035	76 165	65 295
Investimentos financeiros	33 428	33 428	33 428	33 428
Impostos diferidos ativos	58 364 395	58 282 836	58 207 071	58 272 150
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	0	0	0	0
Clientes e outros ativos não correntes	0	0	0	0
<b>Total dos ativos não correntes</b>	<b>474 485 068</b>	<b>475 499 428</b>	<b>478 471 293</b>	<b>483 124 113</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Inventários	1 362 041	2 234 478	2 233 021	1 140 769
Clientes	19 063 402	18 889 542	18 810 767	19 207 045
Estado e outros entes públicos	2 229 054	2 664 097	2 870 429	2 788 630
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0	432 097
Outros ativos correntes	593 386	293 757	420 274	293 757
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	15 013 154	0	0	0
Caixa e seus equivalentes	41 214 854	37 406 396	30 897 226	19 655 049
<b>Total dos ativos correntes</b>	<b>79 475 892</b>	<b>61 488 270</b>	<b>55 231 716</b>	<b>43 517 348</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>553 960 960</b>	<b>536 987 698</b>	<b>533 703 009</b>	<b>526 641 461</b>
<b>Capital próprio dos accionistas maioritários</b>				
Capital social	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680
Acções próprias	(2 521 433)	(2 521 433)	(2 521 433)	0
Reservas e outros ajustamentos	1 838 196	1 838 196	1 838 196	1 838 196
Resultados transitados	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	1 741 539	3 517 112	5 312 197	7 107 281
<b>Total do capital próprio</b>	<b>114 585 982</b>	<b>116 361 555</b>	<b>118 156 640</b>	<b>122 473 158</b>
<b>Passivos não correntes</b>				
Provisões	539 324	539 324	539 324	539 324
Empréstimos	156 141 677	150 514 031	148 193 865	142 356 506
Passivos de locação	46 594	33 526	20 457	0
Outros passivos não correntes	681 439	669 960	658 482	647 003
Impostos diferidos passivos	13 902 971	13 902 971	13 902 971	13 902 971
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	16 055 364	14 458 205	12 946 555	12 160 451
Acréscimos de custos do investimento contratual	98 754 541	98 511 215	96 994 322	92 226 409
Subsídios ao investimento e outros	110 681 388	109 478 586	108 275 785	107 072 983
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>396 803 297</b>	<b>388 107 818</b>	<b>381 531 761</b>	<b>368 905 649</b>
<b>Passivos correntes</b>				
Empréstimos	15 856 933	15 865 128	16 244 417	16 376 783
Apoio de tesouraria da AdP SGPS	0	0	0	0
Fornecedores	8 391 371	9 154 297	10 949 348	11 416 066
Passivos de locação	52 273	52 273	52 273	59 662
Outros passivos correntes	12 359 146	4 308 452	4 742 000	4 342 661
Imposto sobre o rendimento do exercício	1 313 442	1 792 995	18 893	0
Estado e outros entes públicos	4 598 515	1 345 180	2 007 678	3 067 482
<b>Total dos passivos correntes</b>	<b>42 571 680</b>	<b>32 518 325</b>	<b>34 014 608</b>	<b>35 262 654</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>439 374 978</b>	<b>420 626 143</b>	<b>415 546 369</b>	<b>404 168 303</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>553 960 960</b>	<b>536 987 698</b>	<b>533 703 009</b>	<b>526 641 461</b>

Figura 33 - Demonstração da Posição Financeira Previsional 2024 - Trimestral

### Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2024
	Real	PAO	Real	Orçamento
Vendas	29 488	30 883	93 749	29 617
Prestações de serviços	83 393 461	90 960 559	90 670 465	98 281 532
Serviços de construção (IFRIC12)	13 696 300	18 898 042	17 204 384	39 016 403
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(5 021 009)	25 176	(2 783 441)	2 567 126
<b>Volume de negócios</b>	<b>92 098 240</b>	<b>109 914 659</b>	<b>105 185 157</b>	<b>139 894 678</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	(3 987 412)	(4 367 801)	(4 480 548)	(4 468 839)
Serviços de construção (IFRIC12)	(13 696 300)	(18 898 042)	(17 204 384)	(39 016 403)
<b>Margem bruta</b>	<b>74 414 528</b>	<b>86 648 817</b>	<b>83 500 225</b>	<b>96 409 436</b>
Fornecimentos e serviços externos	(31 235 983)	(41 775 554)	(39 589 118)	(48 118 171)
Gastos com pessoal	(13 374 322)	(14 093 030)	(13 839 418)	(16 563 172)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(20 676 082)	(21 495 692)	(20 698 179)	(22 100 404)
Provisões e reversões do exercício	(204 492)	(405 439)	(334 832)	0
Perdas por imparidade e reversões do exercício	(183)	0	183	
Subsídios ao investimento	4 760 397	4 750 983	4 812 852	4 811 207
Outros gastos e perdas operacionais	(829 026)	(876 974)	(938 330)	(929 473)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	214 392	56 482	41 899	71 373
<b>Resultados operacionais</b>	<b>13 069 230</b>	<b>12 809 592</b>	<b>12 955 281</b>	<b>13 580 796</b>
Gastos financeiros	(5 677 067)	(4 762 691)	(4 772 239)	(4 390 892)
Rendimentos financeiros	14 286	1 045 421	1 148 531	557 414
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(5 662 781)</b>	<b>(3 717 270)</b>	<b>(3 623 708)</b>	<b>(3 833 478)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>7 406 449</b>	<b>9 092 323</b>	<b>9 331 573</b>	<b>9 747 318</b>
Imposto do exercício	(3 968 045)	(3 194 367)	(3 617 821)	(3 144 134)
Imposto diferido	2 162 571	1 057 190	1 298 263	504 097
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>5 600 976</b>	<b>6 955 146</b>	<b>7 012 016</b>	<b>7 107 281</b>

Figura 34 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

### Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2024 - Trimestral

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.03.2024	30.06.2024	30.09.2024	31.12.2024
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Vendas	7 269	13 780	22 374	29 617
Prestações de serviços	24 557 987	49 141 366	73 681 163	98 281 532
Serviços de construção (IFRIC12)	7 515 256	14 212 103	24 226 190	39 016 403
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	(1 327 786)	269 373	1 781 023	2 567 126
<b>Volume de negócios</b>	<b>30 752 725</b>	<b>63 636 621</b>	<b>99 710 749</b>	<b>139 894 678</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	(839 744)	(2 180 431)	(3 504 968)	(4 468 839)
Serviços de construção (IFRIC12)	(7 515 256)	(14 212 103)	(24 226 190)	(39 016 403)
<b>Margem bruta</b>	<b>22 397 726</b>	<b>47 244 088</b>	<b>71 979 592</b>	<b>96 409 436</b>
Fornecimentos e serviços externos	(10 479 443)	(23 373 686)	(35 947 561)	(48 118 171)
Gastos com pessoal	(3 990 574)	(7 996 336)	(12 253 078)	(16 563 172)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(5 518 835)	(11 044 880)	(16 574 381)	(22 100 404)
Provisões e reversões do exercício	0	0	0	0
Perdas por imparidade e reversões do exercício				
Subsídios ao investimento	1 202 802	2 405 603	3 608 405	4 811 207
Outros gastos e perdas operacionais	(206 946)	(484 322)	(704 178)	(929 473)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	23 545	39 614	56 430	71 373
<b>Resultados operacionais</b>	<b>3 428 274</b>	<b>6 790 081</b>	<b>10 165 229</b>	<b>13 580 796</b>
Gastos financeiros	(1 131 315)	(2 242 640)	(3 326 852)	(4 390 892)
Rendimentos financeiros	188 080	330 509	459 929	557 414
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(943 235)</b>	<b>(1 912 130)</b>	<b>(2 866 923)</b>	<b>(3 833 478)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>2 485 039</b>	<b>4 877 951</b>	<b>7 298 305</b>	<b>9 747 318</b>
Imposto do exercício	(1 339 842)	(1 875 623)	(2 425 127)	(3 144 134)
Imposto diferido	596 342	514 783	439 018	504 097
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1 741 539</b>	<b>3 517 112</b>	<b>5 312 197</b>	<b>7 107 281</b>

Figura 35 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2024- Trimestral

## Demonstração dos Fluxo de Caixa – Previsional

	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2024
	Real	PAO	Real	Orçamento
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	94 743 341	98 496 554	101 262 249	107 430 921
Pagamentos a fornecedores	(42 794 117)	(54 473 588)	(52 027 755)	(66 898 059)
Pagamentos ao pessoal	(13 214 521)	(12 876 006)	(14 746 869)	(10 778 655)
Pagamento/Recebimento do IRC	(3 594 060)	(3 807 740)	(4 334 897)	(2 977 934)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(5 209 513)	(8 920 143)	(4 603 495)	(8 454 996)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>29 931 131</b>	<b>18 419 077</b>	<b>25 549 234</b>	<b>18 321 277</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros	0	10 431	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0	2 328	0
Recebimentos de subsídios de investimento	14 847	28 240	87 051	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	2 217	121 909	571 401	0
Apoio de Tesouraria à Holding	0	12 002 173	(55 000 000)	55 000 000
Pagamentos de dividendos	(3 202 296)	(4 782 722)	(4 782 722)	(6 661 415)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(107 471)	(64 956)	(572 796)	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(13 786 356)	(17 846 299)	(14 083 628)	(38 060 947)
	<b>(17 079 060)</b>	<b>(10 531 224)</b>	<b>(73 778 365)</b>	<b>10 277 638</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	358 922	0	418 327
Venda de ações (quotas) próprias	0	0	0	2 521 433
Outros recebimentos de atividades de financiamento	0	831 524	0	0
Pagamentos de passivos de locação	(373 862)	(254 292)	(73 554)	(53 363)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(12 978 343)	(26 490 718)	(14 490 718)	(15 264 858)
Pagamentos de juros e gastos similares	(5 076 139)	(4 256 727)	(4 726 555)	(3 875 190)
	<b>(18 428 344)</b>	<b>(29 811 292)</b>	<b>(19 290 827)</b>	<b>(16 253 650)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(5 576 273)</b>	<b>(21 923 439)</b>	<b>(67 519 958)</b>	<b>12 345 264</b>
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	80 406 015	74 829 742	74 829 742	7 309 785
Caixa e seus equivalentes no fim do período	74 829 742	52 906 303	7 309 785	19 655 049
	<b>(5 576 273)</b>	<b>(21 923 439)</b>	<b>(67 519 958)</b>	<b>12 345 264</b>

Figura 36 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2024 - Trimestral

	31.03.2024	30.06.2024	30.09.2024	31.12.2024
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	24 835 184	52 388 114	79 921 291	107 430 921
Pagamentos a fornecedores	(12 313 113)	(31 358 825)	(50 142 982)	(66 898 059)
Pagamentos ao pessoal	(2 496 255)	(5 043 625)	(7 683 689)	(10 778 655)
Pagamento/Recebimento do IRC	0	(20 620)	(1 992 163)	(2 977 934)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(4 908 785)	(9 559 330)	(8 961 576)	(8 454 996)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>5 117 030</b>	<b>6 405 715</b>	<b>11 140 883</b>	<b>18 321 277</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Recebimentos de ativos/investimentos financeiros	0	0	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0	0	0
Recebimentos de subsídios de investimento	0	0	0	0
Recebimentos de juros e rendimentos similares	0	0	0	0
Apoio de Tesouraria à Holding	40 000 000	55 000 000	55 000 000	55 000 000
Pagamentos de dividendos	0	(6 661 415)	(6 661 415)	(6 661 415)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	0	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	(8 727 119)	(15 534 120)	(23 830 836)	(38 060 947)
	<b>31 272 881</b>	<b>32 804 465</b>	<b>24 507 749</b>	<b>10 277 638</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recebimentos de empréstimos obtidos	141 327	248 149	345 214	418 327
Venda de ações (quotas) próprias	0	0	0	2 521 433
Outros recebimentos de atividades de financiamento	0	0	0	0
Pagamentos de passivos de locação	(14 159)	(27 227)	(40 295)	(53 363)
Pagamentos de empréstimos obtidos	(2 127 103)	(7 579 555)	(9 706 658)	(15 264 858)
Pagamentos de juros e gastos similares	(484 906)	(1 754 936)	(2 659 451)	(3 875 190)
	<b>(2 484 842)</b>	<b>(9 113 569)</b>	<b>(12 061 191)</b>	<b>(16 253 650)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>33 905 069</b>	<b>30 096 611</b>	<b>23 587 441</b>	<b>12 345 264</b>
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 309 785	7 309 785	7 309 785	7 309 785
Caixa e seus equivalentes no fim do período	41 214 854	37 406 396	30 897 226	19 655 049
	<b>33 905 069</b>	<b>30 096 611</b>	<b>23 587 441</b>	<b>12 345 264</b>

Figura 37 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2024 - Trimestral

No respeitante aos fluxos de caixa, os recebimentos e pagamentos decorrem da atividade normal da Empresa, dando-se especial relevância aos que seguidamente se discriminam:

- O recebimento de clientes decorre da faturação prevista, tendo por base os rendimentos tarifários garantidos, a componente tarifária acrescida e a taxa de recursos hídricos, associada ao prazo médio de recebimentos de 60 dias;
- O pagamento a fornecedores compreende o pagamento das aquisições de serviços e bens resultantes da atividade operacional da Empresa de acordo com a sua estrutura de stocks e de gastos;
- O pagamento de ativos intangíveis resulta do volume de investimento previsto realizar, cujo prazo médio de pagamento a fornecedores de imobilizado é de 30 dias;
- O pagamento de empréstimos obtidos e de juros e gastos similares respeita ao BEI;
- O recebimento em 2024 da venda das ações próprias à AdP, SGPS, S.A.;
- O reembolso do apoio de tesouraria prestado em 2023 à AdP, SGPS, S.A..

## Disponibilidades

Para os anos de 2022 a 2024 apresenta-se a decomposição das disponibilidades.

	31.12.2022 Real	31.12.2023 Real	31.03.2024 Orçamento	30.06.2024 Orçamento	30.09.2024 Orçamento	31.12.2024 Orçamento
Caixa	7 649	7 466	1 000	1 000	1 000	1 000
Depósitos à ordem	74 838 720	7 302 586	41 213 854	37 405 396	30 896 226	19 654 049
	<b>74 846 369</b>	<b>7 310 052</b>	<b>41 214 854</b>	<b>37 406 396</b>	<b>30 897 226</b>	<b>19 655 049</b>
Descobertos bancários	0	0	0	0	0	0
	<b>74 846 369</b>	<b>7 310 052</b>	<b>41 214 854</b>	<b>37 406 396</b>	<b>30 897 226</b>	<b>19 655 049</b>

Figura 38 – Disponibilidades

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., à semelhança de exercícios anteriores, cumpre o princípio de Unidade de Tesouraria conforme decorre do disposto no artigo 105.º da Lei de Orçamento de Estado para 2024.

## 6.4. PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS (“PRG”)

O PAO 2024 da Águas do Tejo Atlântico reflete o equilíbrio das contas de exploração da Empresa e o cumprimento das orientações relativas à contenção de gastos em cada exercício.

Os montantes orçamentados e estimados para os exercícios seguintes, apresentados neste documento, tiveram em conta o desempenho de 2022 e de 2023, das infraestruturas e as restrições anteriormente descritas, e refletem um nível de gastos adequado e necessário para garantir o normal funcionamento do sistema multimunicipal face aos níveis de serviço exigidos, ao estado das infraestruturas e equipamentos e à necessidade de recursos humanos para assegurar o funcionamento desta Empresa (que labora 24 horas por dia e 365 dias por ano). Na preparação do orçamento para 2024, além do volume de atividade e outros fatores que concorrem para a normalidade das operações, foi tida em atenção a previsão do aumento de preços. Reitera-se o período de incerteza em que vivemos, que poderá implicar acréscimos de gastos em diversas rubricas, de tendência não linear e até não previsível.

É de referir que a Empresa, de acordo com as políticas contabilísticas adotadas, procede ao reconhecimento dos designados “Trabalhos para a própria Empresa”, que correspondem aos gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são diretamente deduzidos às rubricas de gastos a que dizem respeito por contrapartida de imobilizado.

A Tejo Atlântico apenas procede à capitalização de gastos com o pessoal, e das direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção

civil, não procedendo à capitalização de outras naturezas de gastos, tais como fornecimentos e serviços externos e gastos financeiros.

## EBITDA

Os valores estimados do EBITDA para o período em análise são os seguintes:

EBITDA	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	EF	Orçamento
Resultados operacionais	13 069 230	12 955 281	13 580 796
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 676 082	20 698 179	22 100 404
Subsídios ao investimento	(4 760 397)	(4 812 852)	(4 811 207)
Provisões e reversões do exercício	204 492	334 832	0
	<b>29 189 407</b>	<b>29 175 441</b>	<b>30 869 993</b>

Figura 39 – EBITDA

EBITDA Ajustado	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	EF	Orçamento
Resultados operacionais	13 069 230	12 955 281	13 580 796
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 676 082	20 698 179	22 100 404
Provisões e reversões do exercício	204 492	334 832	0
Subsídios ao investimento	(4 760 397)	(4 812 852)	(4 811 207)
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	5 021 009	2 783 441	(2 567 126)
	<b>34 210 599</b>	<b>31 958 698</b>	<b>28 302 866</b>

Figura 40 – EBITDA Ajustado

## EBIT - Líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades

Os valores estimados do EBIT para o período em análise são os seguintes:

EBIT Líquido	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024
	Real	EF	Orçamento
Resultados operacionais	13 273 721	13 290 114	13 580 796

Figura 41 – EBIT

Os gastos da Águas do Tejo Atlântico decorrem exclusivamente da sua atividade operacional, que apesar do reforço de gastos em reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios, assim como de segurança de pessoas, equipamentos e infraestruturas, permite uma evolução do EBIT, líquido de variações de justo valor, provisões e imparidades, para 2024 favorável, face aos anos anteriores.

Recorde-se, como já referido, que o volume de negócios da Empresa está previamente determinado. Tal decorre das tarifas e dos rendimentos tarifários estarem pré-fixados no Contrato de Concessão, e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Pelo exposto, a evolução dos gastos operacionais não corresponde na mesma medida à evolução do volume de negócios.

### 6.5. RÁCIO PRC (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS)

De acordo com o preconizado pelos princípios gerais para elaboração dos IPG, os valores apurados dos Gastos Operacionais, sobre o Volume de Negócios, e do PRC para o período em análise são os seguintes:

Eficiência operacional	2022	2023	2023	2024	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Real	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-49 522 822	-61 429 980	-59 116 429	-70 463 677	-11 347 249	-19,2%
CMVMC	-3 987 412	-4 367 801	-4 480 548	-4 468 839	11 709	0,3%
FSE	-31 235 983	-41 775 554	-39 589 118	-48 118 171	-8 529 053	-21,5%
Gastos com pessoal (sem efeito da capitalização)	-14 299 427	-15 286 625	-15 046 762	-17 876 667	-2 829 905	-18,8%
<b>1-Pedido de Excecionalidade</b>				<b>5 664 222</b>	<b>5 664 222</b>	
Acordo de Rendimentos 2024				630 228	630 228	
Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios				4 128 993	4 128 993	
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas				905 000	905 000	
<b>2-Dedução para efeitos de comparabilidade</b>				<b>774 331</b>	<b>774 331</b>	
Valorizações remuneratórias ACT- progressões				93 102	93 102	
Contratações RH por questões de segurança				209 236	209 236	
Absentismo de 2023				398 668	398 668	
Processo Jurídico Acidente da Guia				73 325	73 325	
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	49 522 822	61 429 980	59 116 429	64 025 124	4 908 696	8,3%
Volume de negócios	83 422 949	90 991 442	90 764 213	98 311 149	7 546 936	8,3%
Vendas	29 488	30 883	93 749	29 617	-64 132	-68,4%
Prestações de Serviços	83 393 461	90 960 559	90 670 465	98 281 532	7 611 067	8,4%
Volume de Negócios ajustado	83 422 949	90 991 442	90 764 213	98 311 149	7 546 936	8,3%
<b>Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)</b>	<b>59%</b>	<b>68%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>0,00</b>	

Figura 42 - Rácio PRC

Os gastos com CMVMC, FSE's, Gastos com o Pessoal, sem dedução de trabalhos para a própria Empresa e de subsídios à exploração, e Volume de Negócios constam da Demonstração de Resultados, não sendo considerado para o efeito do cálculo do indicador os valores resultantes da aplicação da IFRIC 12, assim como do Desvio de Recuperação de Gastos.

Na análise do rácio GO/VN como indicador de avaliação da eficiência operacional da Águas do Tejo Atlântico, não pode ser descurado o impacto que têm as novas despesas de natureza obrigatória, legal, ou imprescindível, e que não têm consequências em matéria de eficiência operacional no seu sentido real.

A Águas do Tejo Atlântico rege-se por ciclos (também designados períodos tarifários), espelhados no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), divididos num primeiro período de convergência, de 10 anos, no qual as tarifas e os rendimentos tarifários estão pré-fixados no Contrato de Concessão e depois em sucessivos períodos de 5 anos, a partir dos quais a Empresa será remunerada em função dos resultados gerados. Esta convergência é essencial precisamente para garantir um período de uniformização tarifária gradual dos 3 subsistemas que estão na origem da Empresa.

Como referido, encontra-se pendente de aprovação do concedente uma revisão extraordinária do tarifário consubstanciada, designadamente, na apresentação de um novo estudo de viabilidade económica e financeira para o período concessório.

Como já referido em processos orçamentais anteriores, a Águas do Tejo Atlântico, apesar de ter sido constituída em 2017, apenas em 2020 deu início a alguns trabalhos fruto em parte do próprio processo de criação da empresa e do reescalamento e normal desenvolvimento da atividade, assim como deu início os processos de atividade programada relacionada com o estado funcional das infraestruturas. Estes processos envolvem um conjunto vasto de procedimentos de cadastro, inspeções e de auditorias. Em 2020 foram iniciadas as ações mais urgentes e efetuadas intervenções pontuais e críticas decorrentes de um evento de extrema gravidade vivido na empresa. Realça-se como muito preocupante o passivo acumulado desde 2017 e nos anos anteriores, decorrente da instabilidade provocada pela reorganização do Grupo AdP de falta de manutenção preventiva nos ativos infraestruturais. Este défice de manutenção tem vindo a impactar na atividade operacional dos últimos anos, obrigando a um esforço acrescido de intervenção nos sistemas infraestruturais, quer na dimensão operacional, quer na dimensão funcional. Para além de gerar riscos de segurança significativos, coloca em causa a eficiência operacional e o cumprimento de obrigações legais e de serviço.

A idade média dos subsistemas em operação na Empresa exige uma atividade intensa de manutenção preventiva incompatível com os recursos internos existentes. O objetivo é alcançar o bom estado funcional em todos os subsistemas, de modo a implementar as políticas de gestão sustentável das infraestruturas já definidas e aprovadas na Empresa.

Deste modo se justifica em 2024, o aumento de gastos relativos às condições de operacionalidade e segurança, os quais se prevê configurarem-se como uma situação temporária e bem delimitada no tempo, cuja previsibilidade era de que se iram esbatendo até ao final do período de convergência tarifária, ou seja, até ao final de 2026. Por vários fatores, de ordem interna, tais como falta de recursos humanos, como de ordem externa, relacionados com a situação de pandemia e a guerra na Ucrânia, que vieram alterar condições de mercado ao nível de preços e de entrega de bens e de prestação de serviços, impossibilitam a Empresa realizar determinadas atividades, e consequentemente incorrer nos respetivos gastos, nas datas a que se propõe. A par desta situação, a aprovação tardia dos orçamentos não permite a execução da despesa no calendário projetado, aquando da realização dos exercícios orçamentais. Esta é razão pela qual se verificam variações mais significativas em algumas rúbricas, quando se compara exercícios económicos fechados, como os de 2022 e 2023, com o ano de orçamento, e que justifica o facto de a Empresa ter de em exercícios orçamentais seguintes de contemplar despesa para procedimentos que havia previsto, mas que não teve possibilidade de os executar. Estes tipos de procedimentos apesar de considerados como gastos operacionais, não estão diretamente ligados ao volume de atividade operacional, como é o caso dos relacionados com o consumo de reagentes ou com o tratamento de lamas.

## I- Aspetos regulatórios e legais

Em simultâneo, têm sido impostos à Empresa novos requisitos ou tornados mais estritos requisitos existentes, de natureza regulatória ou regulamentar, que agravam os gastos sem que seja possível a compensação através das receitas (embora parte destes gastos possam ser reconhecidos em termos regulatórios e consequentemente impactar a tarifa, tal não pode ser feito no imediato). A propósito, salienta-se o sistema de avaliação da qualidade da ERSAR, que, em 2023, lança a quarta geração de indicadores. Esta quarta geração vem reforçar a exigência em indicadores que exigirão um esforço adicional de recursos para que a Empresa evolua no sentido do cumprimento das metas fixadas.

A quarta geração de Indicadores da Qualidade de Serviço, aplicável à avaliação do desempenho do ano 2022 e seguintes, implica uma maior afetação de recursos (gastos) e investimentos, quer por via dos novos indicadores, quer pela alteração das bandas de referência de indicadores já existentes.

Nos novos indicadores, destaca-se o ARII – Monitorização da condição de coletores, que implicará uma afetação de recursos, não disponível no momento, para conseguir realizar a cada ano, no mínimo, inspeção a 10% dos coletores. Ainda em relação aos ativos lineares, a alteração da banda de referência do AR09 – Reabilitação de coletores, para valores mais exigentes terá repercussões no plano de investimentos de forma a viabilizar a reabilitação anual mínima de 0,8% dos coletores com idade superior a 10 anos.

Para dar cabal cumprimento ao indicador AR05 – Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação, que considera a receção e tratamento de reclamações, sugestões e pedidos de informação, escritos e telefónicos, será necessário dispor de meios, nomeadamente o atendimento telefónico e gestão das reclamações, sugestões e pedidos de informação.

Por último, mas não menos importante, e não sendo um indicador novo, mas para melhorar o desempenho medido pelo indicador AR04 – Ocorrência de inundações, será necessária uma maior afetação de recursos, desde logo para categorizar as origens das inundações, identificar e implementar ações de melhoria, que minimizem a frequência das ocorrências.

Assim, os gastos previstos no PAO para 2024, resultam exclusivamente da absoluta necessidade de cumprir parâmetros de serviço e de garantir a segurança de pessoas e infraestruturas face às necessidades suplementares entretanto identificadas. Apesar de um acréscimo de gastos face a anos anteriores, não resultam da redução da eficiência operacional nem são reflexo da degradação desta, pois este acréscimo de gastos decorre da necessidade de recuperação do passado, como já referido, sendo agravados pelas condições do mercado, em que se assiste a um agravamento dos preços, quer pelo período de pandemia vivido nos dois últimos anos quer pela situação existente de guerra na Ucrânia, situações também já abordadas.

As dificuldades na contratação atempada dos bens e serviços necessários, em grande parte por fatores alheios à Empresa, levam a que intervenções de manutenção e conservação, indispensáveis à qualidade e à segurança operacionais (e que no passado nunca tinham sido possíveis de executar de forma sistemática), sejam adiadas. Sendo, portanto, inevitável o aumento dos gastos face ao passado, e em concreto face a 2023, que se trata na verdade na recuperação de gastos de prestações de serviços e de bens não diretamente relacionados com o volume de atividade e por isso, não variáveis por esse motivo, como já oportunamente referido.

Tal como a Águas do Tejo Atlântico tem tido oportunidade de expor em sede de processos orçamentais anteriores, a realização de auditorias internas e externas permitiu constatar o nível crítico de degradação de infraestruturas e identificar ações que carecem de ser implementadas com urgência, com vista a aumentar a segurança para níveis compatíveis com o serviço cometido pela tutela à Águas do Tejo Atlântico, em prol do ambiente e da saúde pública, cuja não realização conduzirão à não verificação de requisitos legais e limiares impostos à Empresa e à deterioração da sua capacidade operacional.

Nunca é demais fazer referência ao acidente mortal, ocorrido em finais de 2020 na Fábrica da Água da Guia, que veio confirmar e reforçar a premência de monitorizar em contínuo o estado dos ativos e executar um plano intensivo de manutenção preventiva das infraestruturas e equipamentos do sistema. Pelo que a Empresa identificou e implementou um conjunto significativo de medidas corretivas, não apenas nessa instalação, como nas demais infraestruturas do sistema gerido pela Águas do Tejo Atlântico, tendo sido criado o Plano de Reforço de Segurança Águas do Tejo Atlântico, do qual constam as medidas estruturais de curto, médio e longo prazo. É da aplicação desse Plano que a Empresa continua a reforçar no PAO para 2024, os gastos, já contemplados nos PAO's de anos anteriores, relacionado com a segurança de pessoas, equipamentos e infraestruturas e com a reposição do bom estado funcional dos sistemas.

A par das auditorias e inspeções aos ativos do sistema, as exigências legais da atividade e as exigências vertidas no Contrato de Concessão implicam a realização de gastos não incorridos no passado com vista a garantir não só a operacionalização de requisitos mais exigentes de produção, mas também padrões mais elevados de condição e segurança das infraestruturas e dos equipamentos. Gastos estes imprescindíveis, ou seja, cuja concretização não pode ser comprometida, sob pena de a Empresa vir a incorrer noutros gastos, diretos e indiretos, alguns dos quais não mensuráveis e com consequências significativas e potencialmente irreversíveis, comprometendo a segurança das pessoas e das instalações.

Entre essas ações, distinguem-se:

- Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios, com destaque:

- Inspeção e avaliação das condições estruturais e de funcionamento do intercetor geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, cujo valor previsto despender em 2024 é 1 milhão de euros. O intercetor da Costa do Estoril é o ativo da maior importância e espinha dorsal do sistema de

saneamento da Costa do Estoril, pelo que a inspeção do seu estado estrutural é de importância crítica. Tendo a última inspeção sido realizada em 2014, importa, passados 10 anos, rever o estado da infraestrutura. O trabalho de inspeção é de dificuldade técnica muito elevada dada a dimensão da infraestrutura, a dificuldade de acesso à mesma e à necessidade de fazer a inspeção com o interceptor em funcionamento, decorrendo daí o elevado valor previsto para a realização deste serviço;

- Remoção e encaminhamento para destino adequado de lamas das lagoas anaeróbias das Estações de Tratamento de Águas Residuais. Visa dar continuidade ao trabalho iniciado em 2023 de manutenção das lagoas. As lagoas das Fábricas de Água de 5 em 5 anos carecem deste tipo de intervenção, podendo, no máximo, protelar-se o prazo para de 7 em 7 anos;

- Fornecimento e reposição de meio filtrante na etapa de Biofiltração da FA de Alcântara. Gasto necessário para garantir a manutenção e funcionamento da Fábrica da Água de Alcântara, tratando-se de um serviço pontual que, em princípio, só se repetirá passados 10 anos;

- Aquisição de serviços de limpeza e inspeção vídeo do emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. Na sequência de alguns problemas estruturais registados nesta infraestrutura tornou-se imprescindível antecipar a inspeção periódica a que a mesma deve ser sujeita de forma a determinar a necessidade de beneficiações e assegurar a operacionalidade da mesma, indispensável ao sucesso do sistema de saneamento da Costa do Estoril;

- Avaliação da condição estrutural e funcional de infraestruturas lineares dos Subsistemas de Alcântara, Costa do Estoril e Santa Cruz e outros, contrato a iniciar em 2024. A inspeção estrutural e funcional dos ativos de lineares gravíticos é indispensável para garantir a respetiva operacionalidade. A aquisição deste serviço destina-se a assegurar a inspeção daqueles ativos de forma sistemática, passando a ser um serviço recorrente ao longo do tempo e que permitirá otimizar os custos de conservação e reparação e de investimento de substituição;

- Limpeza, desobstrução e conhecimento cadastral de determinados locais da extensa rede de coletores que efetuam a recolha e o transporte dos efluentes desde as povoações até às Estações de Tratamento de Águas Residuais, de forma a evitar obstruções e descargas de esgoto não tratado nas linhas de água adjacentes ou mesmo em terrenos agrícolas ou povoações, com potencial impacto na qualidade das massas de água e na saúde pública.

- Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas (contribuindo, indiretamente, para a Segurança Ambiental e de Saúde Pública), com destaque:
  - Contratação de trabalhos para melhoria da segurança dos trabalhadores, nomeadamente para instalação de equipamentos de proteção antiqueda.
  - Inspeção de tampas e montagem de equipamentos de prevenção de quedas em tampas e passadiços PRFV. A segurança estrutural das tampas de acesso a poços e outros é indispensável para a segurança dos trabalhadores. Esta inspeção consiste numa necessidade recorrente e que perimirá otimizar os custos de conservação e reparação e de investimento de substituição;
  - Ações decorrentes da implementação do Plano de Reforço da Segurança da AdTA.

O PAO para 2024, vem reforçar o preconizado nos PAO anteriores, relativamente à necessidade de a Águas do Tejo Atlântico concretizar, de uma forma firme e consistente, os objetivos que lhe foram traçados aquando da sua criação, dando cumprimento ao estipulado no Contrato de Concessão, o que implica não só tratar de forma adequada o efluente que chega às suas Fábricas da Água, mas também, como já referido, conservar, manter, reparar, renovar, adaptar e melhorar as infraestruturas, instalações e equipamentos necessários ao bom desempenho do serviço público que presta, assegurando também, por essa via, a segurança das pessoas e das instalações.

Os gastos com as ações acima descritas, por serem considerados fatores ocasionais com impacto orçamental significativo, pelo cumprimento de imposições legais e por requisitos de segurança da atividade operacional, preveem-se como uma situação temporária e delimitada no tempo até ao final de 2026, com maior relevância nos anos de 2022 a 2025, havendo por vezes, por vários fatores, a necessidade de, em determinado ano, recuperar o que não foi possível realizar em períodos anteriores, tal como já referido.

No cálculo do PRC estão ainda a ser deduzidos outros impactes nos gastos que decorrem de obrigações legais, nomeadamente os relacionados com gastos com o pessoal no âmbito do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo de Rendimentos 2024).

## 2- Aspectos para efeitos de comparabilidade

Relativamente à projeção de gastos para 2024, e para efeitos de comparabilidade do PRC face a 2023, foram efetuadas deduções ou adições de gastos, conforme apresentado na figura 44, salientando-se os seguintes:

- O gasto relacionado com o cumprimento do Acordo Coletivo do Trabalho (ACT), nomeadamente as valorizações remuneratórias (progressões);
- Os relacionados com contratações por questões de segurança;

- A adição do valor respeitante ao absentismo de 2023;
- O gasto extraordinário que estima vir a incorrer em 2024, decorrente do acidente mortal ocorrido em 2020 na Fábrica da Água da Guia, em que terá de recorrer a assistência jurídica especializada, uma vez que este assunto incorre num ramo do Direito que não corresponde a área de especialidade dos elementos do Departamento Jurídico da Empresa, nem dos advogados avençados que lhe prestam serviços.

## 6.6. GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ESTADAS, AJUDAS DE CUSTO, FROTA AUTOMÓVEL E ESTUDOS, PARECERES E PROJETOS DE CONSULTORIA

### Gastos com Deslocações e Estadas

No respeitante aos gastos com deslocações e estadas solicita a Águas do Tejo Atlântico que se considere cumprir o preconizado no Despacho n.º 324/2023-SET, na medida em que, apesar de os gastos serem superiores aos de 2023, e aos incorridos em 2022, são semelhantes aos incorridos em 2019. A Empresa incorreu com menos gastos em 2020 e 2021, devido à situação de Pandemia, tendo em 2022, gradualmente, retomado à normalidade.

A situação de pandemia restringiu algumas atividades da Águas do Tejo Atlântico e dos seus colaboradores, nomeadamente a participação presencial em conferências, congressos, seminários, etc., quer a nível nacional, quer internacional. Com o regresso à normalidade, a Águas do Tejo Atlântico retomou em 2022 e 2023 algumas destas atividades.

Pelo exposto, pede a Águas do Tejo Atlântico que seja aprovado o valor proposto para 2024 de 130.359 euros, com deslocações e estadas.

	31.12.2022 Real	31.12.2023 Real	31.12.2024 Orçamento	variação % 2024 vs 2023
Deslocações e estadas	63 152	121 369	130 359	7%

Figura 43 – Deslocações e Estadas

### Ajudas de Custo

Relativamente aos gastos com ajudas de custo, a Empresa estima vir a incorrer com gastos de 10.000 euros, o mesmo valor que já havia sido considerado no PAO de 2023.

	31.12.2022 Real	31.12.2023 Real	31.12.2024 Orçamento	variação % 2024 vs 2023
Ajudas de custo	7 473	3 626	10 000	176%

Figura 44 – Ajudas de Custo

Pelo que antecede, pede a Águas do Tejo Atlântico que seja aprovado para 2024 o valor de 10.000 euros, relativo a gastos com ajudas de custo.

### Frota Automóvel

Quanto aos gastos com frota automóvel importa ter em consideração os aspetos referidos no capítulo 9.1 Frota Automóvel - solicitando a Águas do Tejo Atlântico a aprovação para os gastos que se estimam incorrer.

	31.12.2022 Real	31.12.2023 Real	31.12.2024 Orçamento	variação % 2024 vs 2023
Gastos c/ Frota automóvel	931 109	963 436	1 105 913	15%

Figura 45 – Frota Automóvel

Para 2024 a Empresa irá manter o número de viaturas de 2023, 150 viaturas, procedendo, sempre que possível, à extensão contratual das viaturas existentes, e na impossibilidade de extensão contratual, por não aceitação por parte das locadoras, irá recorrer a alugueres de curta duração, sem com isso aumentar o número de viaturas autorizado.

Apenas para 2025 se estima que a AdTA consiga proceder à renovação da frota, celebrando novos contratos de AOV.

Deste modo, para 2024 não se propõe a contratação/aquisição de mais viaturas, mantendo-se o número de viaturas em 150, para o PAO de 2025 a Empresa considera proceder ao pedido de autorização para aumento do número de viaturas com base nas necessidades que venham a ser identificadas.

### Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria

No que concerne aos gastos com estudos, pareceres e projetos de consultoria, a Águas do Tejo Atlântico para dar cumprimento ao preconizado no Despacho n.º 324/2023-SET de manter ou diminuir os gastos face a 2023.

	31.12.2022 Real	31.12.2023 Real	31.12.2024 Orçamento	variação % 2024 vs 2023
Estudos, pareceres e projetos de consultoria	20 686	32 164	15 000	-53%

Figura 46 – Estudos Pareceres e Projetos de Consultoria

## 6.7. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Apresenta-se no seguinte quadro o prazo médio de pagamentos, tendo por base as dívidas correntes a fornecedores e as aquisições de bens e serviços, para exploração e investimento:

Prazo médio de pagamentos	31.12.2022	31.12.2023	31.03.2024	30.06.2024	30.09.2024	31.12.2024
	Real	Real	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Fornecedores	3 759 462	6 920 879	6 042 477	6 805 403	8 600 454	9 067 172
Fornecimentos e serviços externos	31 235 983	39 589 118	10 479 443	23 373 686	35 947 561	48 118 171
CMVMC	4 117 814	4 671 015	839 744	2 180 431	3 504 968	4 468 839
Investimento	21 674 444	17 650 294	7 582 639	14 398 681	24 311 957	39 465 683
PMP - RCM n.º 34/2008	30	30	29	29	31	30

Figura 47 – Prazo médio de pagamento

Pagamentos em Atraso (Arrears)	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	variação %
	Real	Real	Orçamento	2024 vs 2023
Montante	143 765	7 993	0	0%

Figura 48 – Pagamentos em atraso

Os valores de 2023, à semelhança dos de 2022, apresentados como dívida em atraso correspondem na sua totalidade a situações de divergência entre os valores encomendados e os valores faturados, e para os quais a Empresa aguardava da parte dos fornecedores por esclarecimento ou emissão de notas de crédito. A Empresa tem pautado por cumprir a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, relativa ao “Programa pagar a tempo e horas” tratando-se este tipo de situações de casos pontuais, que não consubstanciam atrasos de pagamento.

Note-se que o recebimento dos clientes está contratualizado nos 60 dias e que naturalmente este prazo influencia o prazo de pagamento.

## 6.8. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

A Águas do Tejo Atlântico não prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	variação %
	Real	Real	Orçamento	2024 vs 2023
Empréstimos	-	-	-	-
Aumentos de capital	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	-	-	-	-
Subsídios governamentais	-	-	-	-
Outras operações de financiamento	-	-	-	-
	-	-	-	-

Figura 49 - Esforço Público de Financiamento para 2024

## 6.9. QUADROS FICHEIRO EXCEL

No que concerne ao Despacho n° 324/2023-SET, concretamente à indicação no ponto 6, respeitante ao tema Informação Financeira, de que devem todos os quadros constantes do ficheiro de Excel, apenso ao Despacho, ser colados neste ponto, a Águas do Tejo Atlântico apresenta-os como anexo VI do presente relatório, de modo que se tenha uma maior legibilidade dos mesmos. De igual modo remete conjuntamente com o presente relatório o ficheiro Excel devidamente preenchido, tal como indicado no Despacho.

## 7. CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Águas do Tejo Atlântico não tem celebrado qualquer contrato-programa com o Estado.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica administrativa seja titulada por Contrato de Concessão e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, o que é o caso da Águas do Tejo Atlântico relativamente à exploração e gestão do sistema multimunicipal da Grande Lisboa e Oeste.

### 7.1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a Águas do Tejo Atlântico dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

- Plano de Negócios

O Plano de Negócios da Empresa encontra-se consubstanciado no estudo de viabilidade económico e financeiro, para o período de concessão da Empresa, 30 anos.

- Plano Anual de Investimentos (PAI)

O PAI é elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a empresa prevê realizar para esse período, tendo por base fatores de sustentabilidade económica, de manutenção da qualidade dos efluentes e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimentos é controlada rigorosamente, de tal modo que não é possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

No caso de investimentos que a Empresa pretenda realizar, e que não estejam previstos no Contrato de Concessão, ou que o valor a despendar supere o previsto, é solicitada prévia autorização à AdP-SGPS, e

posteriormente submetida à ERSAR com o conhecimento do Concedente. A autorização é concedida pelo Concedente mediante parecer favorável da ERSAR.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

- Orçamento Anual

O Orçamento é elaborado anualmente, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados a justificação dos desvios supervenientes perante o CA.

- Controlo

A avaliação da execução do PAI e do Orçamento Anual é feita mensalmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista maioritário (Grupo AdP), constando a mesma dos Relatórios Anuais de prestação de contas, disponibilizados publicamente no *site* da Empresa.

- Relatórios de Acompanhamento

Trimestralmente são produzidos relatórios fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, e que incluem o plano de investimento e as respetivas fontes de financiamento.

Refira-se ainda que a aquisição de bens e/ou serviços é monitorizada através de ferramentas de controlo integrantes do sistema de gestão da empresa (ERP) – SAP. Este sistema incorpora as delegações de competências e fluxos de autorização, em vigor na Empresa, para efeitos de aprovação e autorização de despesas.

## 8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Águas do Tejo Atlântico, solicita autorização para:

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Pág. do PAO correspondente
Contratação, em 2024, de 11 trabalhadores por questões de segurança		Despacho N° 324/2023-SET, ponto 5, pág. 14	Ponto 5- Pág. 61
Autorização para contratação antecipada de trabalhadores que visam substituir trabalhadores que se prevê virem a reformar no período em análise	Contratação antecipada de modo a facilitar a formação e passagem do conhecimento de quem se visa substituir	Despacho N° 324/2023-SET, ponto 5, pág. 14	Ponto 5- Pág. 61
Valor referente a Acordo de Rendimentos de 2024	Valorização para 2024 de 4,8% dos gastos com pessoal face ao exercício de 2023	Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos	Ponto 5- Pág. 60
Valor referente a ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios	Segurança Ambiental e de Saúde Pública		Ponto 6- Pág. 84
Valor referente a ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas	Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas		Ponto 6- Pág. 84
Processo Jurídico Acidente da Guia	Decorrente de acidente mortal em 2020		Ponto 6- Pág. 84
Autorização para a realização da despesa indicada com deslocações e estadas	Decorrente da atividade normal da Empresa		Ponto 6.6- Pág. 90
Autorização para a realização da despesa indicada com ajudas de Custo	Decorrente da atividade normal da Empresa		Ponto 6.6- Pág. 90
Autorização para a realização da despesa indicada com Frota automóvel	Decorrente da atividade normal da Empresa, associado ao facto de impossibilidade de antecipar a contratação de AOV, implicando a extensão de contratos existentes com rendas superiores ao passado.		Ponto 6.6- Pág. 90
Autorização para a realização da despesa indicada com estudos e pareceres	Decorrente da atividade normal da Empresa		Ponto 6.6- Pág. 90
Autorização para proceder à substituição de contratos de viaturas operacionais existentes que se extinguem quer por prazo, quer por quilometragem máxima contratada (50 em 2025 e 86 em 2026)	Necessidades efetivas e imprescindíveis à atividade da Empresa	Despacho N° 324/2023-SET, ponto 3, alínea ix), pág. 12	Ponto 6.6 - Pág. 90 e Ponto 9- Pág. 97

Figura 50 - Quadro síntese de autorizações requeridas

## 9. OUTROS

### 9.1. FROTA AUTOMÓVEL

A Águas do Tejo Atlântico na elaboração da proposta de PAO 2024 teve em consideração (no que lhe é aplicável) o disposto na Lei do Orçamento de Estado de 2024, no Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, das Finanças e do Ambiente e Ação Climática n.º 7681 -A/2023, de 31 de julho, e no Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto. Paralelamente e em cumprimento com a legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, a Águas do Tejo Atlântico reflete, na sua proposta de PAO 2024, um esforço de contenção com os gastos associados à frota automóvel.

A frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico, S.A., é constituída por viaturas operacionais, com ou sem uso pessoal, contratadas por recurso a contratos de aluguer de operacional de viaturas (AOV), em detrimento de contratos de compra e venda de veículos em estado novo ou usado, opção essa que apenas foi pontualmente adotada mediante propostas fundamentadas, comprovando o efetivo benefício económico.

#### **Plano de Substituição de Viaturas**

Face ao enquadramento existente nos dias de hoje derivado por um lado, do período de pandemia vivido de 2020 a 2021, assim como do conflito armado na Ucrânia e seus efeitos na economia, e em especial no mercado automóvel, afigura-se complexa e incerta a entrega das viaturas e as respetivas condições técnicas e financeiras a incorporar na promoção de novos procedimentos de contratação pública para locação de viaturas, implicando que para os contratos de AOV que findam o prazo de vigência em 2023 e 2024, tenham sido considerado como prorrogados por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público e a tramitação dos procedimentos de contratação públicos necessários à sua substituição.

As viaturas abrangidas pelas extensões contratuais, terão no final dos respetivos contratos em média 85 meses, no caso limite 120 meses, e a quilometragem média será na ordem dos 160.000 km, nos casos limite atingirá os 350.000 km, com as agravantes de penalizarem a pegada carbónica das nossas operações, prejudicar o nosso desempenho operacional pelo facto de consumirem mais combustíveis e terem rendas mais penalizadoras, comparativamente aos modelos mais recentes. De facto, estes valores ultrapassam largamente os referenciais convencionais de mercado, com forte impacto nos valores residuais das viaturas, ou seja, deixam de ter valor no mercado secundário, sendo também do interesse da Locadora expurgá-los do seu ativo por terem risco acrescido.

Como contrapartida, através das extensões contratuais, para além de corrigir desvios normais em contratos desta natureza, são também transferidos para as rendas os encargos subjacentes à erosão dos respetivos valores residuais, assim como dos valores previsíveis de manutenção, cada vez mais empolados, sucedendo

que, nos casos limite, inclusive expurgam esse valor da renda antecipando encargos elevados com a manutenção e retenção em oficina, obrigando a Empresa - por falta de alternativa, e de forma a assegurar a continuidade de serviço - a assumir os respetivos encargos autonomamente como serviços não contratados e/ou a recorrer a viaturas de rent-a-car, quando imobilizadas em oficina por longos períodos.

Apenas para 2025 se prevê a concretização da substituição das viaturas que tenham sido objeto de extensão contratual em 2024 e no passado, 50 viaturas, projetando-se para 2026 a substituição das remanescentes, 86 viaturas, ou seja, entre 2025 e 2026 a Empresa considera proceder à substituição de um total de 136 viaturas.

A variação de gastos numa base anual representa um encargo na ordem dos 25% face às rendas atuais, tornando-se evidente que não será possível voltar a efetuar novas extensões para a totalidade das viaturas, face aos elevados riscos de circulação e de manutenção que as viaturas já representam, ultrapassando nalguns casos inclusive, a quilometragem técnica máxima admissível.

A FROTA VERDE do Grupo Águas de Portugal assenta no pressuposto dos procedimentos, a efetuar ao abrigo de Acordo Quadro a lançar para o efeito, se concretizem em 2024 e 2025, por forma a permitir a celebração dos novos contratos de AOV durante 2025 e 2026.

Neste âmbito, foi considerado ainda, que o Fundo Ambiental irá subsidiar a aquisição de Viaturas Elétricas em 10.000€/unidade/48 meses, num total de 750.000€ ou seja, comparticipando 75 viaturas em 2.500€/ano/viatura.

Assim, das 136 viaturas que a Empresa tem necessidade de proceder à substituição, foi considerada a manutenção de 20 viaturas elétricas, e a conversão de 55 viaturas de combustão em viaturas 100% elétricas, dando-se assim cumprimento ao Programa de Neutralidade Energética, que visa a implementação de uma frota verde, procedendo à renovação e descarbonização da frota automóvel da Empresa, bem como ao previsto na alínea c) do n.º I do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 86/2021, de 19 de outubro, que estabelece o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes a favor da mobilidade com nível baixo de emissões, excecionando-se somente os segmentos de viaturas essenciais às atividades de operação e manutenção desenvolvidas pelas empresas operacionais do Grupo AdP para as quais não existam alternativas no mercado.

A não implementação deste plano de substituição de frota, implicará que a Águas do Tejo Atlântico terá que, por forma a assegurar a continuidade do serviço público, garantir a substituição das viaturas, mediante novas prorrogações dos atuais contratos, ou a celebração de contratos de rent-a-car.

Gastos Frota automóvel	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	variação %
	Real	Real	Orçamento	2024 vs 2023
<b>Total gastos com frota automóvel</b>	<b>931 109</b>	<b>963 436</b>	<b>1 105 913</b>	<b>15%</b>
Número de viaturas ligeiras	146	149	149	0%
Número de viaturas pesadas	1	1	1	0%
<b>Total de Viaturas</b>	<b>147</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>0%</b>
valor médio por viatura	6 334	6 423	7 373	15%

Figura 51 – Gastos Frota automóvel

Os gastos apresentados correspondem à previsão da totalidade das despesas relativas a gastos com a frota automóvel da Águas do Tejo Atlântico (rendas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos, acertos de rendas referentes por recálculos de quilómetros e recondicionamentos).

Sobre o quadro supra, importa ainda dar nota que o número de viaturas indicado nas colunas “Total das Viaturas” corresponde ao número de viaturas a 31 de dezembro de cada ano, e não à média do ano.

### Aplicação IFRS16 no prolongamento e substituição de viaturas

No Grupo AdP, os contratos de AOV são reconhecidos contabilisticamente no âmbito da norma IFRS16 – Locações, desde 2019. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e de um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

Por impossibilidade de renovação da sua frota automóvel, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, com custos acrescidos face à renovação da frota, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Esta alteração não afeta os encargos reportados com a frota, uma vez que para o cumprimento do princípio financeiro são considerados todos os encargos independentemente da forma de contabilização. No entanto, esta alteração traduz, para o ano de 2024, quando comparado com o ano transato, um incremento do valor apresentado em FSE, por redução de amortização e juros, que afetando o cálculo de rácio GO/VN, não traduz qualquer degradação da eficiência operacional da Empresa. A concretização do plano de substituição

da frota da Empresa irá produzir o movimento contrário, que se perspetiva em 2025, aquando da celebração de novos contratos de AOV.

Lisboa, 10 de julho de 2024

O Conselho de Administração

## 10. ANEXOS

## Anexo I – Seleção de investimentos plurianuais específicos para acompanhamento

### SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação de apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

LEGENDA:  - introdução de dado

**Nome da empresa**

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

**Data de elaboração do planeamento**

31-12-2023

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

**Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento**

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2024	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
						Obra nova	Reabilitação/Remoderação/Substituição	Total

Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2024, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento

1	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica de Água de Santa Cruz	7 600	330	out/24	dez/26	50%	50%	100%
2	ApR - Loures	4 950	1 100	set/24	set/25	100%		100%
3	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 580	jul/23	nov/25	75%	25%	100%
4	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	2 419	jul/23	jul/25	75%	25%	100%
5	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase1_2023	3 500	206	out/24	jun/26	0%	100%	100%
6	Reparações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	706	jul/24	mar/26	0%	100%	100%
7	Beneficiação do Emissário de Barcarena – Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais	2 950	454	set/24	jan/26	20%	80%	100%
8	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 800	754	abr/24	set/26	60%	40%	100%
9	Empreitada de Recuperação das Condições de Segurança_Fase3_2024	2 500	217	set/24	nov/26	0%	100%	100%
10	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	2 432	106	jun/22	mar/24	0%	100%	100%

Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2024, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento

1	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 580	jul/23	nov/25	75%	25%	100%
2	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	2 419	jul/23	jul/25	75%	25%	100%
3	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 930	1 168	abr/23	set/25	0%	100%	100%
4	ApR - Loures	4 950	1 100	set/24	set/25	100%	0%	100%
5	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 000	800	jul/24	mar/25	0%	100%	100%
6	Interceptor e estações elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodrê - Obra METRO 2	755	755	jan/24	mai/24	100%	0%	100%
7	Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	2 800	1 100	set/24	set/26	60%	40%	100%
8	Reabilitação agitação digestores ETAR de Beirolas	1 000	754	mar/24	mai/25	0%	100%	100%
9	Reparações Gerais de Construção Civil 2025/2026	3 000	706	jul/24	mar/26	0%	100%	100%
10	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo	980	700	jan/24	jun/25	0%	100%	100%

Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos do acompanhamento a realizar

1	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	4 823	2 580	jul/23	nov/25	75%	25%	100%
2	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	4 461	2 419	jul/23	jul/25	75%	25%	100%
3	Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	1 930	1 168	abr/23	set/25	0%	100%	100%
4	ApR - Loures	4 950	1 100	set/24	set/25	100%	0%	100%
5	Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia	1 000	800	jul/24	mar/25	0%	100%	100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

**Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa**

Os investimentos selecionados para acompanhamento no decorrer do ano 2024 são aqueles que apresentam maior execução em 2024 e que representam cerca de 34% do valor de investimento em empreitadas para o ano 2024.

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

Anexo II - Ficha sumária de investimento

FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA

LEGENDA:  - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-12-2023

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Mês de referência

Mês a que a ficha se reporta

Planeamento versus realização

(milhares de euros)		jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
Total anual dos valores do planeamento dos investimentos	23 844	2 012	1 220	1 310	1 032	1 104	1 157	1 617	1 622	2 573	2 321	3 491	4 385
Total dos valores da realização dos investimentos até à data													
Valores mensais do planeamento acumulados		1 202	1 255	1 517	1 501	2 596	3 342	3 683	4 361	4 807	4 856	5 148	5 757
Valores mensais da realização acumulados													
Taxa de execução acumulada													

Estão em causa os valores do investimento globais, com todas as suas componentes, ao contrário do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos selecionados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "empregada".

Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento

Aspectos mais relevantes do desenvolvimento dos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento

## Anexo III - Fichas descritivas de investimento plurianual

### FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "Investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "Investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo e processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

#### Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

#### Data de elaboração do planeamento

31-12-2023

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

#### Designação do investimento

Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

#### Tipo de investimento

75% Obra nova + 25% Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

#### Estimativa do valor total da empreitada

4 823 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

#### Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

#### População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

#### População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

#### Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

#### Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

#### Localização física do investimento

Arruda dos Vinhos

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

#### Breve descrição da obra a realizar

O Investimento a realizar, decorrente da obrigação de manutenção dos bens e meios afetos à concessão, conforme Apêndice IV do Anexo I do Contrato de Concessão, engloba de uma forma geral as seguintes intervenções:

- Beneficiação da construção civil, incluindo edifícios industriais, órgãos de tratamento e redes associadas;
- Substituição de equipamentos metalomecânicos, eletromeccânicos, eléctricos e instrumentação de controlo do processo e, ainda,
- Substituição das instalações eléctricas, automação e sistema de supervisão.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

#### Justificação da necessidade do investimento

A situação da ETAR é totalmente incompatível com o desempenho da instalação, não permitindo responder aos seguintes aspetos:

- Afluência de caudais industriais: tem vindo a agravar-se sendo na atualidade totalmente incompatível com o desempenho da ETAR;

- Cumprimento da LURH: é necessário proceder à remodelação da instalação e à sua capacitação para tratar as águas residuais de origem doméstica actualmente afluentes e ainda as contribuições industriais, para as quais não foi possível encontrar solução ao nível das indústrias/município, nos últimos anos.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

#### Mês de início anterior à data do planeamento

out/23

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

#### Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jan/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

#### Mês previsto para a conclusão da obra

set/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

#### Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

		(milhares de euros)															
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)		4 425	326	205	205	205	205	205	205	205	205	205	205	205	205	205	205

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

#### Valor anterior à data de elaboração do planeamento

398 (milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

#### Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

#### Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "Investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "Investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécnica, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longo o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-12-2023

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

75% Obra nova + 25% Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Podem tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

4 461 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Podem incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

(euros)

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Toda a área da concessão da Tejo Atlântico

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

O presente investimento visa a reformulação dos atuais sistemas de telegestão de suporte às atividades de operação, promovendo:

- i) a integração de instalações ainda não monitorizadas;
- ii) a requalificação dos sistemas de supervisão e automação local que se encontram obsoletos;
- iii) a implementação de uma base de dados do histórico que agregue, num único sistema, todos os dados recolhidos dos diversos sistemas de telegestão.

A solução preconizada nesta empreitada é constituída pelos seguintes elementos:

- um Data Center, a localizar na ETAR de Alcântara;
- um serviço de Disaster Recovery, a localizar na ETAR da Charneca;
- uma Unidade Central;
- 24 Centros de Controlo Operacionais;
- Estações Remotas ou Unidades Locais, por cada instalação;
- Postos de Operação Remota.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

O novo sistema de telegestão constituirá uma plataforma única de gestão integrada, automatizada, robusta e fiável, permitindo uma gestão técnica em tempo real e uma gestão estatística, através da análise dos dados históricos, que permitirá melhorar as condições técnicas e económicas de exploração e contribuir para um adequado planeamento e tomada de decisão sobre futuros investimentos.

O presente investimento irá permitir assim uma melhoria da qualidade do serviço prestado, mediante resposta atempada em caso de ocorrência de anomalias/avarias; aumentar a eficiência operacional, aumentando a fiabilidade e segurança das operações de exploração dos Sistemas; minimizar os custos de exploração e manutenção; visualização, em tempo real e de forma centralizada, do estado de funcionamento das instalações operacionais integradas, geograficamente distribuídas por uma área muito vasta.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

set/23

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jan/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

jun/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

		(milhares de euros)														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	3 692	84	212	212	212	212	212	212	212	212	212	212	212	212	212	212

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

769 (milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Participação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: XXXX - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-12-2023

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

1 930

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Lisboa

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

Substituição do Emissário Final da Fábrica de Água de Beirolas com tubagem em betão armado, com diâmetro DN2500 e cerca de 480m de extensão. O emissário será suportado por um alinhamento de estacas com afastamentos máximos de 8m, fundadas no miocénico, através de maciço de apoio com secção em "T". Os trabalhos de execução do emissário final decorrerão ao abrigo de contenção periférica provisória, constituída por entações modulares progressivas, e sob presença de nível freático.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A necessidade de substituição do emissário final da FA de Beirolas decorre da deficiente condição estrutural do atual emissário e da insuficiente capacidade hidráulica do mesmo em tempo húmido.

Do ponto de vista estrutural o emissário atual apresenta diversas patologias (fractura longitudinal no troço em betão; ovalização acentuada no troço metálico) que determinam a existência de risco de colapso do mesmo, nomeadamente sob o skate park junto ao rio Tejo.

Do ponto de vista hidráulico, e face ao aumento dos caudais de tempo húmido afluentes à instalação em consequência da obra especificamente realizada para o efeito (empreitada de conceção/construção para a beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I - CP/O 04/15) que visou dotar a FA de capacidade total de 10.600m<sup>3</sup>/h em tempo húmido, a capacidade do emissário actual revela-se insuficiente.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

jun/23

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

jan/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

jul/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

		(milhares de euros)														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	1 797	180	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

133

(milhares de euros)

Montante de obra acumulada antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar. Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-12-2023

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

ApR - Loures

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

100% obra nova

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

4 950 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Loures

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

O Investimento em apreço diz respeito à instalação dos equipamentos necessários ao tratamento de afinação das águas residuais tratadas nas ETAR de Frielas e Beirolas, de modo a torná-las aptas a reutilização, nomeadamente na construção de rede de fornecimento de água para reutilização (ApR) em alta que sirva a área do Município de Loures a partir da ETAR de Beirolas, na sequência da criação da grande área de lazer na zona do Trancão, após a realização das Jornadas Mundiais da Juventude, e na construção de rede de fornecimento de ApR em alta que sirva o estádio municipal de Loures e a zona verde do Infantado a partir da ETAR de Frielas.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

O Município de Loures, no âmbito do Plano de Ação Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, do Plano Municipal de Contingência para Situações de Seca, do Plano de Sustentabilidade Hídrica e do Plano Estratégico de Reutilização de Água, aposta em fontes alternativas de usos de água para fins que não necessitam de água potável, nomeadamente na utilização de Água para Reutilização (ApR).

A Águas do Tejo Atlântico enquanto entidade responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, no qual se inclui o Município de Loures, é um parceiro estratégico para a produção de ApR.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

nov/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retomada.

Mês previsto para a conclusão da obra

ju/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	4 950	550	550	550	550	550	550	550	550	550					

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retomada). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração do planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotécia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "Jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-12-2023

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção Construção para Substituição do Monta-Cargas da Fábrica de Água da Guia

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

Obra de reabilitação/remodelação/substituição

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

1 000 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

População servida

(habitantes)

Pode incluir população residente, população flutuante, equivalente industrial, consoante os casos; é indiferente tratar-se de uma obra nova ou de uma obra de reabilitação/remodelação/substituição.

População adicional servida

(habitantes)

Está em causa apenas a parcela da população que não estava servida pela empresa anteriormente e que beneficia da componente "obra nova" (parcial ou total) da empreitada.

Custo per capita para a obra total

(euros)

Ratio do valor total da empreitada sobre a população servida

Custo per capita relativo à "obra nova"

(euros)

Ratio do valor total da componente "obra nova" sobre a população adicional servida

Localização física do investimento

Cascais

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

- criação de um sistema de tratamento de ar da caixa do Ascensor Monta-Cargas (UTAN), com aspiração de ar exterior, instalação de conduta de distribuição, sendo que a sua instalação será feita num dos terraços da instalação;
- substituição do confinamento metálico existente, por sistema que cumpra a regulamentação atualmente vigente prevendo-se o chapameento integral, ou seja criando uma caixa cilíndrica fabricada em inox AISI 316;
- substituição dos guarda-corpos da escada;
- otimização da drenagem periférica da caixa do Ascensor Monta-Cargas.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

Reposição da condição física e funcional do ativo que serve de veículo de transporte de cargas, passando a servir de transporte de cargas e de pessoas.

O atual equipamento encontra-se disfuncional e em más condições físicas e data do início da década de 90. Mais acresce que não cumpre a legislação atualmente aplicável. É por isso crucial concretizar a reposição da condição física e operacional deste ativo da instalação uma vez que o mesmo interfere nas atividades diárias da instalação.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

(mês)

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

set/24

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

fev/25

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

		(milhares de euros)														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	1 000	200	200	200	200	200										

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Não está prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

Anexo IV - Parecer do Órgão de Fiscalização

Anexo V - Parecer do Revisor Oficial de Contas

## Anexo VI – Quadros – Ponto 6 Informação Financeira

Demonstrações financeiras			
		Unid:	1 000
<b>Balço</b>			
	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Ativo (total)	578 921	562 667	524 116
não corrent.	486 069	477 626	483 116
corrente	92 852	85 041	40 999
CP (total)	117 815	119 506	122 473
rest.trans.	0	0	0
Passivo (total)	461 106	443 161	401 643
não corrent.	428 475	404 885	368 871
corrente	32 631	38 277	32 772
<b>Demonstração de resultados</b>			
	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Volume de Negócios (incl. ICs)	83 423	90 764	98 311
<i>% de crescimento</i>		9%	8%
Gastos com Pessoal	-14 299	-15 047	-17 877
<i>% de crescimento</i>		5%	19%
Fornecimentos e serviços externos	-31 236	-39 589	-48 118
<i>% de crescimento</i>		27%	22%
EBITDA	28 985	28 840	30 905
<i>% de crescimento</i>		0%	7%
EBIT	13 069	12 955	13 616
<i>% de crescimento</i>		-1%	5%
Resultado líquido	5 601	7 012	7 107
<i>% de crescimento</i>		25%	1%
<b>Eficiência operacional</b>			
		<b>2023</b>	<b>2024</b>
GO/VN		0,65	0,65

**BALANÇO**

Rubricas	Notas	2022		2023		2023		1ºT2024		2ºT2024		3ºT2024		4ºT2024		2024		2025		2026	
		Exercício	PAO	PAO	Real	Previsão															
<b>ATIVO</b>																					
Ativo não corrente																					
Ativos fixos tangíveis		260 407 €	309 193 €	573 803 €	573 803 €	650 985 €	779 963 €	816 979 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €	868 998 €
Ativos intangíveis		428 208 261 €	422 502 528 €	419 141 698 €	415 338 355 €	415 338 355 €	416 316 166 €	419 337 650 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €	423 884 240 €
Clientes, contribuintes e utentes		21 472 €	7 148 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		29 936 €	35 102 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €	33 428 €
Ativos por impostos diferidos		57 326 038 €	57 980 407 €	57 768 053 €	58 364 395 €	58 364 395 €	58 282 836 €	58 207 071 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €	58 272 150 €
Ativos sob direito de uso		223 355 €	914 381 €	108 774 €	97 904 €	87 035 €	87 035 €	76 165 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €	65 295 €
Desvio de recuperação de gastos (DRG)		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subtotal		486 069 469 €	481 748 758 €	477 625 757 €	474 485 068 €	474 485 068 €	475 499 428 €	478 471 293 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €	483 124 113 €
Ativo corrente																					
Inventários		3 549 880 €	1 663 120 €	3 740 348 €	3 740 348 €	1 362 041 €	2 234 478 €	2 233 021 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €	1 140 769 €
Clientes, contribuintes e utentes		12 157 330 €	17 456 172 €	16 341 967 €	19 063 402 €	19 063 402 €	18 889 542 €	18 810 767 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €	19 207 045 €
Estado e outros entes públicos		951 766 €	2 567 730 €	1 520 112 €	2 229 054 €	2 229 054 €	2 664 097 €	2 870 429 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €	3 220 727 €
Acionistas / Sócios / Associados - Apoio Tesouraria ADP		0 €	0 €	0 €	15 013 154 €	15 013 154 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		1 346 207 €	663 517 €	1 115 843 €	593 386 €	293 757 €	293 757 €	420 274 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €	293 757 €
Caixa e depósitos		74 846 369 €	52 906 303 €	7 310 052 €	41 214 854 €	37 406 396 €	37 406 396 €	30 897 226 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €	19 655 049 €
Subtotal		92 851 552 €	75 256 843 €	85 041 475 €	79 475 892 €	61 488 270 €	61 488 270 €	55 231 716 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €	43 517 348 €
<b>Total do Ativo</b>		<b>578 921 020 €</b>	<b>557 005 601 €</b>	<b>562 667 232 €</b>	<b>553 960 960 €</b>	<b>553 960 960 €</b>	<b>536 987 698 €</b>	<b>533 703 009 €</b>	<b>526 641 461 €</b>												
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>																					
Património / Capital		113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €	113 527 680 €
Ações (quotas) próprias		-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	-2 521 433 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Reservas		1 207 547 €	1 487 596 €	1 487 596 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €	1 838 196 €
Resultado líquido do período		5 600 976 €	6 955 146 €	7 012 016 €	1 741 539 €	1 741 539 €	3 517 112 €	5 312 197 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €	7 107 281 €
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>117 814 769 €</b>	<b>119 448 989 €</b>	<b>119 505 858 €</b>	<b>114 585 982 €</b>	<b>114 585 982 €</b>	<b>116 361 555 €</b>	<b>118 156 640 €</b>	<b>122 473 158 €</b>												
<b>PASSIVO</b>																					
Passivo não corrente																					
Provisões		204 492 €	610 113 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €	539 324 €
Financiamentos obtidos		173 266 902 €	158 433 576 €	158 462 108 €	156 141 677 €	156 141 677 €	150 514 031 €	148 193 865 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €	142 356 506 €
Fornecedores de investimentos		1 099 018 €	677 240 €	692 917 €	681 439 €	681 439 €	669 960 €	658 482 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €	647 003 €
Passivos por impostos diferidos		14 759 219 €	14 356 398 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €	13 902 971 €
Passivos de locação		48 060 €	0 €	78 146 €	46 594 €	46 594 €	33 526 €	20 457 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Desvio de recuperação de gastos (DRG)		11 944 137 €	11 918 961 €	14 727 578 €	16 055 364 €	16 055 364 €	14 458 205 €	12 946 555 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €	12 160 451 €
Acréscimos de custos do investimento contratual		110 486 524 €	107 037 500 €	104 597 430 €	98 754 541 €	98 754 541 €	98 511 215 €	96 994 322 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €	92 226 409 €
Subsídios ao investimento e outros		116 667 042 €	111 916 059 €	111 884 190 €	110 681 388 €	110 681 388 €	109 478 586 €	108 275 785 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €	107 072 983 €
Subtotal		428 475 394 €	404 949 847 €	404 884 663 €	396 803 297 €	396 803 297 €	388 107 818 €	381 531 761 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €	368 905 649 €
Passivo corrente																					
Fornecedores		2 556 208 €	221 009 €	3 811 693 €	3 889 078 €	4 535 424 €	4 535 424 €	4 403 148 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €	4 016 412 €
Estado e outros entes públicos		3 968 404 €	3 512 136 €	4 276 307 €	5 911 958 €	5 911 958 €	3 138 175 €	2 026 571 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €	3 067 482 €
Acionistas / Sócios / Associados - Apoio Tesouraria da ADP-SOPS		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamentos obtidos		14 856 217 €	15 470 844 €	15 278 012 €	15 856 933 €	15 856 933 €	15 865 128 €	16 244 417 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €	16 376 783 €
Fornecedores de investimentos		3 478 695 €	8																		

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Naturezas	2022		2023		2023		1ºT2024		2ºT2024		3ºT2024		4ºT2024		2024	
	Execução	PAO	PAO	Real	Previsão											
<b>Rendimentos e Gastos</b>																
Vendas	29 488 €	30 883 €	93 749 €	93 749 €	7 269 €	6 510 €	8 594 €	7 244 €	8 594 €	7 244 €	8 594 €	7 244 €	8 594 €	7 244 €	8 594 €	29 617 €
Prestações de serviços	83 393 461 €	90 670 465 €	90 670 465 €	90 670 465 €	24 557 987 €	24 583 379 €	24 539 798 €	24 600 368 €	24 583 379 €	24 600 368 €	24 539 798 €	24 600 368 €	24 583 379 €	24 600 368 €	24 539 798 €	98 281 532 €
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	5 021 009 €	25 176 €	2 783 441 €	2 783 441 €	1 327 786 €	1 597 159 €	1 511 650 €	786 103 €	1 597 159 €	1 511 650 €	1 511 650 €	786 103 €	1 597 159 €	1 511 650 €	786 103 €	2 567 126 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 987 412 €	4 367 801 €	4 480 548 €	4 480 548 €	839 744 €	1 340 687 €	1 324 537 €	963 871 €	1 340 687 €	1 324 537 €	1 324 537 €	963 871 €	1 340 687 €	1 324 537 €	963 871 €	4 468 839 €
Fornecimentos e serviços externos	31 235 983 €	41 775 554 €	39 589 118 €	39 589 118 €	10 479 443 €	12 894 243 €	12 573 875 €	12 170 610 €	12 894 243 €	12 573 875 €	12 573 875 €	12 170 610 €	12 894 243 €	12 573 875 €	12 170 610 €	48 118 171 €
Gastos com pessoal	13 374 322 €	14 093 030 €	13 839 418 €	13 839 418 €	3 990 574 €	4 005 762 €	4 256 742 €	4 310 093 €	4 005 762 €	4 256 742 €	4 256 742 €	4 310 093 €	4 005 762 €	4 256 742 €	4 310 093 €	16 563 172 €
Provisões (aumentos/reduções)	204 674 €	405 439 €	334 832 €	334 832 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	214 392 €	56 482 €	41 899 €	41 899 €	23 545 €	16 069 €	206 946 €	14 943 €	16 069 €	206 946 €	16 816 €	14 943 €	16 069 €	16 816 €	14 943 €	71 373 €
Outros gastos e perdas	829 026 €	876 974 €	938 330 €	938 330 €	206 946 €	277 376 €	219 856 €	225 295 €	277 376 €	219 856 €	219 856 €	225 295 €	277 376 €	219 856 €	225 295 €	929 473 €
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)</b>	<b>28 984 915 €</b>	<b>29 584 301 €</b>	<b>28 840 426 €</b>	<b>28 840 426 €</b>	<b>7 744 307 €</b>	<b>7 685 050 €</b>	<b>7 701 847 €</b>	<b>7 738 788 €</b>	<b>7 685 050 €</b>	<b>7 701 847 €</b>	<b>7 701 847 €</b>	<b>7 738 788 €</b>	<b>7 685 050 €</b>	<b>7 701 847 €</b>	<b>7 738 788 €</b>	<b>30 869 993 €</b>
Gastos / reversões de depreciação e amortização	20 676 082 €	21 495 692 €	20 698 179 €	20 698 179 €	5 518 835 €	5 526 045 €	5 529 501 €	5 526 023 €	5 526 045 €	5 529 501 €	5 529 501 €	5 526 023 €	5 526 045 €	5 529 501 €	5 526 023 €	22 100 404 €
Subsídios ao investimento	4 760 397 €	4 750 983 €	4 812 852 €	4 812 852 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	1 202 802 €	4 811 207 €
<b>Resultado operacional (EBIT)</b>	<b>13 069 230 €</b>	<b>12 809 592 €</b>	<b>12 955 099 €</b>	<b>12 955 099 €</b>	<b>3 428 274 €</b>	<b>3 361 807 €</b>	<b>3 375 147 €</b>	<b>3 415 567 €</b>	<b>3 361 807 €</b>	<b>3 375 147 €</b>	<b>3 375 147 €</b>	<b>3 415 567 €</b>	<b>3 361 807 €</b>	<b>3 375 147 €</b>	<b>3 415 567 €</b>	<b>13 580 796 €</b>
<b>EBITDA Ajustado (ROA-Amortizações+Provisões+Perdas de Imparidade e reversões-Subsídios ao Investimento – Desvio Recuperação de Gastos)</b>	<b>34 210 599 €</b>	<b>29 934 564 €</b>	<b>31 958 698 €</b>	<b>31 958 698 €</b>	<b>9 072 094 €</b>	<b>6 087 891 €</b>	<b>6 190 197 €</b>	<b>6 952 685 €</b>	<b>6 087 891 €</b>	<b>6 190 197 €</b>	<b>6 190 197 €</b>	<b>6 952 685 €</b>	<b>6 087 891 €</b>	<b>6 190 197 €</b>	<b>6 952 685 €</b>	<b>28 302 866 €</b>
<b>Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor</b>																
Juros e rendimentos similares obtidos	14 286 €	1 045 421 €	1 148 531 €	1 148 531 €	188 080 €	142 429 €	129 420 €	97 485 €	142 429 €	129 420 €	129 420 €	97 485 €	142 429 €	129 420 €	97 485 €	557 414 €
Juros e gastos similares suportados	5 677 067 €	4 762 691 €	4 772 239 €	4 772 239 €	1 131 315 €	1 111 324 €	1 084 213 €	1 064 040 €	1 111 324 €	1 084 213 €	1 084 213 €	1 064 040 €	1 111 324 €	1 084 213 €	1 064 040 €	4 390 892 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>7 406 449 €</b>	<b>9 092 323 €</b>	<b>9 331 390 €</b>	<b>9 331 390 €</b>	<b>2 485 039 €</b>	<b>2 392 912 €</b>	<b>2 420 354 €</b>	<b>2 449 013 €</b>	<b>2 392 912 €</b>	<b>2 420 354 €</b>	<b>2 420 354 €</b>	<b>2 449 013 €</b>	<b>2 392 912 €</b>	<b>2 420 354 €</b>	<b>2 449 013 €</b>	<b>9 747 318 €</b>
Imposto sobre o rendimento	1 805 474 €	2 137 177 €	2 319 558 €	2 319 558 €	743 500 €	617 339 €	625 269 €	653 928 €	617 339 €	625 269 €	625 269 €	653 928 €	617 339 €	625 269 €	653 928 €	2 640 037 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5 600 976 €</b>	<b>6 955 146 €</b>	<b>7 011 833 €</b>	<b>7 011 833 €</b>	<b>1 741 539 €</b>	<b>1 775 573 €</b>	<b>1 795 085 €</b>	<b>1 795 085 €</b>	<b>1 775 573 €</b>	<b>1 795 085 €</b>	<b>1 795 085 €</b>	<b>1 795 085 €</b>	<b>1 775 573 €</b>	<b>1 795 085 €</b>	<b>1 795 085 €</b>	<b>7 107 281 €</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

RUBRICAS	Notas	2022		2023		2023		1ºT2024		2ºT2024		3ºT2024		4ºT2024		2024		
		Execução	PAO	Real	Real	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>																		
Recebimentos de clientes		94 743 341 €	98 496 554 €	101 262 249 €	24 835 184 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	27 533 177 €	107 430 921 €
Pagamentos a fornecedores		42 794 117 €	54 473 588 €	52 027 755 €	12 313 113 €	19 045 712 €	18 784 157 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	19 045 712 €	66 898 059 €
Pagamentos ao pessoal		13 214 521 €	12 876 006 €	14 746 869 €	2 496 255 €	2 547 370 €	2 640 064 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	2 547 370 €	10 778 655 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>38 734 703 €</b>	<b>31 146 960 €</b>	<b>34 487 626 €</b>	<b>10 025 816 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>6 108 956 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>5 959 849 €</b>	<b>29 754 207 €</b>
Outros recebimentos/pagamentos		8 803 572 €	12 727 883 €	8 938 392 €	4 908 785 €	4 671 165 €	1 373 789 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	4 671 165 €	11 432 930 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>29 931 131 €</b>	<b>18 419 077 €</b>	<b>25 549 234 €</b>	<b>5 117 030 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>4 735 168 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>1 288 684 €</b>	<b>18 321 277 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>																		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>																		
Ativos fixos tangíveis		107 471 €	64 956 €	572 796 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis		13 786 356 €	17 846 299 €	14 083 628 €	8 727 119 €	6 807 001 €	8 296 716 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	6 807 001 €	38 060 947 €
Propriedades de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos		-	-	55 000 000 €	40 000 000 €	15 000 000 €	- €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	15 000 000 €	55 000 000 €
<b>Recebimentos provenientes de:</b>																		
Ativos fixos tangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis		-	10 431 €	2 328 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos		-	12 002 173 €	87 051 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios ao investimento		-	28 240 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de capital		14 847 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e rendimentos similares		2 217 €	121 909 €	571 401 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>- 13 876 764 €</b>	<b>- 5 748 502 €</b>	<b>- 68 995 643 €</b>	<b>31 272 881 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>- 8 296 716 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>8 192 999 €</b>	<b>16 939 053 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>																		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>																		
Financiamentos obtidos		-	358 922 €	- €	141 327 €	106 822 €	97 065 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	106 822 €	418 327 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações de financiamento		-	831 524 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>																		
Financiamentos obtidos		12 978 343 €	26 490 718 €	14 490 718 €	2 127 103 €	5 452 451 €	2 127 103 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	5 452 451 €	24 971 515 €
Juros e gastos similares		5 076 139 €	4 256 727 €	4 726 555 €	484 906 €	1 270 030 €	904 515 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	1 270 030 €	3 875 190 €
Dividendos		3 202 296 €	4 782 722 €	4 782 722 €	- €	6 661 415 €	- €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €	6 661 415 €
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		-	373 862 €	254 292 €	14 159 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	13 068 €	- €
Outras operações de financiamento		-	21 630 640 €	34 594 014 €	24 073 548 €	13 290 142 €	2 947 622 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	13 290 142 €	53 363 €
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)</b>		<b>- 5 576 273 €</b>	<b>21 923 439 €</b>	<b>67 519 958 €</b>	<b>33 905 069 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>- 6 509 170 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>3 808 459 €</b>	<b>2 638 607 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)</b>		<b>80 406 015 €</b>	<b>74 829 742 €</b>	<b>74 829 742 €</b>	<b>7 309 785 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>37 406 396 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>7 309 785 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>74 829 742 €</b>	<b>52 906 303 €</b>	<b>7 309 785 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>7 309 785 €</b>	<b>30 897 226 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>41 214 854 €</b>	<b>19 655 049 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>																		<b>19 655 049 €</b>

Eficiência operacional	2022	2023	2023	2024
	Execução	PAO	Real	Previsão
Gastos operacionais (GO)	-49 522 822	-61 429 980	-59 116 429	-70 463 677
CMVMC	-3 987 412	-4 367 801	-4 480 548	-4 468 839
FSE	-31 235 983	-41 775 554	-39 589 118	-48 118 171
Gastos com pessoal (sem efeito da capitalização)	-14 299 427	-15 286 625	-15 046 762	-17 876 667
<b>1-Pedido de Excecionalidade</b>				<b>5 664 222</b>
Acordo de Rendimentos 2024				630 228
Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios				4 128 993
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas				905 000
<b>2-Dedução para efeitos de comparabilidade</b>				<b>774 331</b>
Valorizações remuneratórias ACT- progressões				93 102
Contratações RH por questões de segurança				209 236
Absentismo de 2023				398 668
Processo Jurídico Acidente da Guia				73 325
Gastos operacionais ajustados (de 1 e 2)	49 522 822	61 429 980	59 116 429	64 025 124
Volume de negócios	83 422 949	90 991 442	90 764 213	98 311 149
Vendas	29 488	30 883	93 749	29 617
Prestações de Serviços	83 393 461	90 960 559	90 670 465	98 281 532
Volume de Negócios ajustado	83 422 949	90 991 442	90 764 213	98 311 149
<b>Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)</b>	<b>59%</b>	<b>68%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>

Pessoal	2022	2023	2023	2024
	Execução	PAO	Real	Previsão
<b>Nº Total de Trabalhadores</b>	416	459	408	472
Nº de membros dos órgãos sociais	10	10	10	10
Nº de membros cargos de direção	7	8	7	8
Nº dos restantes trabalhadores	399	441	391	454
<b>Gastos totais com pessoal*</b>	<b>-14 299 427</b>	<b>-15 286 625</b>	<b>-15 046 762</b>	<b>-17 876 667</b>
Gastos com órgãos sociais**	-317 405	-344 958	-343 185	-357 810
Gastos com cargos de direção	-354 517	-438 102	-493 833	-494 261
Remuneração do pessoal	-10 131 103	-10 637 671	-10 222 786	-12 382 071
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0
Ajudas de custo	-7 473	-10 000	-3 626	-10 000
Rescisões / Indemnizações	0		0	0
Restantes encargos	-3 488 929	-3 855 895	-3 983 332	-4 632 525
<b>Informação adicional</b>				
(i) Efeito da variação com as contratações previstas no PAO2023				-491 734
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes				-84 310
(iv) Cumprimento de disposições legais				-902 196
(v) Orientações expressas do acionista Estado				
(vi) Valorizações remuneratórias obrigatórias				-271 195
(vii) Outras valorizações remuneratórias				
(viii) Rescisões por mútuo acordo				
<b>Correções para efeitos de rácio</b>				
(-) Gastos com órgãos sociais*	317 405	344 958	343 185	357 810
(-) Cumprimento de disposições legais				902 196
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias				271 195
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo				
(+) Absentismo				398 668
<b>Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio</b>	<b>-13 982 022</b>	<b>-14 941 667</b>	<b>-14 703 578</b>	<b>-15 946 798</b>
<b>Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio (comparabilidade)</b>	<b>-13 982 022</b>	<b>-14 941 667</b>	<b>-14 703 578</b>	<b>-15 370 755</b>
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social				
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.				
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	72%	71%	70%	78%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	3%	3%	3%	3%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	2%	2%	2%	2%

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2022		Situação a 31/12/2023		Situação a 01.01.2024		Movimentos de Pessoal - 2024						Situação a 31/12/2024
	Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (retomas/outs)	Trabalhadores mobilidade/condicional tempo	Autorizações de recrutamento concluídas em 2023	Substituição de ações pro 2024 (origem a entrada para base de carem)	Entradas ao abrigo do... (normalivo legal, dispensa, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)			
													(1)
Órgãos Sociais (OS)	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Cargos de direção (s/ OS)	7	51	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Assessor	2	64	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	8
Técnico Operativo A	44	36	3	0	1	0	23	2	0	0	0	0	70
Técnico Operativo B	73	49	15	4	3	0	5	0	0	0	0	0	72
Técnico Operativo C	66	51	10	0	2	0	4	0	0	0	0	0	67
Técnico A	3	47	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Técnico B	54	49	9	0	3	0	3	0	0	0	0	0	53
Técnico C	19	56	5	0	1	0	0	4	0	0	0	0	23
Técnico Superior A	11	35	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	15
Técnico Superior B	102	44	5	0	0	0	6	0	0	0	0	0	116
Técnico Superior C	25	54	5	0	1	0	3	4	0	0	0	0	34
Trainee	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>416</b>	<b>408</b>	<b>55</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>472</b>

Endividamento (fórmula)	2022	2023	2023	2024	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Real	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680	0	0%
Financiamento remunerado	188 123 119	173 904 420	173 740 119	158 733 290	-15 006 830	-9%
(-) Subsídio reembolsável ou um empréstimo bonificado afeto a um contrato de um projeto comunitário (Conta SNC-AP: 20422)						
(-) Novos investimentos com expressão material				0	0	
(-) Novos investimentos com expressão material				0	0	
Endividamento líquido de novos investimentos	301 650 799	287 432 100	287 267 799	272 260 970	-15 006 830	-5,2%
Endividamento líquido de novos investimentos, de acordo com o DLEO 2023	301 650 799	287 432 100	287 267 799	272 260 970	-15 006 830	-5,2%
Δ de endividamento		- 14 218 699	- 14 382 999	- 15 006 830		
Δ de endividamento (%)		-4,71%	-4,77%	-5,22%	-0,5 p.p.	

Dias

Outros	2022	2023	2023	2024	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Real	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	30	29	30	30	1	2%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	143 765	0	7 993	0	-7 993	-100%

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2022	2023	2023	2024	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Real	Previsão	Valor	%
FSE-TrabEsp- Análises/Monitorização	346 174	404 003	346 801	562 439	215 638	62%
FSE-TE-Trat.Resíduos	838 846	722 951	951 085	1 458 585	507 500	53%
FSE-TE-Trat. Efluentes	401 571	162 745	203 034	240 000	36 966	18%
FSE-TrabEsp-Tratamento Lamas	6 969 764	8 582 757	7 770 538	8 595 800	825 262	11%
FSE-TrabEsp-Assessoria Jurídica	110 809	200 761	187 311	322 501	135 190	72%
FSE-TrabEsp-Assist. Informática	159 521	277 252	233 356	1 796 364	1 563 008	670%
Outros Trabalhos Especializados	687 935	1 171 899	1 084 567	2 953 087	1 868 520	172%
Fee de Gestão AdP	2 002 151	2 183 404	2 178 341	2 358 757	180 416	8%
Segurança	414 210	507 943	339 755	1 191 453	851 698	251%
Vigilância	328 673	394 564	397 581	379 946	-17 635	-4%
Conservação e Reparação	9 657 249	10 355 231	10 681 414	12 836 592	2 155 178	20%
Ferr. e Utens. Desg. Rápido	283 790	196 192	213 750	443 817	230 067	108%
Electricidade	3 527 238	11 392 749	9 756 717	9 330 273	-426 444	-4%
Água	584 731	418 585	372 933	360 000	-12 933	-3%
Rendas e Aluguers (s/ viaturas)	395 014	450 933	476 661	469 732	-6 929	-1%
Comunicação	129 881	190 795	112 091	220 917	108 826	97%
Seguros Multirisco e Resp. Civil	457 878	485 527	484 402	492 202	7 801	2%
Limpeza, Higiene e Conforto	378 593	415 769	426 189	546 931	120 742	28%
Material de laboratório	209 506	202 377	189 447	277 510	88 063	46%
Trabalho temporario	1 055 963	806 256	919 203	296 790	-622 412	-68%
Jardinagem	388 554	378 345	350 002	558 706	208 705	60%
Outros Fornecimentos e serviços externos	836 376	687 029	796 971	1 217 858	420 887	53%
Deslocações e alojamento	119 760	113 460	121 369	130 359	8 990	7%
Associados à frota automóvel (aluguer+combustíveis+portagens+estacionamento+seguros+conservação e reparação)	931 109	1 051 287	963 436	1 062 550	99 114	10%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	20 686	22 738	32 164	15 000	-17 164	-53%
<b>TOTAL</b>	<b>31 235 983</b>	<b>41 775 554</b>	<b>39 589 118</b>	<b>48 118 171</b>	<b>8 529 053</b>	<b>22%</b>

Frota automóvel	2022	2023	2023	2024	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Real	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	931 109	0	963 436	1 105 913	142 477	15%
Operacional - n.º de viaturas	147	150	150	150	0	0%
Não operacional - EUR						
Não operacional - n.º de viaturas	0	0	0	0	0	

IPIPG	2023	2024	2024 vs 2023	Cumpre 1º ano		
	Real	Previsão		S	N	N/A
<b>ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO</b>						
Taxa de crescimento nominal PIB			5,1%			
Taxa de crescimento real PIB			2,0%			
Taxa de crescimento IPC			2,9%			
a) Volume de negócios	90 764	98 311	8%		N	N/A
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	0	0	0	S		
c) Resultado líquido	7 012	7 107	95	S		
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	3%	0,2 p.p.	S		
e) Rentabilidade dos RH	31 753x	29 925x	- 1 828x		N	
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	6%	6%	0,0 p.p.		N	
g) Endividamento líquido de novos investimentos	287 268	272 261	- 15 007	S		
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	7 993	0	-7 993	S		
i) Volume de negócios (real)	90 764	98 311	8%		N	N/A
ii) Gastos operacionais (%)	59 116	64 025	8%	S		
<b>OTIMIZAÇÃO DE GASTOS</b>						
Gastos operacionais (corrigido do IPC)	59 116	62 221	3 104		N	

Rácios Financeiros	Formúla	2022	2023	2024
		Execução	Real	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	35%	32%	31%
Rentabilidade das vendas ajustada	EBITDA ajustado/Volume de Negócio	41%	35%	29%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		2%	3%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		6%	6%
Passivo total	Passivo/Ativo	80%	79%	77%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	6%	7%	6%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	20%	21%	23%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	285%	222%	125%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	31 416	31 753	29 925

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO) 2024 2ª VERSÃO**  
**DA**  
**ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.**

Índice		
1	Âmbito do parecer	3
2	Fontes de informação	3
3	Origem da informação incluída no PAO 2024 2V	3
4	PAO 2024 2V – Resumo das Demonstrações financeiras previsionais	4
4.1	Resumo da Demonstração da posição financeira (“Balço”) previsual (DPFP)	4
4.1.1	Ativo não corrente	4
4.1.2	Ativo corrente	5
4.1.3	Capital próprio	6
4.1.4	Passivo não corrente	6
4.1.5	Passivo corrente	7
4.2	Resumo da Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsual (DRNP)	7
4.2.1	Volume de negócios	8
4.2.2	Gastos operacionais	8
4.3	Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa previsual (DFCP)	8
5	PAO 2024 2V - Orientações Legais vigentes	9
5.1	Nota introdutória	9
5.2	Crescimento do Volume de Negócios (VN), face ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)	10
5.3	A evolução da” Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)”	10
5.4	EBITDA e EBITA ajustado	10
5.5	Eficiência Operacional – PRC (GO/VN)	11
5.6	Evolução dos Gastos com Pessoal em montante e em número de colaboradores	12
5.7	Evolução conjunta dos gastos com Deslocações e estadas, Ajudas de custo e Frota Automóvel	13
5.8	Evolução dos gastos com estudos, pareceres e projetos de consultadoria	14
5.9	Evolução do endividamento / Evolução do endividamento líquido do investimento	14
5.10	Prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores	15
5.11	Princípio de Unidade e Tesouraria	15
6	Parecer	15

## 1 Âmbito do parecer

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente relatório e Parecer das Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (doravante designada por Empresa) sobre a segunda versão do Plano de Atividades Orçamento de 2024 (doravante designado por PAO 2024 2V), em versão aprovada pelo Conselho de Administração em 04 de julho de 2024, o qual substitui a primeira versão aprovada pelo mesmo órgão em 19 outubro de 2023 e no sentido de ajustar alguma informação financeira de acordo com as anotações efetuadas pela UTAM.

O PAO 2024 2V, apresentado pela Empresa, inclui um Plano de Atividades, um Plano de Investimento plurianual, as correspondentes demonstrações financeiras previsionais de 2024 e, a análise do cumprimento das Orientações Legais vigentes para a Empresa.

## 2 Fontes de informação

Na elaboração do presente Parecer, além do conteúdo do PAO 2024 2V, elaborado pelo Conselho de Administração, utilizamos, nomeadamente, as seguintes fontes de informação:

- Lei do Orçamento de Estado para 2024 (Lei nº 82/2023 de 29 de dezembro);
- Decreto-Lei nº17/2024 de 29 de janeiro (DLEO 2024);
- Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano de 2024 (IEIPG2024), constantes do despacho nº 324/2023-SET de 03 de agosto;
- Orientações emanadas pelo acionista maioritário, Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS);
- Recomendações emanadas pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Esclarecimentos prestados pelos órgãos da Comissão Executiva e pelos seus serviços administrativos;
- Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o PAO 2024 2V, emitido em 17 de julho de 2024.

## 3 Origem da informação incluída no PAO 2024 2V

A apresentação dos montantes considerados no PAO 2024 2V, basearam-se nas seguintes fontes e critérios:

1. Os montantes de “31.12.2022 Real” e “31.12.2023 Real”, correspondem à execução efetiva e constantes das demonstrações financeiras de 2022 e 2023, devidamente aprovadas em assembleia geral e auditadas;
2. Os montantes considerados em “31.12.2024. Orçamento”, correspondem à melhor estimativa da Empresa na data da sua elaboração, tendo por base as demonstrações financeiras aprovadas em 31 de dezembro de 2023 e objetivos a atingir.

## 4 PAO 2024 2V – Resumo das Demonstrações financeiras previsionais

### 4.1 Resumo da Demonstração da posição financeira (“Balço”) previsional (DPFP)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA em euros	31.12.2023	31.12.2024	Varição	Varição
	Real	(PAO 2V)	absoluta	relativa
	(1)	(2)	(3) = (2) - (1)	(4) = (3) / (1)
Ativo não corrente	477 625 757	483 124 114	5 498 357	1%
Ativo corrente	85 041 475	43 517 347	(41 524 128)	-49%
<b>Total do Ativo</b>	<b>562 667 232</b>	<b>526 641 461</b>	<b>(36 025 771)</b>	<b>-6%</b>
Capital próprio	119 505 858	122 473 157	2 967 299	2%
Passivo não corrente	404 884 663	368 905 647	(35 979 016)	-9%
Passivo corrente	38 276 711	35 262 657	(3 014 054)	-8%
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>	<b>562 667 232</b>	<b>526 641 461</b>	<b>(36 025 771)</b>	<b>-6%</b>

#### 4.1.1 Ativo não corrente

Face ao 2023 real, está previsto para 2024, um aumento no “Ativo não corrente”, de aproximadamente 5,4 milhões de euros, com o seguinte detalhe:

Ativo não corrente (principais variações absolutas)	31.12.2023	31.12.2024	Varição	Varição
	Real	(PAO 2V)	absoluta	relativa
Ativos intangíveis	419 141 698	423 884 240	4 742 542	1%
Outros	58 484 059	59 239 874	755 815	1%
<b>Total</b>	<b>477 625 757</b>	<b>483 124 114</b>	<b>5 498 357</b>	<b>1%</b>

A variação resulta, fundamentalmente, do aumento da rubrica “Ativos intangíveis” em 4,7 milhões de euros, em resultado, nomeadamente, do aumento das previsões de investimentos a realizar em 2024.

Estima-se no ano de 2024 um investimento de 39,4 milhões de euros, o que representa um aumento absoluto de 21,8 milhões de euros, face a 2023 Real, o que representa um aumento esperado de 124%, conforme se ilustra no mapa seguinte:

Investimento	31.12.2023	31.12.2024	Varição absoluta	Varição relativa
	Real	(PAO 2V)	(3) = (2) - (1)	(4) = (3) / (1)
	(1)	(2)	(3)	(4)
Empreitadas	12 933 795	23 844 331	10 910 536	84%
Estudos e projetos	1 063 206	3 623 291	2 560 085	241%
Terrenos	-	160 929	160 929	100%
Fiscalizações	249 751	963 221	713 470	286%
Assessorias	125 107	1 216 162	1 091 055	872%
Outros	3 278 435	9 657 749	6 379 314	195%
<b>Total</b>	<b>17 650 294</b>	<b>39 465 683</b>	<b>21 815 389</b>	<b>124%</b>

Considerando o Despacho nº324/2023 - SET, assinado em 03 de agosto, pelo Secretário de Estado do Tesouro, consideram-se “novos investimentos com expressão material”, os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano do triénio seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da Empresa em qualquer ano. Pela análise dos elementos divulgados no PAO 2024 2V, constata-se que a Empresa não identifica nenhum investimento como sendo de expressão material.

Ainda no âmbito do investimento, refira-se ainda que, o contrato de Concessão da AdTA estabelece um prazo de 30 anos (2017-2046). Para este horizonte temporal está previsto um investimento de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o EVEF apresentado). Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual, além de condicionar os valores apresentados na elaboração do PAO 2024 2V. Corroborando esta matéria, o PAO 2024 2V, apresenta a seguinte informação:

<i>Em Euros.</i>		
Descrição	31.12.2023	31.12.2024
	Real	(PAO 2V)
Investimentos do período previsto no EVEF	3 510 991	3 626 853
Investimento executado no período	17 650 294	39 465 683
<b>Desvio</b>	<b>14 139 303</b>	<b>35 838 830</b>

Por aqui se constata que o investimento, do ainda atual EVEF aprovado, não está adaptado à realidade do investimento executado.

#### 4.1.2 Ativo corrente

Face aos valores 2023 Real, está previsto para o final de 2024, uma redução no “Ativo corrente” de 41,5 milhões de euros, discriminado da seguinte forma:

Ativo corrente (principais variações absolutas)	31.12.2023	31.12.2024	Variação absoluta	Variação relativa
	Real	(PAO 2V)		
Apoio de tesouraria à holding	55 013 154	-	(55 013 154)	-100%
Caixa e seus equivalentes	7 310 052	19 655 049	12 344 997	169%
Clientes	16 341 967	19 207 045	2 865 078	18%
Inventários	3 740 348	1 140 769	(2 599 579)	-70%
Outros	2 635 954	3 514 484	878 530	33%
<b>Total</b>	<b>85 041 475</b>	<b>43 517 347</b>	<b>(41 524 128)</b>	<b>-49%</b>

Destaca-se a redução acentuada que está prevista ocorrer em 2024, na rubrica “Apoio de tesouraria à holding”, no montante de 55 milhões de euros, pois não está previsto que exista este apoio em 2024.

A variação na rubrica “Caixa e seus equivalentes” é apresentada na nota 4.3 abaixo.

A variação na rubrica “Clientes” é o resultado da atualização dos rendimentos tarifários para 2024.

A redução da previsão dos inventários, face ao executado em 2023, decorre da aplicação de diferentes prazos médios de stocks.

#### 4.1.3 Capital próprio

Face aos valores 2023 real, está previsto um aumento dos capitais próprios para o ano de 2024, de aproximadamente 2,9 milhões de euros:

Capital próprio	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta	Variação relativa
Capital social	113 527 680	113 527 680	-	0%
Acções Próprias	(2 521 434)	-	2 521 434	-100%
Reservas e outros ajustamentos	1 487 596	1 838 196	350 600	24%
Resultado líquido do exercício	7 012 016	7 107 281	95 265	1%
<b>Total</b>	<b>119 505 858</b>	<b>122 473 157</b>	<b>2 967 299</b>	<b>2%</b>

Alguns comentários sobre as variações:

- Da operação de venda das ações próprias que está previsto ocorrer no decorrer do ano de 2024 (2,5 milhões de euros); e,
- Da variação positiva do resultado líquido previsto para 2024, face ao projetado para 2023 Real (95 mil euros), em resultado da previsão para 2024 do aumento da taxa de juro das OT a 10 anos.

#### 4.1.4 Passivo não corrente

Face aos valores 2023 real, está previsto em 2024, que o passivo não corrente apresente uma redução de cerca de 35,9 milhões de euros, com a seguinte decomposição:

Passivo não corrente (principais variações absolutas)	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta	Variação relativa
Empréstimos	158 462 108	142 356 506	(16 105 602)	-10%
Acréscimos de custos do investimento contratual	104 597 430	92 226 409	(12 371 021)	-12%
Subsídios ao investimento	111 916 659	107 103 068	(4 813 591)	-4%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	14 727 578	12 160 451	(2 567 127)	-17%
Outros	15 180 888	15 059 213	(121 675)	-1%
<b>Total</b>	<b>404 884 663</b>	<b>368 905 647</b>	<b>(35 979 016)</b>	<b>-9%</b>

Destacam-se os seguintes factos:

- a) Redução da rubrica “Empréstimos” em cerca de 16 milhões de euros no decorrer do ano de 2024, em resultado de amortização da dívida junto do BEI.
- b) A redução da rubrica “Acréscimos de custo do investimento contratual” de aproximadamente 12,3 milhões de euros, resulta, essencialmente, do comportamento da variável do investimento. Quanto mais investimento firme ocorrer, mais esta rubrica é reduzida pelas transferências para a rubrica “Amortizações acumuladas” dos ativos intangíveis.
- c) A redução da rubrica “Subsídios ao investimento” no montante de 4,8 milhões de euros, decorre, unicamente, do reconhecimento na DRNP de 2024, da parte do rendimento afeto ao subsídio do investimento, proporcional às amortizações do investimento do ano de 2024 (subsidiado).

- d) A redução da rubrica “Desvios de recuperação de gastos (DRG) – superavit” de aproximadamente 2,5 milhões euros explica-se no quadro seguinte:

Descrição	Euros
<b>Posição financeira_DRG 31.12.2023 EF real (Passivo não corrente_Superavit)</b>	(14 727 578)
Demonstração dos resultados_PAO 2024 2V - Deficit	2 567 126
<b>Posição financeira_DRG 31.12.2024 orçamento (Passivo não corrente_Superavit)</b>	(12 160 452)

Como se constata de 2023 para 2024, estima-se que a Empresa reduzirá o seu superavit tarifário acumulado no passivo não corrente.

#### 4.1.5 Passivo corrente

Face aos valores 2023 real, está previsto para 2024, que o passivo corrente tenha uma variação negativa, de cerca 3 milhões de euros, com a seguinte decomposição:

Passivo corrente (principais variações absolutas)	31.12.2023	31.12.2024	Variação	Variação
	Real	(PAO 2V)	absoluta	relativa
Outros passivos correntes	9 221 253	4 342 661	(4 878 592)	-53%
Fornecedores	9 466 259	11 416 066	1 949 807	21%
Estado e outros entes públicos	4 276 308	3 067 482	(1 208 826)	-28%
Empréstimos	15 278 012	16 376 783	1 098 771	7%
Outros	34 879	59 665	24 786	71%
<b>Totais</b>	<b>38 276 711</b>	<b>35 262 657</b>	<b>(3 014 054)</b>	<b>-8%</b>

A variação na rubrica “Outros passivos correntes”, decorre, nomeadamente, de uma redução na previsão dos acréscimos de gastos para 2024.

O aumento previsto para a rubrica “Fornecedores”, essencialmente, decorre do aumento previsto do investimento (conforme referido na nota 4.1.1. acima), aumentando o saldo a pagar de fornecedores de ativos intangíveis.

#### 4.2 Resumo da Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional (DRNP)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA em euros	31.12.2023	31.12.2024	Variação	Variação
	Real	(PAO 2V)	absoluta	relativa
	(1)	(2)	(3) = (2) - (1)	(4) = (3) / (1)
Volume de negócios	105 185 157	139 894 679	34 709 522	33%
Gastos operacionais	(96 749 795)	(131 196 462)	(34 446 667)	36%
Outros rendimentos operacionais	4 519 919	4 882 579	362 660	8%
Resultados operacionais	12 955 281	13 580 796	625 515	5%
Resultados financeiros	(3 623 708)	(3 833 478)	(209 770)	6%
Resultados antes de impostos	9 331 573	9 747 318	415 745	4%
Impostos	(2 319 557)	(2 640 037)	(320 480)	14%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7 012 016</b>	<b>7 107 281</b>	<b>95 265</b>	<b>1%</b>

#### 4.2.1 Volume de negócios

O volume de negócios previsto para o ano de 2024, evidencia um crescimento de 33%, mas em substância, e após ajustamentos (excluindo a IFRIC 12 e DRG), apresenta um aumento de 8% (nota 5.2), senão vejamos:

Volume de negócios ajustados	31.12.2023 Real (1)	31.12.2024 (PAO 2V) (2)	Variação absoluta (3) = (2) - (1)	Variação relativa (4) = (3) / (1)
Volume de negócios que consta da DRNP	105 185 157	139 894 678	34 709 521	33%
Serviços de construção (IFRIC12)	(17 204 384)	(39 016 403)	(21 812 019)	127%
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	2 783 441	(2 567 126)	(5 350 567)	-192%
Volume de negócios ajustados	90 764 214	98 311 149	7 546 935	8%

#### 4.2.2 Gastos operacionais

Pela análise dos gastos operacionais incluídos na DRNP, constata-se, que está previsto um aumento em 2024 de 36% ou 16%, conforme, ou não, se inclua a IFRIC 12:

Detalhe dos gastos operacionais	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta	Variação relativa
Serviços de construção (IFRIC12)	17 204 384	39 016 403	21 812 019	127%
Fornecimentos e serviços externos	39 589 118	48 118 171	8 529 053	22%
Gastos com pessoal	13 839 418	16 563 172	2 723 754	20%
Outros gastos	938 330	929 473	(8 857)	-1%
Custo das vendas/variação dos inventários	4 480 548	4 468 839	(11 709)	0%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	20 698 179	22 100 404	1 402 225	7%
Detalhe dos gastos operacionais <b>com</b> IFRIC 12	96 749 977	131 196 462	34 446 485	36%
Detalhe dos gastos operacionais <b>sem</b> IFRIC 12	79 545 593	92 180 059	12 634 466	16%

O aumento previsto, relacionado com os “Serviços de construção”, está associado ao forte investimento que se estimava que se inicie em 2024, comparativamente ao ano de 2023 (ver nota 4.1.1, acima). O aumento previsto das rubricas “Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)” e “Gastos com pessoal (GCP)”, não se encontra expurgado dos efeitos, dos pedidos de excecionalidade e dos efeitos comparativos, os quais se encontram apresentados na nota 5.5, abaixo na “Eficiência Operacional”.

#### 4.3 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa previsual (DFCP)

Demonstração dos fluxos de caixa em euros	31.12.2023 Real (1)	31.12.2024 (PAO 2V) (2)	Variação absoluta (3) = (2) - (1)	Variação relativa (4) = (3) / (1)
"Stock" inicial de moeda	74 829 743	7 309 785	(67 519 958)	-90%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	25 549 234	18 321 277	(7 227 957)	-28%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(73 778 365)	10 277 638	84 056 003	-114%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(19 290 827)	(16 253 651)	3 037 176	-16%
"Stock" final de moeda	7 309 785	19 655 049	12 345 264	169%

Da comparação do “Stock final de moeda” existente no final do ano de 2023, com a estimativa para o final de 2024, constata-se um aumento do “Stock de moeda”, em cerca de 12,3 milhões de euros, os quais podem ser detalhados da seguinte forma:

<b>Demonstração dos fluxos de caixa em euros</b>	31.12.2024 (PAO 2V)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Recebimentos de clientes	107 430 921
Pagamentos a fornecedores	(66 898 059)
Pagamentos ao pessoal	(10 778 655)
Pagamento/Recebimento do IRC	(2 977 934)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(8 454 996)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>18 321 277</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
Apoio de tesouraria à holding	55 000 000
Pagamentos de dividendos	(6 661 415)
Pagamentos de ativos intangíveis	(38 060 947)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>10 277 638</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
Venda de ações próprias	2 521 433
Pagamentos de empréstimos obtidos	(15 264 858)
Pagamentos de juros e gastos similares	(3 875 190)
Outros	364 964
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(16 253 651)</b>
<b>Total</b>	<b>12 345 264</b>

Analisado de forma isolada a previsão para o ano de 2024 (isto é, sem ter em conta o stock de moeda existente no final de 2023 real), constata-se que, está previsto que os meios libertos financeiros, das atividades operacionais da Empresa, e das atividades de investimento, serão suficientes para liquidar as atividades de financiamento previstas, verificando-se ainda um excedente de 12,3 milhões de euros, no remanescente.

## 5 PAO 2024 2V - Orientações Legais vigentes

### 5.1 Nota introdutória

As orientações legais apresentadas neste PAO 2024 2V decorrem da legislação referida na nota 2, acima e tem como ano de referência o ano de 2023. Adicionalmente, existem indicadores de cumprimento que são referidos no despacho nº 324/2023-SET de 03 de agosto, os quais deveriam ser analisados em conjunto com as previsões dos anos de 2025 e 2026, matéria que não será tratada neste parecer, pois o PAO 2024 2V, por razões demonstradas pela Administração, entendeu intempestivo a sua divulgação.

## 5.2 Crescimento do Volume de Negócios (VN), face ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

A Empresa deve verificar, se a variação do VN (2023/2024), supera o crescimento do PIB.

Para 2024 a variação do volume de negócios é superior ao PIB. Contudo, a AdTA submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2024 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-005154/2023, de 22 de setembro de 2023, e sequente aprovação de S. Exa. o Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, ao abrigo do Despacho n.º 81/SEAMB/2023, de 28 de setembro de 2023. Deste modo e conforme divulgado na nota 6 do PAO 2024 2V, o volume de negócios da Empresa está previamente determinado, pelo que o seu crescimento real está diretamente relacionado com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor, indicadas pela ERSAR até 31 de julho de cada ano.

## 5.3 A evolução da "Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)"

Os FSE da Empresa previsto para 2024, deveriam ser inferiores ao montante existente no final de 2023 real:

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta	Variação relativa
Fornecimentos e serviços externos (DRNP)	39 589 118	48 118 171	8 529 053	22%
Ajustamentos efetuados no mapa do PRC	-	(5 107 318)	(5 107 318)	-
<b>Totais</b>	<b>39 589 118</b>	<b>43 010 853</b>	<b>3 421 735</b>	<b>9%</b>

Da comparação, extraída da DRNP e da análise da Eficiência Operacional – PRC (nota 5.5 abaixo), constata-se, em ambos, que existem aumentos de 22% e 9%, respetivamente, pese embora, a Empresa inclua fundamentos para esta matéria no PAO 2024 2V, com a sua inclusão no Capítulo 8 – Quadro Síntese de Autorizações Requeridas.

## 5.4 EBITDA e EBITA ajustado

Constata-se que o EBITDA, determinado de acordo com a informação extraída da DRNP, em 2024 está previsto um aumento de 6%, pelo que existe cumprimento quando a esta matéria:

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta	Variação relativa
Resultados operacionais (DRNP)	12 955 281	13 580 795	625 514	5%
Amortizações e depreciações	20 698 179	22 100 404	1 402 225	7%
Subsídios ao investimento	(4 812 852)	(4 811 207)	1 645	0%
Provisões e ressões do exercício	334 832	-	(334 832)	-100%
<b>EBITDA</b>	<b>29 175 440</b>	<b>30 869 992</b>	<b>1 694 552</b>	<b>6%</b>

Relativamente ao EBITDA ajustado, em 2024 está previsto uma redução de 11%, pelo que existe incumprimento quando a esta matéria:

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta	Variação relativa
Resultados operacionais (DRNP)	12 955 281	13 580 795	625 514	5%
Amortizações e depreciações	20 698 179	22 100 404	1 402 225	7%
Provisões e reversões do exercício	334 832	-	(334 832)	-100%
Perdas por imparidade e reversões do exercício	(182)	-	182	-100%
Subsídios ao investimento	(4 812 852)	(4 811 207)	1 645	0%
Desvio tarifário	2 783 441	(2 567 126)	(5 350 567)	-192%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>31 958 699</b>	<b>28 302 866</b>	<b>(3 655 833)</b>	<b>-11%</b>

Pese embora os resultados destes dois indicadores, a Empresa fundamenta no PAO 2024 2V que não são adequados para a medir a “performance” da Empresa.

## 5.5 Eficiência Operacional – PRC (GO/VN)

### EFICIÊNCIA OPERACIONAL = PRC ajustado

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Natureza	Variação absoluta
Custo das vendas /variação dos inventários (CV/VI) (DRNP)	4 480 548	4 468 839	CV/VI	(11 709)
Fornecimentos e serviços externos (FSE) (DRNP)	39 589 118	48 118 171	FSE	8 529 053
Gastos com pessoal (GCP) (DRNP, mas sem a deduzir os TPPE e SE)	15 046 763	17 876 668	GCP	2 829 905
<b>A - Gastos totais operacionais incluídos da DRNP</b>	<b>59 116 429</b>	<b>70 463 678</b>		<b>11 347 249</b>
<b>Ajustamentos:</b>				
<b>1 - Pedido de excecionalidades</b>	<b>-</b>	<b>5 664 222</b>		<b>5 664 222</b>
Acordo de rendimentos de 2024	-	630 228	GCP	630 228
Ações excecionais, não regulares, para reforço da resiliência e/ou cumprimento de normativos regulatórios	-	4 128 993	FSE	4 128 993
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestruturas	-	905 000	FSE	905 000
<b>2 - Dedução para efeitos de comparabilidade</b>	<b>-</b>	<b>774 331</b>		<b>774 331</b>
Valorizações remuneratórias ACT- progressões	-	93 102	GCP	93 102
Contratações RH por questões de segurança	-	209 236	GCP	209 236
Absentismo de 2023	-	398 668	GCP	398 668
Processo Jurídico Acidente da Guia	-	73 325	FSE	73 325
<b>B - Gastos totais operacionais ajustados</b>	<b>59 116 429</b>	<b>64 025 125</b>		<b>4 908 696</b>
Vendas	93 749	29 617		(64 132)
Prestação de serviços	90 670 465	98 281 532		7 611 067
<b>C - Total do volume de negócios</b>	<b>90 764 214</b>	<b>98 311 149</b>		<b>7 546 935</b>
<b>D - PRC ajustado % (B/C)</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>		<b>-</b>

Tanto quanto sabemos os ajustamentos efetuados ao PRC de 2024, por naturezas foi o seguinte:

- Os FSE foram ajustados em cerca de 5.107.318 euros (conforme referido na nota 5.3 acima), passando de 48.118.171 euros para 43.010.853 euros;
- Os GCP foram ajustados em cerca de 1.331.234 euros, passando de 17.876.668 euros para 16.545.434 euros. Por instruções recebidas a Empresa não considerou no PRC de 2024 o montante dos gastos com pessoal ajustados que fazem parte da nota 5.6 abaixo que considera um montante de 15.370.755 euros.

Como se verifica no quadro de análise da evolução do PRC, existe uma estabilização na previsão do indicador para 2024, face a 2023, pelo que existe cumprimento legal. Contudo, este cumprimento legal encontra-se sustentado, em diversos ajustamentos, os quais se encontram fundamentados no PAO 2024 2V, além de que, parte dos mesmos (“*Pedido de excecionalidades*”), terão ainda de obter aprovação por parte da Tutela. Os “*Pedidos de excecionalidades*” efetuado pela Empresa junto da Tutela, encontram-se resumidos no Capítulo 8 do PAO 2024 2V – “*Quadro Síntese de Autorizações Requeridas*”, por forma a dar cumprimento à nota VIII do Despacho nº324/2023-SET de 3 de agosto.

## 5.6 Evolução dos Gastos com Pessoal em montante e em número de colaboradores

Extraindo os montantes dos GCP, diretamente da DRNP, com ou sem expurgos dos TPPE e SE, consta-te que os GCP aumentam, 20% e 19%, respetivamente, razão pela qual, existe incumprimento:

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta	Variação %
Remunerações de Órgãos Sociais	343 185	357 810	14 625	
Remunerações do pessoal	10 720 245	12 886 332	2 166 087	
Encargos sociais sobre remunerações	2 467 914	2 921 718	453 804	
Seguro de acidentes de trabalho	125 732	113 799	(11 933)	
Seguro de saúde e de vida	724 711	735 794	11 083	
Formação	193 272	446 745	253 473	
Fardamento	156 352	140 584	(15 768)	
Proteção e segurança	122 673	124 276	1 603	
Outros gastos com pessoal	192 679	149 610	(43 069)	
Subsídios à exploração	(60 010)	(33 352)	26 658	
Trabalhos para a própria empresa (TPPE)	(1 147 335)	(1 280 144)	(132 809)	
<b>Gastos com pessoal conforme DR</b>	<b>13 839 418</b>	<b>16 563 172</b>	<b>2 723 754</b>	<b>20%</b>
<b>Gastos com pessoal conforme DR expurgado de TPPE e subsídios exploração</b>	<b>15 046 763</b>	<b>17 876 668</b>	<b>2 829 905</b>	<b>19%</b>

Se por sua vez, acrescentarmos à nossa análise, os ajustamentos fundamentados no PAO 2024 2V (Capítulo 8 do PAO 2024 2V – Quadro Síntese de Autorizações Requeridas), continua a existir incumprimento, mas com uma variação percentual inferior (cerca de 5%), facto que também se encontram fundamentado no PAO 2V:

Descrição	31.12.2023	31.12.2024	Variação	Variação %
	Real	(PAO 2V)	absoluta	
<b>Gastos com pessoal conforme DRNP, expurgado de TPPE e SE</b>	15 046 763	17 876 668	2 829 905	<b>19%</b>
<b>Ajustamentos aos gastos com pessoal:</b>				
Resultantes do cumprimento de disposições legais	-	(902 196)	(902 196)	
Resultante de valorizações remuneratórias obrigatórias	-	(271 195)	(271 195)	
Absentismo	-	(398 668)	(398 668)	
Gastos com órgãos sociais	(343 185)	(357 810)	(14 625)	
<b>Gastos com pessoal ajustados</b>	<b>14 703 578</b>	<b>15 946 799</b>	<b>1 243 221</b>	<b>8%</b>
Efeito da variação com as contratações previstas no PAO 2023	-	(491 734)	(491 734)	
Gastos com as contratação previstas em anos subsequentes	-	(84 310)	(84 310)	
<b>Gastos com pessoal ajustados para efeitos de comparabilidade</b>	<b>14 703 578</b>	<b>15 370 755</b>	<b>667 177</b>	<b>5%</b>

Na análise da evolução do nº de colaboradores, existe incumprimento (estima-se um aumento de 64 pessoas em 2024, face ao final do ano de 2023), o qual se encontra fundamentado no PAO 2024 2V, além de que, a Empresa para dar cumprimento à nota VIII do Despacho nº324/2023-SET de 3 de agosto, inclui este facto, no Capítulo 8 do PAO 2024 – Quadro Síntese de Autorizações Requeridas:

Descrição	31.12.2023	31.12.2024	Variação
	Real	(PAO 2V)	absoluta
Órgãos sociais	10	10	-
Restantes colaboradores	398	462	64
<b>Total</b>	<b>408</b>	<b>472</b>	<b>64</b>

De notar que mais de 50% desta variação (cerca de 33 pessoas) existe já autorização da tutela, após a sua aprovação realizada no PAO 2023.

## 5.7 Evolução conjunta dos gastos com Deslocações e estadas, Ajudas de custo e Frota Automóvel

Constata-se que a evolução conjunta, prevista para estes gastos em 2024, face aos montantes existentes no final do ano de 2023, aumentará cerca de 158 mil euros:

Descrição	31.12.2023	31.12.2024	Variação
	Real	(PAO 2V)	absoluta
Deslocações e estadas	121 369	130 359	8 990
Ajudas de custo	3 626	10 000	6 374
Frota automóvel	963 436	1 105 913	142 477
<b>Totais</b>	<b>1 088 431</b>	<b>1 246 272</b>	<b>157 841</b>

Pese embora este aumento, a Empresa fundamenta este acréscimo no PAO 2024 2V, incluindo-o no Capítulo 8 do PAO 2024 – Quadro Síntese de Autorizações Requeridas. Quanto à evolução do nº de viaturas nada existe a assinalar (permanece em 150).

## 5.8 Evolução dos gastos com estudos, pareceres e projetos de consultadoria

Constata-se que a projeção destes encargos para 2024 é inferior a 2023:

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta
Estudos, pareceres e projetos de consultadoria	32 164	15 000	(17 164)

## 5.9 Evolução do endividamento / Evolução do endividamento líquido do investimento

O crescimento do endividamento deve ficar limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo o financiamento de novos investimentos de “expressão material”. Apresenta-se no mapa seguinte o cálculo da variação do endividamento, no qual se verifica que existe uma redução de 5%, pelo que existe cumprimento legal:

Descrição	Euros
1 - Financiamento remunerado estimado para o final de 2023	173 740 120
2 - Financiamento previsto remunerado do PAO 2024	158 733 289
3 - Montante de 2024, do Investimento com expressão material (*)	-
4 - Capital social realizado de 2023	113 527 680
5 - Capital social realizado previsto no PAO 2024	113 527 680
<b>% de endividamento = ((2-1)+(5-4) - 3)/(1+4)</b>	<b>-5%</b>

\* De acordo com o parágrafo 4.4 do PAO 2024 2V, não existem.

O endividamento junto do BEI, líquido do investimento, em 2024, estima-se a sua redução, face aos montantes existentes no final de 2023, pelo que existe cumprimento legal:

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta
<b>Endividamento</b>	<b>173 740 120</b>	<b>158 733 289</b>	<b>(15 006 831)</b>
<i>Empréstimos do BEI</i>	173 740 120	158 733 289	(15 006 831)
<b>Investimento</b>	<b>17 650 294</b>	<b>39 465 683</b>	<b>(36 822 220)</b>
<b>Endividamento líquido de investimento</b>	<b>156 089 826</b>	<b>119 267 606</b>	<b>(36 822 220)</b>

### 5.10 Prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores

A Empresa cumpre com esta obrigação legal, pois, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Empresa deveria no ano de 2024 apresentar um PMP igual ou inferior a 40 dias, além de que deveria reduzir o PMP (neste caso não reduz, mas permanece estável), face a 2023 real:

Descrição	31.12.2023 Real	31.12.2024 (PAO 2V)	Variação absoluta
Prazo médio de pagamentos	30,0	30,0	0,0

### 5.11 Princípio de Unidade e Tesouraria

A AdTA não dispõe de qualquer aplicação financeira fora do IGCP, pelo que se encontra em cumprimento com o previsto no artigo 136º da Lei do Orçamento de Estado nº12/2022.

## 6 Parecer

O PAO 2024 2V, elaborado pelo Conselho de Administração da AdTA ao Conselho Fiscal, para apreciação, apresenta os seguintes principais indicadores (Em euros):

Indicadores previsionais	31.12.2024 (PAO 2V)
Ativo	526 641 461
Capitais próprios	122 473 157
Resultado líquido	7 107 281
Desvio de recuperação de gastos (Passivo não corrente - Superavit)	12 160 451
Desvio de recuperação de gastos na DR (Deficit)	(2 567 126)

Com as devidas considerações mencionadas nas notas **4.1.1**, **5.1** e **5.3 a 5.7**, acima, o PAO 2024 2V apresentado, embora condicionado por fatores exteriores significativos, não controláveis pela Empresa, cumpre com as orientações legais vigentes, pelo que está em condições de merecer aprovação pelas respetivas Tutelas (sectorial e financeira), recomendando-se ao órgão de administração que na execução dos documentos em apreço, seja diligenciado o cumprimento da legislação em vigor, observando, simultaneamente, as orientações proferidas pelos acionistas. Cabe-nos ainda salientar os seguintes factos:

- A execução e eficácia do PAO 2024 2V aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa em 4 de julho de 2024, ainda se encontra dependente das aprovações, dos respetivos acionistas da Empresa, em sede de Assembleia Geral, além de que, se encontra condicionado, à aprovação da respetiva Tutela e pela emissão do Relatório de análise por parte da UTAM, respetivamente.

- O PAO 2024 2V e a respetiva execução, encontram-se condicionados, pelas diligências judiciais em curso, interpostas contra a ERSAR, pois à data deste parecer ainda não existe um desfecho final e conclusivo sobre a apreciação dos desvios tarifários de 2021 (processo judicial em curso, cuja a contestação da Entidade, desconsiderando impostos diferidos, ascende a 1,178 milhões de euros) e de 2022 (processo judicial em curso, cuja a contestação da Entidade, desconsiderando impostos diferidos, ascende a 306 mil euros), respetivamente. Relativamente à aprovação do desvio tarifário de 2023, o montante que à data se encontra em contraditório, é considerado imaterial.
- Pese embora o PAO 2024 2V contenha alguns pressupostos do novo EVEF, a aplicação da totalidade dos mesmos ainda não foi considerada, pois tais pressupostos finais estão vertidos na proposta de revisão do contrato de concessão que ainda se encontra em avaliação pela tutela e pela ERSAR.
- Finalmente, advertimos que os acontecimentos futuros nem sempre ocorrem da forma esperada, pelo que nestas situações os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos.

Lisboa, 18 de julho de 2024

---

Armando José de Sousa Resende  
(Presidente)

---

Catarina Alexandra Carvalho Fins  
(Vogal)

---

Laura Maria Jesus Rodrigues  
(Vogal)

**AdTA – Águas do Tejo Atlântico, S.A.**

**Parecer do Órgão de Fiscalização sobre o Plano de  
Atividades e Orçamento para o exercício de 2024**

## RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Ao Conselho de Administração da  
Águas do Tejo Atlântico, S.A.  
Avenida de Ceuta  
1300-254 Lisboa

### Introdução

Procedemos à revisão do Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício de 2024, incluídos no documento “Plano de Atividades e Orçamento 2024” (v. II), (que evidencia um total de ativo de 526.641.461 Euros e um total de capital próprio de 122.473.158 Euros, incluindo um resultado líquido positivo de 7.107.281 Euros) da AdTA – Águas do Tejo Atlântico, S.A. (“Entidade”), preparado nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas instruções definidas para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2024, consagradas no despacho n.º 324/2023 - SET, de 3 de agosto de 2023 do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, incluindo os princípios, pressupostos e linhas orientadoras em que se basearam, os quais se encontram descritos ao longo do referido documento.

### Responsabilidade do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional, a divulgação dos princípios, pressupostos e linhas orientadoras em que as previsões neles incluídas se baseiam e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas instruções definidas para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2024, consagradas no despacho n.º 324/2023 - SET, de 3 de agosto de 2023 do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os princípios e linhas orientadoras, e se incluem, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios e linhas orientadoras; (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório; e (iv) obter da compreensão do sistema de controlo interno.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que: (i) os pressupostos utilizados não proporcionam uma base razoável para nos permitir concluir sobre as previsões contidas no Plano de Atividades e Orçamento 2024 (v. II); (ii) a projeção não está devidamente preparada com base nos princípios e linhas orientadoras, e não inclui, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios e linhas orientadoras; e (iii) a projeção não está apresentada de acordo com o exigido nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nas instruções definidas para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2024, consagradas no despacho n.º 324/2023 - SET, de 3 de agosto de 2023 do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

Devemos, ainda, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

## Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações referentes ao “Plano de Atividades e Orçamento 2024” (v. II):

1. O Plano de Atividades e Orçamento de 2024 (v. II), foi aprovado pelo Conselho de Administração em 4 de julho de 2024, mas será ainda objeto de apreciação pelo acionista, pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (“UTAM”) e objeto de despacho pela Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de Atividades e Orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospetiva poderá ter um impacto significativo no mesmo.
2. Foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 4 de julho de 2024 e substitui a primeira versão do Plano de Atividades e Orçamento (“PAO”), aprovada pelo mesmo órgão a 19 de outubro de 2023, que foi objeto de parecer por outro Revisor Oficial de Contas a 23 de outubro de 2023. A necessidade de apresentação de uma versão revista do PAO para o exercício de 2024, resulta da aprovação do PAO do exercício de 2023 a 30 de dezembro de 2023, através do Despacho Nº 623/2023-SET emitido pela UTAM, que levou à necessidade de ajustar o que havia sido proposto na primeira versão do PAO 2024, nomeadamente no que respeita a gastos operacionais e a recrutamento.
3. A Entidade estima: (i) um aumento percentual do volume de negócios, face ao ano de referência, superior à taxa de crescimento real do PIB; (ii) um aumento dos gastos com pessoal, excluindo os encargos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, bem como do efeito do absentismo; (iii) um aumento percentual dos gastos operacionais, face ao valor registado no ano de referência, corrigido da taxa de inflação prevista e superior ao aumento percentual do volume de negócios; e (iv) um crescimento do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (rácio de eficiência operacional), excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições obrigatórias e legais. Nos pontos 6.1. e 6.5. do Plano de Atividades e Orçamento a Administração da Entidade fundamenta os motivos para: (i) que o aumento do volume de negócios seja aceite; e (ii) que um conjunto de gastos com pessoal e gastos com fornecimentos e serviços externos sejam ajustados e/ou considerados excecionais, respetivamente, pelo que o cumprimento da orientação do Despacho nº 324/2023 - SET encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre os referidos pedidos de autorização.

4. A Entidade estima um aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, face ao ano de referência. No ponto 6.6. do Plano de Atividades e Orçamento a Administração da Entidade fundamenta os motivos para o referido aumento, pelo que o cumprimento da orientação do Despacho n.º 324/2023 - SET encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre o referido pedido de autorização.

A nossa conclusão não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Outras matérias**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram objeto de auditoria por parte de outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas datada de 6 de março de 2024, não continha reservas ou ênfases. Adicionalmente, o Plano de Atividades e Orçamento de 2023, foi alvo de parecer por parte de outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cujo parecer datado de 7 de dezembro de 2023, não inclui reservas e inclui nove ênfases. Adicionalmente, importa mencionar que já havia sido submetido na UTAM uma primeira versão do Plano de Atividades e Orçamento de 2024, aprovada pelo Conselho de Administração a 19 de outubro de 2023, que foi objeto de parecer por outro Revisor Oficial de Contas a 23 de outubro de 2023, que não inclui reservas e inclui sete ênfases.

#### **Restrição na distribuição do uso**

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para a finalidade mencionada no parágrafo da Introdução, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

Lisboa, 17 de julho de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC  
Registo na OROC n.º 1496  
Registo na CMVM n.º 20161106